

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A Sociedade Propagadora da Instrução Pública e suas ações
de Qualificação Profissional em Recife (1872-1903)**

Recife, 2014

Yan Soares Santos

**A Sociedade Propagadora da Instrução Pública e suas ações
de Qualificação Profissional em Recife (1872-1903)**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ramon de Oliveira

Recife, 2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Andréia Alcântara, CRB-4/1460

S237s Santos, Yan Soares.
A sociedade propaganda da instrução pública e suas ações de qualificação profissional em Recife (1872-1903) / Yan Soares Santos. 6
Recife: O autor, 2014.
136 f. ; 30 cm.

Orientador: Ramon de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2014.
Inclui Referências e Apêndices.

1. Educação profissional. 2. Qualificação profissional. 3. Associativismo. 4. UFPE - Pós-graduação. I. Oliveira, Ramon. II. Título.

370.113 CDD (22. ed.) UFPE (CE2014-35)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

YAN SOARES SANTOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**TÍTULO: A SOCIEDADE PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA E
SUAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM RECIFE (1872-1903)**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ramon de Oliveira
1º Examinador/Presidente

Prof. Dr. Marcelo Mac Cord
2º Examinador

Profª. Drª. Adriana Maria Paulo da Silva
3ª Examinadora

MENÇÃO DE APROVAÇÃO: APROVADO

Recife, 29 de maio de 2014.

Resumo

Os estudos sobre qualificação profissional vem se encorpendo, diversificando e aumentando quantitativamente nesses últimos anos. Dessa maneira, nosso trabalho procurou investigar como se deu na cidade do Recife em fins do século XIX e início dos XX a instrução profissional de trabalhadores recifenses. Considerando a qualificação profissional um conjunto de conhecimentos e habilidades cuja posse permitia aos trabalhadores da cidade do Recife serem reconhecidos como aptos à realização de uma atividade, investigamos nos arquivos da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), documentos que auxiliassem na análise das ações de uma associação instalada na Província de Pernambuco responsável por agir em prol da qualificação profissional da cidade do Recife. A Sociedade Propagadora da Instrução Pública foi uma associação formada por políticos e professores influentes na boa sociedade inaugurada em idos de 1872 cujo objetivo era propagar a instrução pública estruturou-se inicialmente com um Conselho Superior composto por todos os sócios iniciais da associação, e com Conselhos Paroquiais divididos pela província. Esta associação foi responsável pela abertura da Escola Normal (1872) para senhoras (depois nomeada Escola Normal Pinto Júnior), pela Escola de Agricultura no bairro do Monteiro (1878) e da Escola de Farmácia do Recife (1903). Investigamos, portanto, o objetivo da sociedade em fomentar cursos de qualificação profissional, se no contexto da economia recifense havia a demanda destas ações de formação profissional, o objetivo em se “propagar” a instrução pública e como se deu este processo, quem eram os integrantes dessa sociedade e, quais eram os seus vínculos com a atividade política local.

Palavras-chave: Associativismo - Qualificação Profissional ó Recife ó Trabalhadores - História da Educação.

Abstract:

Studies of professional qualification has been embodying, diversifying and increasing quantitatively in recent years. Thus, our study sought to investigate as happened, on the city of Recife in the late nineteenth century and early twentieth, the professional instruction of recifenses workers. Considering the "professional qualification" a set of knowledge and skills which allowed workers held in Recife be recognized as suitable to carry out an activity, we investigated the files of Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) , the Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) , the Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), a number of documents that aided in the analysis of the actions of na association installed in the Pernambuco Province responsible for acting on behalf of the professional qualification of Recife. The Sociedade Propagadora da Instrução Pública was an association formed by politicians and influential teachers in "high society". Gone inaugurated in 1872 whose aim was to "propagate" public education, the association was structured initially with a Supreme Council composed of all initial members of the association, and Parish Councils divided by province. This association was responsible for opening the Escola Normal for womens (1872), the Escola de Agricultura in Monteiro (1878) and the Esocla de Farmácia of Recife (1903). We Investigated. so. the goal of society to encourage professional qualification courses, if in the context of the economy recifense demand these actions of professional qualification, the goal is to "propagate" the public education and how was this process, who were the members of that society and what were their links with the local political activity.

Keywords: Associations - Professional Qualification ó Recife ó Workers - History of Education.

Dedicado ao meu avô Heleno José da Silva (in memoriam)

Agradecimentos

Como nada se faz sozinho tenho a agradecer primeiramente a Deus e a espiritualidade amiga responsáveis por auxiliar-me espiritualmente nessa caminhada.

Agradeço a FACEPE por acreditar sempre na realização dessa pesquisa e auxiliar-me com bolsa desde a Iniciação Científica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE agradeço aos professores, Clarissa Martins, Janete Azevedo, Luciana Rosa Marques, Ana Lúcia Felix dos Santos, Alfredo Gomes, André Ferreira, Ramon de Oliveira e Adriana Maria Paulo da Silva. E aos funcionários da secretaria tão dedicados a ajudar os alunos do programa.

Aos funcionários dos arquivos da FUNDAJ, do APEJE e da ALEPE por sempre atenderem com acuidade e atenção.

Aos meus orientadores de vida e amigos Ramon de Oliveira e Adriana Maria Paulo da Silva. Ramon que me orientou desde 2010 e desde lá já me ensinou bastante sobre a vida e como viver uma vida acadêmica séria e, com leveza ao mesmo tempo. Por acreditar na finalização desse trabalho que é tão humilde, mas, tão cheio de vontade e dedicação. A Adriana por ter acreditado em mim quando eu sabia menos do que sei hoje (que ainda é tão pouco) e ter me ajudado a chegar aqui. Aos dois por acreditarem na realização desse trabalho e em mim enquanto pesquisador, com toda a humildade que aprendi com os dois. Não existe palavras para expressar tamanha gratidão, há a amizade como melhor forma de agradecer tanto carinho, dedicação e compreensão. Espero fazer sempre parte do convívio desse casal tão especial e ajudar sempre no que for preciso.

Aos amigos do mestrado tenho a agradecer a Diógenes Arruda por ser um amigo que fiz tão recentemente e já constar como um dos grandes amigos. Hercília Mello, Eduardo, Aline Pereira, Gabriel, Leandro, e tantos outros por compartilharem nas aulas e depois delas momentos de discussões intensas e risadas gostosas. A Dayana Lima pela amizade de longos anos, pelas conversas acerca do objeto de pesquisa, das pesquisas, da vida acadêmica e da vida fora da academia, pelo companheirismo com acuidade nessa caminhada acadêmica e de vida, tão árduas.

Desses que encontro pela universidade e na vida tenho que agradecer a Marcos Alessandro por sempre me acompanhar nos estudos na biblioteca e na cervejinha de algumas sextas feiras, por em meio a uma pausa para comer um doce japonês sempre aliviar as tensões do dia a dia com um bom papo. A Marina Siqueira, Gesisla Vaneza,

Monique Adriane, por dividir espaço na biblioteca, tomar aquele cafezinho tão necessário diariamente.

A Rodrigo Izidio por ser esse amigo de todas as horas e sempre presente em momentos de aperto e leveza. Um amigo que conheço há tantos anos e sempre encara idas ao cinema e a sushis. Agora temos o ôlanterna verdeö (o carro verde) para ajudar nessas saídas. Obrigado por ter me apresentado a essa família que me acolheu tão bem. E a Luciano Santos pela amizade, por sempre conversar sobre seriados e falar da vida no mercado da boa vista e por nos acompanhar no cafezinho, mas, sempre rejeitar uma minúscula xícara.

Agradeço ao 602B esse apartamento tão cheio de alegria capaz de comportar pessoas tão especiais e sempre me cobrar fazer café para todos quando entro, mesmo quando não tem água mineral para aliviar a sede. Aos amigos que fiz por lá agradeço a Ivaldo José de Aguiar Júnior um amigo de tantos anos e responsável por me engrandecer de música, poesia, idas à praia (tenho que agradecer também ao celta branco PEU 1807 que mesmo sujo nos leva para tantos locais quanto necessário), e tantas conversas direcionadoras e revigorantes, agradeço pela amizade tão sincera. A Maria Fernanda Britto pela simpatia de ser meiga até quando diz que está faltando água mineral no apartamento, pela amizade tão boa e sinceridade ao aconselhar-me nas coisas da vida. A Patrícia Gomes, por ter me conhecido ainda em 2013 e já me acolher tão carinhosamente em seu convívio. A Alberto Monteiro (Ramsés) por ser quem és, tão sincero e presente e sempre por maravilhar a todos com a música que és capaz de produzir. A Thiago Leopoldo Juvino, por ser esse mestre da vida, pelas conversas tão cheias de conhecimento e encontros divertidíssimos. Agradeço ainda a tantos outros que lá passam e conversam e me ensinam sempre mais, Adelmo Cavalcante, Priscilla Gomes, Rodrigo de Holanda, Thaíza Oliveira, Gabriel Vasconcelos, Lely Albuquerque, Rodolfo Lucena.

A Valter Ramos por sempre me divertir com suas desventuras do dia a dia e fazer parte do teu convívio mesmo te conhecendo tão recentemente. A Patrícia Rossiter por ser essa amiga de tanto tempo, de sorriso tão sincero e de palavras sempre revigorantes e incentivadoras, por falar e escutar tantos planos para o futuro enquanto tomamos aquele café sempre gostoso. E por me proporcionar a beleza de ser um ôtioö coruja de Cecília, uma menininha que logo vai chegar por esse mundo.

Agradeço à minha família, tão importante por simplesmente existir. Ao meu pai Angelo Araujo dos Santos e à minha mãe Helana Maria Soares Vasconcelos pela base,

pelo amor e carinho em meio a tantas adversidades da vida. Agradeço a Andréa da Hora essa õboadrastaõ tão especial e cheia das artes culinárias, que me deu irmãos tão amorosos e belos. A Emidio Martins Vasconcelos um padrasto sempre presente, compreensivo e carinhoso. Agradeço aos meus avós Heleno José da Silva (in memorian) e Ana Maria Soares da Silva tão especiais, tão importantes em minha vida, que me dedicaram tanto amor e carinho e me ensinam sempre a ser melhor do que fui ontem. Agradeço a Maria da Glória dos Santos (in memorian) por ter sido uma avó tão dedicada aos netos, tão carinhosa com seu apurado cuidado e atenção comigo e que amo muito, principalmente quando me encho de boas memórias tuas. A Arlindo Bezerra dos Santos (in memorian) avô que não conheci, mas, te amaria da mesma forma. Agradeço a Aldenice Nascimento por ser essa avó presentada a mim pela vida, tão boa e atenciosa com esse neto aqui. Aos meus tios e primos agradeço-os imensamente, amo a todos (só não detalho esse sentimento por falta de espaço) obrigado a todos.

Agradeço a Allan Vasconcelos, Gabriel Santos e Mariana Santos. Esses irmãos mais novos tão lindos e amados que a cada dia me proporcionam a beleza de ser e sempre querer ser um irmão mais velho dedicado a eles.

A Rayssa Silva Torres, essa õadulta tão pequena e tão brancaõ (pelos dizeres de Mariana) que chegou recentemente, mas, já enche minha vida com leveza, amor, e carinho. Por sempre acreditar em meu trabalho e me incentivar meu caminho. Por ter entrado na minha vida assim tão de surpresa e me surpreender a cada dia.

Obrigado a todos!

Lista de siglas e abreviações

ALEPE	Assembleia Legislativa de Pernambuco
ALEPE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
SPIP	Sociedade Propagadora da Instrução Pública
SAML	Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais

Lista de quadros e mapas

Mapa I	Dos nomes das alunas que concluíram seus_ no ano de 1896, com o grau de aprovação que obtiveram nas diversas cadeiras que frequentaram	p. 100-102
Quadro I	Documentação utilizada para a pesquisa	p. 18
Quadro II	Comparativo de alunos matriculados em escolas públicas <i>versus</i> as da SPIP em 1874	p. 36
Quadro III	As associações e características dos Estatutos em finais do século XIX e início dos XX	p. 48
Quadro IV. I	Sócios subdivididos por Conselhos Paroquiais e a alternância de cargos da SPIP entre os anos de 1872-1876	p. 62
Quadro IV. II	Sócios subdivididos por Conselhos Paroquiais e a alternância de cargos da SPIP entre os anos de 1872-1876	p. 62-63
Quadro IV. III	Sócios subdivididos por Conselhos Paroquiais e a alternância de cargos da SPIP entre os anos de 1872-1876	p. 63-65
Quadro V	Estatísticas de matrículas/frequência das Escolas do Conselho Diretor do Poço da Panela para o ano de 1874	p. 71

Sumário

1. INTRODUÇÃO	14
2. AS AÇÕES DO ESTADO E AS AÇÕES PARTICULARES POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	25
2.1 AS AÇÕES ESTATAIS POR INSTRUÇÃO PROFISSIONAL	25
2.2 AÇÕES PARTICULARES: AS AÇÕES DE TRABALHADORES E DOCENTES	42
3. A ESTRUTURAÇÃO DA SOCIEDADE PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA	55
3.1 A INSTRUÇÃO NO RECIFE E A GESTÃO DA SOCIEDADE PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA	56
3.2 OS SÓCIOS FUNDADORES E OS MEMBROS DA SPIP, ALGUMAS TRAJETÓRIAS	75
4. AÇÕES DA SOCIEDADE PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA VOLTADAS PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM RECIFE	88
4.1 A PRIMEIRA AÇÃO POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: A ESCOLA NORMAL PARA SENHORAS	88
4.2 OUTRAS AÇÕES DA SPIP VOLTADAS PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	104
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	125
FONTES PESQUISADAS	125
FONTES PRIMÁRIAS	125
LIVROS E ARTIGOS	131

1. Introdução

Em finais do século XIX e início dos XX vivia-se em território nacional o ocaso do período imperial. O trabalho compulsório escravista, resistindo a pressões internas e externas, nunca deixou de ser discutido e combatido. Os melhoramentos materiais tomavam conta das construções e reformas urbanas, na perspectiva de deixar as cidades com feições europeias. O ferro, sinónimo de progresso compunha a estrutura dos novos prédios urbanos, bem como as estradas de ferro eram sinónimo de desenvolvimento económico e industrial, e cortavam o mapa do litoral aos interiores das províncias. Os investimentos com o progresso e a civilização eram incontestes¹.

No campo educacional civilizar era o mote, regulamentar a educação era uma ação contínua exercida a cada adversidade vivida no cotidiano da realidade educacional. Escolas de ensino primário eram abertas, escolas de ensino secundário lutavam para se equiparar às da Corte no Rio de Janeiro no momento de formular seus estatutos².

A investida particular não ia ficar de fora deste metrônomo, a exemplo dos de origem anglo-saxã a empreitada particular deveria ser auxiliada e incentivada. Patronato e trabalhadores abriram associações para pugnar por interesses específicos. A estes, educar, tal como pretendiam executar os da “boa sociedade”, mostrava-se enquanto modo de engrandecer seu ofício na promessa de civilizar os trabalhadores associados. Para aqueles educar a população era retirá-la da ignorância, da vadiagem, da má conduta, e guiá-la para a ordem, civilidade, impulsionando a sociedade rumo ao progresso tão almejado³.

Nos centros urbanos, não é difícil de imaginar demolições e construções acontecendo a cada esquina. Homens com sacos de areia passando entre as ruas, pequenos caixeiros oferecendo produtos ou trabalhando em tabernas de secos e molhados; escravos de diversos ofícios como canoeiros, vendedores, estivadores,

¹ Cf.: CARVALHO, Marcus J. M. *Liberdade: Rotinas e rupturas do escravismo*. Recife, 1822-1850. Recife: ed. Universitária da UFPE, 1998.; ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

² GONDRA, José Gonçalves & SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

³ Cf.: SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.; MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. 1. ed. Campinas: FAPESP/Editora da Unicamp, 2012.

carregadores e, eventualmente, donos de outros escravos; vendeiras escravas e forras passavam por entre as casas, vendiam de tudo inclusive fatos, pois, saíam de canto a outro da cidade, vendendo e conversando; a força policial se encarregava dos “bons costumes”, e da civilidade quando prendiam vadios e desordeiros. A cidade estava em constante obra, melhoramentos urbanos e lapidações sociais⁴.

Não seria difícil de imaginar também a cidade do Recife, banhada de rios, com população acostumada a navegar, vendo aterros ocorrendo nos bairros centrais. A Ilha de São Pedro Gonçalves onde fica o bairro do Recife aumentava com os aterros, porém, as migrações ocasionavam um constante inchaço da Ilha de Antônio Vaz, onde se situava os bairros de Santo Antônio e São José, ligado por pontes ao bairro do Recife e ao da Boa Vista. Em meio a tantos melhoramentos matérias, reformas nos prédios, aterros e barulho de comércio, circulavam crianças na cidade do Recife. Alunos e alunas frequentando suas aulas, adultos frequentando aulas noturnas e de magistério. A Escola Normal e o Ginásio Pernambucano sempre com grande fluxo educacional.

É a dinâmica dessas escolas de ensino primário e profissional que buscamos nesse trabalho, focalizaremos numa iniciativa particular executada por homens da “boa sociedade” recifense e professores bem relacionados com a política local, a fim de propagar a instrução pública na cidade do Recife.

Para tanto esta dissertação decorre do aprofundamento da pesquisa de Iniciação Científica intitulada: “Ações de trabalhadores e do patronato recifense no campo da qualificação profissional, entre os anos de 1889 e 1930”, vinculada ao projeto de pesquisa “Demandas por qualificação profissional: Recife, 1889-1930” que objetivou analisar as práticas de empregadores e trabalhadores do Recife voltada às ações de qualificação profissional entre os anos de 1889 e 1930⁵.

⁴ Cf.: SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, co-edição, Salvador: EDUFBA, 2011; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Trabalho livre no Brasil imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira*. Recife: UFPE, 2005. (Dissertação de Mestrado).

⁵ Essa pesquisa nos rendeu um artigo no qual detalhamos tais empreendimentos voltados para a instrução profissional no Recife ao longo do final do século XIX e início dos XX. Discutimos também, os principais motivos, explicitados em estatutos, da fundação desses cursos principalmente envolvendo proteção profissional, auxílio mútuo dos sócios e proteção do mercado de trabalho. Cf.: SANTOS, Yan Soares & OLIVEIRA, Ramon de. As ações dos trabalhadores no campo da qualificação profissional em Recife (1889-1930). *Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n° 52, p. 75-89, set2013*; Cf.: OLIVEIRA, Ramon de. Projeto de Pesquisa: Demandas por qualificação profissional: Recife, 1889-1930. Recife, 2010. Financiado com recursos da CNPq.

Nesse processo computamos anúncios de oferta e demanda por trabalhadores no jornal Diário de Pernambuco a fim de analisarmos quais eram as principais profissões ofertadas e demandadas na cidade do Recife. Efetuando uma comparação entre os dados dos anúncios e as bases estatísticas sobre o mercado de trabalho do período, percebemos a impossibilidade de justificar as demandas por trabalhadores apenas pelos anúncios de jornais. Maior ainda era a dificuldade de se encontrar a exigência por qualificação desses trabalhadores nos anúncios, foco principal da pesquisa. Como previsto no projeto e executado concomitantemente à pesquisa no Diário de Pernambuco, investigamos também impressos específicos de associações de trabalhadores que funcionassem no Recife entre 1889-1930. Algumas associações foram estudadas e dessas algumas poucas ofereciam aos associados o ensino do ofício, principalmente aquelas formadas por trabalhadores de algum ofício⁶.

Por este motivo identificamos serem os próprios trabalhadores os preocupados em formar seus pares, reminiscências das antigas corporações de ofício (proibidas em 1824) e recuperada tal tradição através do movimento associativista. A finalidade era tanto a melhoria das condições de trabalho e reivindicações políticas em prol de determinado ofício, quanto instruir trabalhadores para esse ofício e através dessa instrução o mote importante para a elite da época ó encorpar a luta por benefícios políticas.

Ainda durante tal processo da pesquisa foram encontrados documentos referentes à Sociedade Propagadora da Instrução Pública formada por professores e iniciado suas atividades em 1872.

Quando a Sociedade Propagadora da Instrução Pública (SPIP) inaugurou suas atividades em 1872 estruturou-se inicialmente com um Conselho Superior composto por todos os sócios iniciais da associação, porém, logo anunciava Conselhos Paroquiais divididos pela província. Os de Recife eram os Conselhos Paroquiais da Boa-Vista, São José, Santo Antônio, Bairro do Recife (hoje: Recife Antigo), Nossa Senhora das Graças, Poço da Panela, Afogados, Várzea.

A Sociedade Propagadora da Instrução Pública no decorrer de suas atividades fundou a Escola Normal voltada para mulheres em 1872 (depois chamada Escola Normal Pinto Júnior). Em 1878 no bairro do Monteiro fundou uma escola no qual funcionou a Escola

⁶ Cf.: OLIVEIRA, Ramon de. Projeto de Pesquisa: Demandas por qualificação profissional: Recife, 1889-1930. Recife, 2010. Financiada com recursos da CNPq.; SANTOS, Yan Soares. Subprojeto de Pesquisa: Ações de trabalhadores e do patronato recifense no campo da qualificação profissional, entre os anos de 1889 e 1930. Recife, 2010. (Financiada com recursos da CNPq/Facepe).

de Ensino Agrícola e em 1903 inaugurou a Escola de Farmácia do Recife. Portanto, escolas voltadas para a qualificação profissional de trabalhadores em Recife. O último documento encontrado até então sobre a sociedade é de 1940, ou seja, temos no mínimo 68 anos de atividade dessa associação.⁷

Nesta mesma documentação há um discurso proferido pelos sócios reminiscentes da associação no qual deixam claro ter havido dois movimentos subsequentes efetuados pela SPIP. O primeiro deles, intitulado como a primeira fase, seria o da irradiação de atividades educacionais em todos os sentidos e a segunda fase seria o da concentração das mesmas atividades educacionais. Consta como atividades educacionais a fundação de diversas escolas primárias, cursos de línguas, a fundação da Escola Normal para Mulheres (depois Pinto Júnior), a Escola de Agricultura do Monteiro e da Escola de Farmácia⁸.

Compreendemos ser exatamente entre os anos de 1872 e 1903 a dita primeira fase na qual a própria sociedade tomava corpo, expandia-se e executou suas principais e iniciais ações em prol do ensino propedêutico e profissional na cidade do Recife. Neste ínterim a Escola Normal foi fundada e ganhou o nome de Escola Normal Pinto Júnior e adquiriu o prédio na Rua do Riachuelo no bairro da Boa Vista, tendo-se equiparado à Escola Normal Oficial do Recife a qual adquiriu a alcunha de oficial exatamente por ter disputado com a escola fundada pela propagadora o público e as subvenções estatais. Neste mesmo período houve a abertura da Escola do Monteiro, e logo depois da Escola Agrícola do Monteiro e, por fim a abertura da Escola de Farmácia.

Compreendemos a segunda fase como os anos subsequentes de atividades da associação, ou seja, a partir de 1903. Nessa fase de concentração de atividades educacionais a Escola de Farmácia teve sua autonomia sete anos após ter sido fundada pela SPIP tornando-se a gênese da Escola de Medicina do Recife. Houve, portanto, uma concentração, inflação e reestruturação das atividades educacionais promovidas pela associação.

Desse modo, investigamos neste trabalho quais medidas foram empregadas por esta associação para promover a qualificação profissional de trabalhadores na cidade do

⁷ Este mesmo documento subdivide a atividade da Sociedade em duas fases, a primeira compreendendo uma irradiação de atividades educacionais como o de fundar escolas primárias, cursos de línguas e escolas de ensino profissional; já a segunda fase seria a concentração dessas atividades educacionais, cuja preocupação do ensino normal torna-se predominante. In.: MEMORIAL da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Recife: Petição, 1940.

⁸ MEMORIAL da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Recife: Petição, 1940. Pp. 2-3.

Recife no período de irradiação de atividades educacionais compreendido entre os anos 1872 a 1903. A primeira fase da associação (a partir de 1872 até 1903), encerra-se com a abertura da Escola de Farmácia do Recife, última escola de ensino profissional aberta pela associação.

Para tanto, investigamos os documentos encontrados na série da Instrução Pública, Códice Diversos II, Impressos Particulares, Folhetos Raros II, Miscelâneas e Petições sob a guarda do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE); também pesquisamos informações anunciadas no jornal Diário de Pernambuco (estes microfilmados) encontrados na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Foram investigadas também petições e anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), bem como montamos um quadro geral do Recife a partir das estatísticas encontradas no site do IBGE.

Esta dissertação volta, portanto, seu interesse às temáticas de Trabalho e Educação, Qualificação profissional, História Social do Trabalho e História da Educação. Realizamos também um levantamento documental e bibliográfico sobre a questão da qualificação profissional, bem como de outras temáticas diretamente relacionadas.

Portanto, a investigação sobre as ações da Sociedade Propagadora da Instrução Pública voltadas para a instrução profissional visa dar continuidade à pesquisa desenvolvida na Iniciação Científica e inserir-se nesse universo de pesquisa da história social do trabalho e história da educação (profissional).

Ao ter como o foco da pesquisa as *ações* da SPIP nossa preocupação não é apenas no *que* foi feito, mas, também o *modo como* foi feito, *para quem* foi feito e com *quais intenções* foram feitos os cursos de formação profissional aberto pela associação. A partir desses documentos nos é apresentado alguns questionamentos: Qual o objetivo da sociedade em fomentar cursos de qualificação profissional? A economia recifense demandava estas ações de formação profissional? Qual o objetivo em se “propagar” a instrução pública e como se deu este processo? Quem eram os integrantes dessa sociedade e, quais eram os seus vínculos com a atividade política local?

O objetivo principal da pesquisa é analisar as práticas da Sociedade Propagadora da Instrução Pública voltadas às ações de qualificação profissional. Para isso identificamos as propostas, os cursos, as escolas e o público alvo dessas ações da Sociedade Propagadora da Instrução Pública; bem como verificamos as expectativas da associação acerca dos cursos para a dinâmica econômica e social recifense.

Enquanto procedimento metodológico de pesquisa é necessário levar em consideração que o estudo historiográfico preocupa-se não apenas com o passado, mas, com o *temporal* no qual a observação direta do objeto de estudo é impossível, as fontes nas quais o historiador se debruça dotam de informações *indiretas* desse passado. Tais fontes acabam constituindo os vestígios pelo qual o historiador monta sua observação, compreensão e análise do passado, ou melhor, do objeto em sua temporalidade. Efetua-se, portanto, uma análise documental baseada na busca exaustiva das fontes e um correto agrupamento das informações encontradas no qual a crítica das fontes se parta da inferência dos dados obtidos⁹.

A investida nos *sinais* é busca e decifração dos rastros (pistas, indícios) é foi um modelo epistemológico surgido em fins do século XIX, dos sintomas de Freud aos signos pictóricos de Morelli, passando pelos indícios de Holmes. Temos, portanto, pistas talvez infinitesimais que permitam captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível¹⁰.

Sobre as fontes utilizadas em estudos voltados para o mundo do trabalho com foco no associativismo ou mutualismo, Viscardi alerta que normalmente ou se encontra um cabedal de fontes que cerque eficientemente determinada mutualista, ou são fontes escassas e dispersas levando o pesquisador a investigar fontes complementares capazes de permitir uma análise profícua. Portanto, Na primeira situação, por si só privilegiada, o pesquisador tem acesso aos estatutos, às atas de reuniões, às fichas de sócios, aos relatórios financeiros, às correspondências e, excepcionalmente, ao material iconográfico¹¹, no nosso caso estamos no segundo grupo de pesquisas, a do infortúnio de não encontrar fontes, e da necessidade de costurar a análise com fontes complementares. Dessa maneira, esta pesquisa direcionada ao período de 1872 e 1903 participa desse processo de investigação de *sinais* a fim de atingir algo que de outra forma seria inatingível.

O fazer historiográfico, leia-se o processo de escrita, acaba costurando as evidências e os sinais existentes nas fontes históricas e utiliza-se de diversos conceitos e pesquisa bibliográfica intensa para auxiliar e verificar a interpretação lançada sobre

⁹ ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: Edusc, 2006. P. 508-512.

¹⁰ GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. P. 150.

¹¹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. *Revista Mundos do Trabalho*, Vol. 2, Nº 4, Pp. 23-39. 2010. P. 27.

tal documentação (fonte histórica), além de costurar, na tentativa de eliminar, a dispersão existente entre as fontes¹².

Por tais motivos, pela diversidade e dispersão, foi necessário montar um quadro com os locais (possíveis e certos) que contem fontes profícuas para a análise ó os locais que guardam as *pistas*.

Quadro I: Documentação utilizada para pesquisa

Arquivo	Códices	Consta	Folhas/Páginas fotodigitalizadas
FUNDAJ	Jornal Diário de Pernambuco	Anúncios publicados acerca das atividades da SPIP	625
APEJE	Folhetos Raros II; Diversos II; Miscelâneas; Impressos Particulares; Petições; Instrução Pública (IP)	Estatutos; Relatórios; Petições: dos professores da associação e públicos ao poder público;	625
ALEPE	Anais da ALEPE	Discussões de projetos de leis e resolução de petições	103
IAHGPE	-	-	-
Univ. Chicago	Relatório dos Presidentes/Governadores da Província/Estado de Pernambuco	Informações referentes à província em relatórios escritos pelo Presidente/Governador da Província/Estado	5.489
IBGE	Estatísticas do Brasil/Pernambuco/Recife	Estatísticas	32 Livros

Explicamos. Na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) está guardado os exemplares do Diário de Pernambuco, jornal responsável por publicar diariamente

¹² Cf. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

informações a respeito das atividades da propagadora. Aqui está o principal acesso aos anúncios sobre a SPIP, acreditamos que todas as atividades dessa associação sejam sistematicamente noticiadas a fim de nos proporcionar informações sobre a quantidade de alunas (os) que se matriculavam, (a) os que concluíam o curso, informações mais aprofundadas sobre as escolas (Normal, Agrícola e a de Farmácia), as expectativas tanto da associação, quanto õpúblicasö sobre os cursos ofertados. etc.

No Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano estão guardados em diversos códices as mais diversas informações. Nos Folhetos Raros II e Impressos Particulares encontramos alguns Estatutos da SPIP e alguns livros de Memórias da SPIP; Nos códices Diversos II e nas Miscelâneas têm uma série de documentos que vão desde pedidos para se nomear fiscais para os exames da escola normal para mulheres (regulamentado por lei), desde quadros informando a quantidade de mulheres que finalizaram o curso com seu grau de aprovação; E nas petições encontramos alguns pedidos da propagadora aos órgãos públicos. Por fim, na série Instrução Pública iremos procurar as atividades dos professores da sociedade e suas reivindicações e regulamentações frente ao controle estatal.

As documentações encontradas na Assembleia Legislativa de Pernambuco, no site da Universidade de Chicago e no site do IBGE, nos serviam pra montar um quadro geral da política, economia, sociedade e educação no período. Analisamos dessa maneira, as:

- Documentações produzidas pela associação e enviadas para os órgãos competentes da Província (depois Estado) de Pernambuco.
- Anúncios publicados no jornal Diário de Pernambuco sobre a Sociedade Propagadora da Instrução Pública e seus respectivos membros.
- Petições dos membros e professores vinculados à Sociedade enviados os órgãos competentes da Província (depois Estado) de Pernambuco.

Os registros foram obtidos por intermédio da pesquisa direta, preferencialmente, a partir da fotodigitalização da documentação selecionada, visando reduzir o tempo de trabalho nos arquivos e criar um acervo acerca do tema. Pois, desconhecendo como o tema aparece nos códices descritos acima (IPs, Anúncios, Petições, Anais) a quantidade de informações sobre o tema é incerto.

Dessa maneira, subdividimos esse texto de maneira que facilitasse o entendimento do objeto em questão e, principalmente, da conjuntura política, social e econômica do Recife em fins do século XIX e início dos XX. O foco aqui não é perpassar pelo cenário político-social de fins do período Monárquico e início da República e tendo como apêndice, ou acontecimento menor, as ações de qualificação profissional desenvolvidas pela SPIP, mas, de perceber tais ações na teia de acontecimentos, ideias e expectativas do período.

Portanto, o capítulo intitulado "As ações do Estado e as ações particulares por Qualificação Profissional", possui a característica de introduzir o leitor à senda socioeconômica recifense, permeado pela realidade escolar e as investidas públicas em prol do ensino profissional. Abordaremos com acuidade o período entre 1872-1903 considerado por uma bibliografia clássica o "caso do império", no qual, o norte agrário procurava encontrar alternativas viáveis para a melhoria da industrial açucareira, como também para as relações de trabalho, passando de uma pungente escravidão para um engrandecimento do mercado de trabalho livre, apesar de compulsório e mantenedor das antigas relações escravistas. Porém, este mesmo norte agrário procurava investimentos de ordem social, dentre eles na instrução da população recifense.

Essas ações em prol da instrução, mais precisamente a instrução profissional é destacada neste primeiro capítulo. Principalmente pelo fato de não apenas a "boa sociedade" estar envolvida em ações em prol da instrução, mas, trabalhadores de ofícios e professores se voltarem para tal intento.

No capítulo intitulado "A Estruturação da Sociedade Propagadora da Instrução Pública" destacamos brevemente a quantas andava a instrução no Recife entre os anos de 1872 e 1903. A partir daí, demonstrar como a Sociedade foi sendo gestada mostrou-se incontestável para compreender suas ações.

Mais primordial ainda seria demonstrar com afinco algumas trajetórias dos membros da sociedade, a fim de perceber suas intenções políticas e visões acerca da sociedade recifense. Porém, alguns poucos sócios nos foram contemplando e muito pouco falado, no entanto, foi compreendido que se havia um "ethos" nessa sociedade, ele se apresentava enquanto um projeto de elite voltada para a formação profissional e principalmente para a civilidade da população da província.

Destacamos as ações da SPIP voltadas não apenas para a instrução profissional. A abertura de escolas primárias, bibliotecas e a "inserção" das mulheres são também

exemplos de suas ações. A abertura de escolas primárias e bibliotecas são destacadas no subcapítulo dedicado à gestão da SPIP. Essa nos foi a melhor maneira de articular a formação de uma associação prometedora de uma propagação da instrução pública com suas efetivas ações voltadas para a formação profissional recifense. O que nos leva para o último capítulo desse trabalho.

Procuramos desarticular as ações voltadas para a instrução profissional do resto da narrativa por motivos didáticos. Para a compreensão de tais ações ó a Escola Normal, Escola Agrícola e Escola de Farmácia ó eram necessários alguns apontamentos acerca do ensino normal, agrícola e farmacêutico em âmbito nacional. Este é o foco do capítulo intitulado "Ações da Sociedade Propagadora da Instrução Pública voltada para a Qualificação Profissional em Recife", no qual cada uma das escolas de ensino profissional é destacada. Porém, uma análise mais aprofundada sobre as mulheres se mostrou necessário, no subcapítulo dedicado à Escola Normal para senhoras. Não apenas para apresentar as propostas da "Propagadora" em inserir essas mulheres em seu quadro de sócias e voltar posturas de instrução profissional para elas, mas, inserir tal perspectiva na história das mulheres em território nacional ao longo dos XIX. Procuramos não ser enfadonhos nem com deveras delonga, mas, via-se necessário demonstrar como a associação estava a par dos primordiais acontecimentos no âmbito internacional e nacional voltado para o universo feminino.

Infelizmente nem todas as informações do funcionamento interno dessas escolas nos foi possível investigar. Algumas informações são esparsas. A necessidade de se costurar rastros ínfimos foi utilizada com afinco, porém, trouxemos margem para trabalhos futuros ou pelo menos uma compreensão mais pormenorizada do universo da instrução profissional no Recife.

Entendemos a Sociedade Propagadora da Instrução Pública enquanto um projeto de elite. Elite bem articulada horizontalmente e verticalmente tanto na política imperial ó sabendo utilizar de seu aparato burocrático e clientelista ó como com associações também preocupadas em assegurar uma formação profissional para trabalhadores recifenses.

A doação de materiais para alunos necessitados, a isenção de pagamento pelo curso estudado, a abertura de escolas de ensino agrícola, a abertura de bibliotecas voltadas ao público em geral, são ações que demonstrariam, numa leitura superficial, uma total dedicação às camadas populares. Não estamos desmerecendo tais ações, nem

desconsiderando que elas podem ter tido algum impacto na vida de diversos alunos, porém, não podemos desvincular a SPIP de seu tempo histórico, não podemos cair no anacronismo ou nos cegarmos pelo paradigma conjectural.

Se levarmos em consideração a interpretação sobre a geração de 1870 no qual era uma nova elite procurando se estruturar no universo político sem ao menos modificar as relações de trabalho pré-existentes, acreditamos numa elite composta por membros liberais e conservadores associados em prol de um objetivo em comum: instruir a população para o trabalho.

Nossa tentativa foi descrever e analisar as ações dessa associação. Apesar de ela ter sido citada em alguns trabalhos, tanto recentes, quanto mais antigos, nenhum deles se propôs a fazer tal resgate. Assim, esse trabalho, mesmo diante de limites apontados, propõe-se a ampliar o debate sobre a educação, a educação profissional e a intervenção da sociedade civil no âmbito da educação e da educação profissional no período em destaque.

2. As ações do Estado e as ações particulares por Qualificação Profissional

2.1 As ações estatais por instrução profissional

Convém adentrar primeiramente na conjuntura econômica, política e social do período compreendido entre o fim do Império e a Primeira República, mais precisamente entre 1872-1903, para melhor envolver o leitor no cenário da época e apresentar a revisão bibliográfica sobre o tema.

Em perspectiva macroeconômica o mercado de trabalho brasileiro e por consequente pernambucano foi sendo delineando a partir de uma economia colonial marcada por um não mercado de trabalho, porém, no decorrer do século XIX há uma crescente formação desse mercado de trabalho, onde a lei de locação de serviços, a abolição do tráfico de escravo, as levas de imigrantes e o crescente aumento do emprego de profissionais livres compõe esse contexto. Os anos entre 1889 e 1930 seria o período de maior gestação desse mercado de trabalho, onde os centros econômicos focados no sudeste Brasileiro vão alavancar a economia nacional e gerar a possibilidade de um mercado de trabalho nacionalizado. No entanto, o Nordeste vai vivenciar uma transição suave e demorada para as relações de trabalho capitalista e assalariada. Havia uma fragmentação regional que foi dando lugar para uma nacionalização do mercado de trabalho, contudo, algumas regiões nordestinas só iriam vivenciar o processo final pós-1930¹³.

No caso recifense, Barbosa vai destacar sua economia enquanto dependente da indústria açucareira e dependente do capital estrangeiro, principalmente inglês, onde, o mercado de trabalho, abortado, mostrava-se essencialmente restrito e desprovido de dinâmica própria¹⁴, em que os prestadores de serviço viviam no limite da sobrevivência.

“Nosso” norte agrário enfrentava as relações econômicas, políticas e sociais sob o jugo do clima e das secas que dificultavam a produção agrícola. Uma problemática era a de mão-de-obra para o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar, pois, o tráfico interprovincial (do Norte para o Sul do Brasil Imperial), intensificado pós-proibição do

¹³ BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

¹⁴ Idem. P. 268.

tráfico transatlântico de escravos, fazia um longo deslocamento desses trabalhadores. Em diversas províncias do norte a escravidão já dava sinais de queda e a dificuldade de se trazer imigrantes é apresentada através de diversos discursos políticos¹⁵.

Em 1871 era calculada a margem de 50% de uso de mão de obra livre nas lavouras nortistas. Já em Pernambuco, em idos de 1884, os trabalhadores livres estavam com a margem de 75%¹⁶. Apesar do entusiasmo pelo trabalho livre o salário decaía e dificultava a vinda de imigrantes. Evaldo Cabral de Mello nos mostra uma conclusão sobre o movimento emancipacionista ocorrido no Ceará,

que libertou definitivamente a província começou com a recusa de jangadeiros do porto de Fortaleza a transportar escravos para bordo de navios que demandavam o Rio de Janeiro. Neste sentido, o episódio contém um elemento inegável de protesto regional e não apenas de sentimento emancipacionista: **não se libertava apenas o escravo, retinha-se também a força de trabalho do novo cidadão, impedindo-se que ela fosse enriquecer outras terras**¹⁷ (Grifo nosso).

A própria modernização do processo produtivo industrial exigia a imigração de trabalhadores com possibilidade de trabalhar nessa maquinaria. O que podemos afirmar por enquanto é o mesmo que Manoel do Nascimento Machado Portella em discurso da época: ãA colonização [estrangeira] teve alguma coisa de real para o Norte? [...] Não; entretanto, para o sul foi uma realidade [...] Nenhuma parte [das verbas] chegou para o norte [...] e, entretanto, a produção no norte vai tomando desenvolvimento vai progredindoö ¹⁸, ou seja, apesar de verba alguma chegar para o Norte dar início ao imigrantismo como fazia o Sul, o Norte ãdesenvolveuö formas de se desenvolver.

Quanto à ãconfiguração regional da Economia Brasileira no século XIXö deve-se destacar como as culturas do açúcar, principalmente no nordeste, foram sofrendo um declínio gradual na exportação e com o concomitante aumento gradual da produção cafeeira. Entre 1861-1870 o açúcar contava apenas com 12,3% do valor das exportações enquanto o café continha 45,5%. Nos anos finais do império entre 1871-1880 11,8% era para o açúcar, já para o café 56,6%. Na primeira década da Primeira República

¹⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

¹⁶ BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008. P. 298

¹⁷ Idem. P. 40. (Grifo nosso)

¹⁸ Idem. P. 75.

enquanto instituição 1891-1900 6,0% do valor das exportações era do açúcar enquanto 64,5% para o café¹⁹.

Por tais motivos outra problemática era bastante discutida nas reuniões da assembleia legislativa de Pernambuco: eram os auxílios à lavoura. Como também por um patronato organizado em associação e preocupado com o futuro agrícola regional. Mello (1999) apresenta-nos através da documentação dos relatórios da Associação Comercial de Pernambuco e da Sociedade Auxiliadora da Agricultura Pernambucana todas as discussões entre essas sociedades e as elites e destas com as elites nacionais voltadas para o auxílio da lavoura. Tal empreendimento ocorria de forma dificultosa, possibilitando limites de crédito. Uma coisa implicava em outra e a modernização dos engenhos era necessária:

O norte agrário teve de promover sozinha a modernização do principal setor da sua economia. Em Pernambuco mesmo, ainda com anterioridade ao 15 de novembro, o governo provincial alocara recursos adicionais ao programa de empréstimos de 1885, e restringira-os aos agricultores residentes nas zonas onde se instalassem as fábricas, criando destarte as condições para a reintegração da lavoura e do fabrico, isto é, para o aparecimento da usina [...] A fundação de usinas envolveu capitais urbanos e comerciais, mas este aporte, ainda segundo Eisenberg, não se teria tornado visível antes de 1910²⁰.

Para que houvesse escoamento dessa produção agrícola durante a década de 70 os investimentos para as estradas foram grandes, porém, muitas não foram promovidas com cuidado. O caminho de Recife ao São Francisco foi interrompido ainda em Garanhuns, pois, a estrada não estava se mostrando lucrativa para o Estado, havendo a construção de uma Recife-Caruaru, mais importante economicamente. A grande seca de 1877-1878 obrigou o governo imperial cuidar da construção das estradas diretamente, pois, a seca havia afetado os ganhos com a agricultura. Tal era a dificuldade de contato com o interior do Estado, que para Pernambuco era mais barato importar milho e feijão dos EUA, Amsterdam ou Gênova do que do sertão de Pernambuco e províncias adjacentes. As ferrovias eram plenas subsidiárias do comércio marítimo.

¹⁹ PAULA, João Antônio de. O Processo Econômico. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional: 1830-1889*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010). Pp: 179-224.

²⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império 1871-1889*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1999. P. 180-181.

Podemos compreender quão dificultoso foi o período compreendido entre 1871 e 1889 para o norte agrário, ligado também, à problemática de investimentos nas estradas de ferro, importante subsídio para o escoamento de produção e barateamento no custo de artigos básicos de sobrevivência ainda adquiridos por meio de importação ó como é o caso do milho e do feijão, importados dos EUA, Gênova, Amsterdam ó e necessário para garantir ao porte do recifense, dentre outros, maior absorção de economias e áreas de escoamento para o comércio marítimo.

O Período compreendido entre os anos de 1875-1889 é denominado por Carvalho como "Crise e queda da Monarquia", portanto,

os últimos 14 anos da monarquia foram marcados pela erradicação da escravidão, pelo surgimento dos militares como ator político e pelo crescimento do movimento republicano. Todos esses fatores contribuíam para a perda de legitimidade da monarquia perante os setores influentes da sociedade. Para agravar a situação, uma reforma eleitoral reduziu a representatividade do parlamento²¹.

Entre esses anos o Brasil passou por um processo de transformação econômica, modernizaram suas instituições políticas, sua estrutura econômica, suas relações sociais. Porém, não conseguiu superar questões como a desigualdade, exclusão e marginalização social. Houve investimentos na infraestrutura urbana, de investimento na vida cultura, houve também aumento das instituições de ensino e de pesquisa (como os Institutos Históricos e Geográficos de cada província²²), apesar de altos níveis de analfabetismo. Tal investimento em instrução ocorreu principalmente no campo do ensino superior, nas áreas da engenharia, das ciências agrárias e o ensino jurídico como tendo maior destaque²³.

As interpretações sobre a vida social e política no ocaso do império são diversas, às vezes parecem dispares, noutras bastante aproximadas. Sem querer delimitar os pontos

²¹ CARVALHO, José Murilo de. A Vida Política. In.: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional: 1830-1889*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010). Pp: 83-130.

²² SCHWARCZ, Lili Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

²³ PAULA, João Antônio de. O Processo Econômico. In.: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional: 1830-1889*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010). Pp: 179-224.

de interseção ou secessão, porém, procurando relatar algumas dessas interpretações convêm tratar de alguns pontos.

Para Raymundo Faoro, as bases parlamentaristas brasileiras são inglesas e francesas, a elite política brasileira sempre se organizou para permanecer enquanto elite apesar das mudanças no regime político. Para o autor o jogo da política entre saquaremas e luzias (conservadores e liberais) é apenas cênico e o poder possui uma estrutura independente. Pois,

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente, O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo²⁴.

Ou seja, para o autor a elite política manipulava a sociedade, mantinham-se no poder e assim perpetuavam-se enquanto elite. Para essa elite o liberalismo aparece enquanto conservador das liberdades conquistadas em 1808, da liberdade de 1822 de representar-se politicamente, de ter o trabalhador escravo mediante coação jurídica e de adquirir novas terras. O liberalismo e o positivismo caminhavam lado a lado, representando o movimento político-sócio-cultural brasileiro em fins do século XIX e início dos XX, daquilo que a própria elite brasileira foi capaz de cultivar, de acordo com a interpretação de Bosi²⁵.

Para José Murilo de Carvalho a elite reproduzia-se pelo próprio sistema de instrução por eles pensado, organizado, mantido e financiado. No decorrer da vida desses sujeitos, a educação, a ocupação e a carreira política era o determinante do modelo de dominação política imperial. Para o autor,

A homogeneidade da elite pela educação comum na tradição do absolutismo português e pela participação na burocracia estatal fazia com que o fortalecimento do

²⁴ FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder*. São Paulo: Editora Globo, 2001. P. 42.

²⁵ BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Estado constituísse para ela não só um valor político como também um interesse material muito concreto²⁶.

Era a educação um elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial²⁷, após o ensino superior a ocupação de cargos dava-se de modo que permitisse uma circularidade e o sujeito nunca deixasse de exercer cargo público, para ele era como um clube que se perpetuava ao conseguir manter Presidentes de Província, Ministros, Senadores, Conselheiros de Estado, sempre revezando seus cargos.

O Conselho de Estado (conselheiros, desembargadores, presidentes de província, professores, generais, ocupavam muitas vezes cumulativamente cargos ministeriais) seria o que provavelmente Faoro chama de estamento burocrático. Porém, Carvalho acredita que não se tratava, no entanto, de um estamento, mas de uma elite política formada em processo bastante elaborado de treinamento, a cujo seio se chegava por vários caminhos, os principais sendo alguns setores da burocracia, como a magistratura²⁸.

Ou seja, a elite se mantendo no poder através de uma manutenção pautada em três etapas subsequentes de ensino superior, ocupação e a carreira política, favorece o fato de a mesma procurar empenhar-se em propagar a instrução pública. Não no objetivo de facilitar o ingresso na magistratura de outras classes, mas, por acreditar e confiar na instrução como instrumento de civilidade das classes.

Aqui, concordamos com Ilmar Matos quanto ao modo em que ele enxerga as classes no período imperial, pois,

quando operamos com o conceito de classe senhorial estamos operando com uma categoria histórica e não com uma mera classificação que leva em consideração o lugar ocupado por um conjunto de indivíduos no mundo da produção e a relação que mantêm com uma outra classe fundamental. Estamos considerando, antes de mais nada, uma trajetória assinalada por inúmeras lutas, trajetória essa à qual não é estranha a direção saquarema. Assim, a natureza da classe e seus elementos de coesão e sua identidade, em suma, aparecem como resultado de experiências comuns vividas por determinados homens,

²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P. 42

²⁷ Idem. P. 65

²⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P. 178.

experiências essas que lhes possibilitam sentir e identificar seus interesses como algo que lhes é comum, e desta forma contrapor-se a outros grupos de homens cujos interesses são diferentes e mesmo antagônicos aos seus conforme nos ensina E. P. Thompson²⁹.

Essa maneira de enxergar as classes nos auxilia, principalmente, quando levamos em consideração os casos de associativismo ó analisados adiante ó e a maneira com que os sócios pugnavam por interesses em comum. Como também por compreender tais experiências vivenciadas por estes indivíduos que dão forma à sua visão de mundo, ao modo como vão lapidando seus interesses e suas redes de sociabilidade ao longo dos anos. São trajetórias individuais projetadas em proposições capazes de articularem-se e permear uma maneira de pensar e agir de uma associação.

A crença na instrução era propagada e para aqueles da õboa sociedadeõ quem agisse em prol da instrução receberia beneficinas. A livre iniciativa ó principalmente a associativista ó ganhou terreno nesse contexto.

Não seria difícil de compreender a empreitada aos particulares, se levarmos em consideração as análises perspicazes de Miriam Dolhnikoff, ao comparar o federalismo instalado no Brasil pós-independência com a lógica federalista norte-americana.

O projeto federalista, tal qual foi concebido por parte da elite brasileira na primeira metade do século XIX não morreu em 1824, tampouco em 1840. O projeto federalista saiu vencedor embora tinha que ter feito, no bojo da negociação política, algumas concessões. Se a opção pela monarquia tornava o Brasil uma exceção no continente, a escolha de um modelo de tipo federativo denunciava sua inapelável vocação americana³⁰.

Porém, o espírito do federalismo anglo-saxão não se corporificava na mesma medida nas bases latinas:

O federalismo norte-americano era seu modelo, mas, devidamente expurgado de seu conteúdo democrático e para muitos também de sua natureza republicana. Desejavam uma organização pela qual convivessem duas esferas estatais: o governo central e o governo provincial. As atribuições de cada uma seriam definidas pela

²⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987. P. 14.

³⁰ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005. P. 14.

Constituição, de modo que um não invadissem o legítimo âmbito de ação e intervenção do outro³¹.

Tal arranjo institucional transferiu a responsabilidade aos governos provinciais de garantir investimentos capazes de superar obstáculos visando à expansão econômica de cada província. No caso do norte agrário, economia em progressiva decadência, tal capacidade tributária estava muito além da capacidade do governo provincial pernambucano, como destacamos acima.

Após o 15 de Novembro de 1889 houve uma reversão da expectativa, pois,

tudo parecia sinalizar para uma integração sem obstáculos e barreiras intransponíveis. Contudo, tal abertura social só experimentada no Brasil no final do século XX, mas, não apenas só seria freada por novos critérios de alteridade racial, religiosa, étnica, geográfica e sexual. Marcadores sociais de diferença dos mais vigorosos, porque condicionados por realidades e hierarquias sociais, mas moldados por critérios considerados racionais e objetivos só porque biológicos só, faziam agora grande sucesso. Um novo racismo científico, que acionava uma pletera de sinais físicos para definir a inferioridade e a falta de civilização, assim como estabelecer uma ligação obrigatória entre aspectos externos e internos dos homens. Narizes, bocas, orelhas, cor da pele, tatuagens, expressões faciais e uma série de índices foram rapidamente transformados em estigmas definidores da criminalidade e da loucura. O resultado foi a condenação generalizada de largos setores da sociedade, como negros, mestiços e também imigrantes, sob o guarda-chuva seguro da biologia³².

A situação econômica e social não se modifica por completo e a problemática cambial também gerava dificuldades de entendimento entre políticos³³. Apesar da abolição da escravidão, as relações de trabalho do século XIX perduram por boa parte dos XX, com um crescente imigrantismo para áreas de produções econômicas mais

³¹ Idem. P. 15.

³² SCHWARCZ, Lilia Moritz. As Marcas do Período. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *A Abertura para o Mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação 1808-2010; 3). Pp: 19-34. P. 21.

³³ FRANCO, Gustavo H. B. & LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. O Processo Econômico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *A Abertura para o Mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação 1808-2010; 3). Pp: 173-238.

lucrativas e dinâmicas como a agricultura cafeeira, as indústrias bastante mecanizadas de São Paulo e para o Norte onde se produzia a borracha (apesar de muitos trabalhadores sofrerem ainda mais com as condições de trabalho nos seringais). O mercado de trabalho é estudado tendo por base, principalmente, essa fase de migrações internas, sobretudo do Norte para o Sul³⁴.

Neste interim temos um Recife reminescente de revoltas populares ditas liberais; episódios antilusitanos; uma política voltada para os melhoramentos matérias da província, tais como a melhoria do porto, implementação de fábricas, melhorias dos engenhos centrais para as usinas de açúcar, estradas de ferro, água encanada, esgotamento sanitário, e preocupação com a higienização pública; temos longos períodos de secas e migrações do campo para a cidade ³⁵; temos os trabalhadores envolvidos em associações e engajados numa negociação política por direitos ³⁶; professores possivelmente envolvidos em disputas políticas ³⁷. Ou seja, temos um Recife bastante dinâmico e propício para vicissitudes sociais, onde as transformações no aspecto econômico e urbano podem modificar as relações de trabalho, bem como o desaparecimento de algumas profissões.

Porém, após a proclamação da República e o fim da escravidão iniciou-se uma lenta modificação do quadro econômico do estado de Pernambuco. Para ter uma ideia dessas mudanças, Fonseca³⁸ destaca que, ao término do Império, Pernambuco apresentava um número muito pequeno de indústrias. No entanto, com o advento da República esse cenário sofreu uma profunda modificação. Em 1910, com o total de 118 estabelecimentos industriais, esse Estado já ocupava a sétima posição entre os que apresentavam maior número de indústrias. Já no correspondente ao número de

³⁴ BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

³⁵ Cf.: CARVALHO, Marcus J. M. *Liberdade: Rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850*. Recife: ed. Universitária da UFPE, 1998.; MELLO, Evaldo Cabral de. *õCanoas do Recife: Um Estudo de Microhistória Urbanaõ*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. (1978). Vol. 1.; MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império 1871-1889*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1999.; ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

³⁶ Cf.: MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. 1. ed. Campinas: FAPESP/Editora da Unicamp, 2012.

³⁷ SILVA, Adriana Maria Paulo. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

³⁸ Cf: FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. V. 1. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986a.; FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. V. 4. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986b.

trabalhadores no setor industrial a posição pernambucana era um pouco melhor: quinto lugar. Somando um total de 12.042 trabalhadores³⁹.

De acordo com a estatística populacional e industrial, Pernambuco era o quinto Estado mais populoso do país com um total de 841.539 no ano de 1872, subindo para 1.030.256 em 1890, chegando a 2.154.835 em 1920, precedido apenas por Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul (do primeiro ao quarto mais populoso)⁴⁰. Em contraponto a cidade de Recife em 1872 contava com 111.556 pessoas do Estado, subindo para 113.106 em 1890 e alcançando em 1900 um total de 116.671 pessoas, ou seja, nunca ultrapassando 16% do total populacional do Estado⁴¹.

A estatística escolar de 1916 nos mostra um quadro em que o Estado de Pernambuco contava com 651 escolas e 667 cursos, com 34.200 alunos numa média de 53 alunos por escolas e 51 por cursos. No entanto, dos cursos ofertados 639 eram primários; 16 secundários, dois eram de ensino superior e havia apenas 10 cursos profissionais, demonstrando que apesar da tentativa de implementar o ensino profissional ainda era pequena a oferta desses cursos feita pelos agentes públicos.

Para o senso que compreende os anos de 1907 à 1912 fez-se um balanço do ensino profissional nos diversos Estados. Pernambuco contava em 1907 com escolas nas modalidades de ensino profissional: sacerdotal, pedagógico, artístico liberal, artístico industrial, agrônômico e comercial. O ensino sacerdotal contava com uma média de 6 prédios escolares, 31 de pessoal docente; o profissional pedagógico contava com escolas abertas pelo Estado ou por particulares somando um total, em média, de 4 prédios, com 68 de pessoal docente e atingindo um total de 577 matrículas em 1912; o ensino profissional artístico liberal contou com uma escola aberta por particulares, 4 de pessoal docente e atingindo 28 matrículas em 1909; já o ensino artístico industrial contava com 4 escolas particulares, 42 de pessoal docente e atingindo um total de 1.103 matrículas em 1907; o ensino profissional agrônômico também era de empreitada particular alcançando em média 4 escolas, com 28 de pessoal docente em 1912 e um total de matrículas que chegou a 94 alunos nesse mesmo ano; por fim o ensino profissional

³⁹ SANTOS, Yan Soares & OLIVEIRA, Ramon de. As ações dos trabalhadores no campo da qualificação profissional em Recife (1889-1930). *Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n° 52, p. 75-89, set2013.*

⁴⁰ INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas Históricas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

⁴¹ DIRETORIA Geral de Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. 1º Anno (1908-1912) V. I. Território e População. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1916.

comercial contava com apenas uma escola particular com 3 de pessoal docente e atingindo 12 matrículas⁴².

Ou seja, era valorizado o ensino primário para a população, não seguido diretamente pela oferta de ensino secundário, menos ainda a tentativa de preparar essa população para o trabalho. E as empreitadas voltadas para o ensino profissional entre os anos de 1907 e 1912 eram de preponderância particular em todas as instâncias censitadas. A própria abertura de novas escolas não era algo tão comum em todo o território nacional, a intensificação deu-se mais na regulamentação do ensino e da profissão docente, e advogar por uma universalização do ensino ainda era algo tardio e vindouro. As escolas primárias entre 1889 e 1930 são analisadas pela historiografia recente como *ôlugar social* de educação da *infância*⁴³, a própria República pensou as escolas primárias imperiais como um local de atraso e de ômofoô, portanto, as escolas republicanas com seus prédios imponentes deveriam propagar o regime republicano. O positivismo era o mote, civilizar para o progresso era o caminho buscado e arquitetado pelo regime que se iniciava tendo o analfabetismo o principal inimigo. As reformas da instrução entre os anos de 1920-1930 ocorreram em âmbito nacional principalmente de caráter escolanovista.

A regulamentação do ensino profissional era voltada para as classes pobres, no qual existia a concepção de se ôfacilitar a vida da população desvalidaô com o preparo técnico e intelectual. Para os poderes públicos a preocupação no ensino técnico-profissional deu-se somente depois de duas décadas de iniciada a Primeira República⁴⁴, porém, a iniciativa particular não precisava seguir esse metrônomo.

Nos Relatórios dos Presidentes da Província (depois Mensagens do Governador do Estado, por conta da proclamação da República)⁴⁵ são relatadas informações concernentes à instrução pública, bem como, algumas informações sobre iniciativas particulares que constavam nos relatórios, seja por fazer parte de uma iniciativa

⁴² DIRETORIA Geral de Estatística. Anuário Estatístico do Brasil¹º anno (1907-1912) V. III cultos, assistência, repressão e instrução. Rio de Janeiro: Typografia Estatística, 1927. p, 930-1.037

⁴³ SCHUELER, Alessandra & MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Revista Tempo*, Pp 32-55. 2008. P. 34.

⁴⁴ Cf.: NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

⁴⁵ Toda essa documentação pode ser encontrada online no site da universidade de Chicago, segue o link: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco> último acesso em: 05/07/2013. Obs.: toda a documentação citada daqui em diante sobre o Relatório dos Presidentes de Província foi retirada desse site.

preocupada com a instrução primária e secundária, seja por terem angariado subvenção do poder público para iniciar ou darem continuidade a suas atividades.

Este documento estrutura-se de tal maneira a conter descrições da realidade econômica, política e social da província/estado de Pernambuco. Estatísticas de prisões, eleições, força política, porto, gastos e regulamentos com as estradas de ferro, iluminação, praças, Teatro Santa Isabel, e gastos e regulamentos sobre a instrução pública.

Na parte referente à instrução, normalmente tem-se a estatística escolar para o período, alguns anos até possuem quadro de frequência de alunos, seja a instrução primária, secundária ou profissional e técnica. Sobre a instrução primária e secundária o foco permanece nas ações dos professores, nos gastos com o serviço e nas estatísticas. Já no ensino secundário, profissional e técnico, a documentação atém-se à Escola Normal, ao Ginásio Pernambucano, Colônia Agrícola e Industrial Orphanológica Isabel e a algumas aulas existentes, como a de Obstetrícia e a de Taquigrafia.

Em 1872 é destacada a inauguração da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, impulsionada pelo então Diretor Geral Interino da Instrução Pública o Dr. João José Pinto Júnior. No relatório a associação tinha por fim òdifundir e auxiliar, por todos os meios, o ensino primário, secundário e superiorö, já com diversos oferecimentos de sócios e outros professores da província para se ensinar gratuitamente os alunos que forem enviados pela associação. E ainda é dito que õquando um país se acha empenhado na realização de reformas, que tendem a espancar por uma vez a negra nuvem da ignorância, é dever do governo proteger e auxiliar associações dessa ordem, que muito podem fazer em prol da maior difusão do ensino popular, base de toda a regeneração moralö ⁴⁶, ou seja, a iniciativa particular, voltado para o engrandecimento moral e civilizado da população deveria ser enaltecido e auxiliado pelo governo, principalmente esse podendo garantir uma subvenção para a mesma, como também, auxiliar de outras maneiras ó tratadas mais adiante.

Concentrando ainda nos relatórios, nos anos seguintes são apresentados alguns feitos da SPIP, como a abertura da Escola Normal para senhoras, tendo por fim a formação no magistério, inaugurada em 25 de Fevereiro com um montante de 80 alunas solteiras e

⁴⁶ RELATÓRIO Com que o Exm. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos Passou a administração desta província, Novembro 1872. Pp. 8-9.

casadas ⁴⁷. Neste mesmo ano, é aprovada a Lei Nº 1124, sobre o Ensino Livre e Obrigatório, tal lei de acordo com o relatório pôde engrandecer a iniciativa particular voltada para a instrução primária, pois, de acordo com o Artigo 2 da Legislação Provincial Número 1124. ãÉ livre o ensino primário e secundário. Pode o nacional ou estrangeiro exercer a indústria do ensino sem dependência de licença e prova de capacidade profissional⁴⁸, porém, mediante fiscalização dos poderes públicos. Do mesmo modo em que para a instrução primária, de acordo com a Legislação Provincial Número 1124:

Art. 6. A instrução primária é obrigatória para todos os indivíduos livres maiores de sete anos e menores de quinze anos.

A obrigação imposta pelo artigo 64 da lei n. 369 de 14 de maio de 1855, que somente se entenderá extensiva aos pais, tutores e curadores, será regulada por ato especial do governo da província que estabelecerá multas aplicáveis ao não cumprimento da mesma obrigação, o modo de impô-las, os recursos e sua forma. ⁴⁹

Para os sócios da SPIP, o ensino deveria ser livre, como percebemos nas discussões ocorridas em Agosto de 1872, no qual, O Dr. Gervásio Campello, propõe que no artigo 4 o método do ensino empregado seja o ensino livre e que o mesmo seja obrigatório. O Sr. Bacharel Ribeiro da Cunha, disse da sociedade ser organizada segundo as leis existentes, portanto, não incluir nos estatutos o ensino livre, apesar de considerar que deveria ser previsto, visto que o ensino deve ser livre, e que há na assembleia provincial um projeto de lei que prevê o ensino livre de acordo com o artigo 9, cabendo ao conselho superior da sociedade solicitar aos poderes públicos a adoção dessa medida. O Sr. Dr. Jacobina, insiste no ensino livre. Por voto da maioria o ensino livre não seria adicionado aos estatutos, uma comissão foi votada para rever os estatutos e foi-se instalada a Sociedade⁵⁰. Ou seja, antes mesmo da lei ser sancionada pelos poderes públicos os professores e associados da SPIP, discutiam sobre tal aspecto. Levando tal discussão para pauta do legislativo em Pernambuco, e como observamos na citação acima, sendo aprovado o ensino livre na província.

⁴⁷ FALLA Com que o Exm. Sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena abriu a sessão da Assembléia Provincial, Março 1873. P. 19.

⁴⁸ Lei Nº 1124. PERNAMBUCO. Legislação Provincial de. Estante 29. Prateleira 02. Número 29. Ano (1865-1877). Ano de 1873. Pp. 68-75.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Quarta-Feira 14 de Agosto de 1872. Diário de Pernambuco 1 Out. a 31 Dez. 1872 rolo n. 98 (FUNDAJ).

Em 1874 há uma sessão específica para as ações da SPIP. Há uma tabela com os primeiros estabelecimentos da associação em que funcionam aulas para francês, a escola normal para senhoras, aulas primárias noturnas (para adultos) e diurnas, tais aulas funcionam nas freguesias do Recife: Santo Antônio, São José, Boa Vista, N. S. da Graças, Poço da Panela, Várzea. Faremos um breve quadro comparativo:

Quadro II: Comparativo de alunos matriculados em escolas públicas versus os da SPIP em 1874.					
Ano	Escolas Públicas Primárias Diurnas		Sociedade Propagadora da Instrução Pública		
	Alunos		Primária Diurna		
	Matriculados (A)	Habilitados	Qte. Escolas	Alunos (B)	
Matriculados				Frequentam	
1874	9036	164	2	76	63
Porcentagem (B/A)	1%				
Fonte: FALLA Com que o Exm. Sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena abriu a sessão da Assembléia Provincial, Março 1874. Pp. 27-34					

Levando em consideração que o quantitativo de alunos matriculados em escolas públicas é de toda a província de Pernambuco e não apenas nas escolas do Recife, a percentagem comparativa parece ser irrisória, pois, 1% não equivaleria a muita coisa. Porém, como não temos a estatística específica da cidade do Recife, pode-se esforçar pra compreender que, comparando, 1% já é um número de oferta-demanda evidente sobre as escolas da SPIP.

No entanto, após o relatório de 1874, não há mais menção dos feitos da SPIP nos Relatórios dos Presidentes da Província. Durante os anos de 1876-1889 João Barbalho Uchôa Cavalcante ocupa o cargo de inspetor geral da instrução pública ó sobre Uchôa Cavalcante e suas ações, veremos adiante. Sobre as escolas de instrução profissional e técnica o relatório afirma existir na província as seguintes: escola normal (mista), escola de geometria prática, aulas de geometria e desenho linear dos arsenais de guerra e da marinha, o Liceu de artes e ofícios, o instituto industrial artístico e agrícola da Colônia orfanológica Isabel, aula de obstetrícia do hospital Pedro II e a de taquigrafia. As informações demonstram uma procura fraca nas aulas de obstetrícia. Porém, os resultados dessas aulas não estão satisfatórios, seja pela possibilidade de atendimento a uma quantidade maior de interessados. A lógica da "boa sociedade" é de formar

trabalhadores que se aperfeiçoem em diversas artes, indústrias e profissões para que possam destarte produzir efeitos gerais sobre a produção da riqueza nacional, promovendo a expansão das indústrias nascentes.⁵¹

Em 1881 o então Presidente da Província alega que apesar dos esforços públicos perante a instrução pública, não há qualquer interferência das municipalidades, além de serem fracos os auxílios prestados por particulares seja através de iniciativa individual ou associativa. Com todas as despesas referentes ao serviço de instrução pública o Estado acaba inibido de subsidiar a instrução primária nas províncias e a Assembleia Provincial apenas consegue criar algumas escolas primárias e promover a fundação de algum instituto de educação secundária.

A necessidade de ampliar e desenvolver o ensino primário são bastante ressaltados principalmente pela lei N. 1.497 de 10 de julho de 1879 que reformou o ensino secundário no Ginásio Pernambucano.

Sobre o ensino profissional e técnico fala-se sobre a Escola Normal, o Ginásio Pernambucano, uma sessão para a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, e sobre a inauguração do prédio do Liceu de Artes e Ofícios (escola da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais). A proposta, além do aspecto civilizatório era ao "difundir a instrução é concorrer para o adoçamento dos costumes e, por conseguinte para a diminuição da estatística criminal"⁵². Daí em diante os relatórios focalizam a Escola Normal (mantida pela província) e o Ginásio Pernambucano.

Observando as leis aprovadas no decorrer do fim do século XIX, a tendência é o encorpar da regulação e fiscalização da instrução pública, no qual as práticas do cotidiano docente vão sendo regulamentadas procurando burocratizar o ofício, impedir táticas de professores que em detrimento de auxílio pessoal ãprejudicasseõ a instrução

⁵¹ Ver: FALLA Com que o Exm. Sr. Commendador João Pedro Carvalho de Moraes abriu a sessão da Assembléia legislativa Provincial em 1º de Março de 1876. Pernambuco, Typ. De M. Figueroa de Faria & Filhos, 1876; FALLA Com que o Exm. Sr. Doutor Manoel Clementino Carneiro da Cunha abriu a sessão da Assembléia Legislativa Provincial de Pernambuco em 2 de Março de 1877. Pernambuco, Typ. De M. Figuerôa de Faria & Filhos, 1877; FALLA Com que o Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda, Presidente da Província abriu a sessão da Assembleia Legislativa em 18 de Dezembro de 1878. Recife, Typ. De Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1878; RELATÓRIO Com que o Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda passou à Administração desta Província em 18 de Setembro de 1879. Recife, Typ. De M. Figuerôa Faria & Filhos. 1879; FALLA Com que o Exm. Sr. Dr. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque abriu a sessão da Assembleia Provincial de Pernambuco no dia 1 de Março de 1880. Pernambuco, Typ. De Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1880.

⁵² Cf.: FALLA Com que o Exm. Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria abriu a sessão da Assembleia Legislativa de Pernambuco em 1 de Março de 1881. Recife, Typ. De Manoel Figuerôa de Faria & Filhos, 1881; FALLA Com que o Exm. Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Barros Correia Vice-Presidente da Província abriu a sessão da Assembleia Legislativa de Pernambuco em 1º de Março de 1882. Pernambuco, Typ. Manoel Figuerôa de Faria & Filhos, 1882. P. 16;

pública da Província⁵³. Tendência esta que permanece no decorrer da Primeira República, período no qual a abertura de prédios escolares deu-se de forma tímida comparada às constantes reformas nas leis de instrução pública, como relata Nagle⁵⁴ em estudo clássico sobre a Educação na Primeira República.

Para Luiz Antônio Cunha a história do ensino profissional-manufatureiro aparece praticamente omissa em relação à história do ensino superior, secundário e até da educação física. Porém, para ele, o ensino profissional-manufatureiro mais que o ensino para o comércio, agricultura e de serviços ocupou uma posição hegemônica sobre os demais, servindo até mesmo de modelo para o conjunto das políticas educacionais no país⁵⁵. Para montar sua argumentação, Cunha perpassa a história desse ensino pelo Brasil desde os tempos coloniais e principalmente no período imperial, segundo ele:

No período imperial, enquanto as instituições criadas, mantidas e administradas pelo Estado voltavam-se, predominantemente, para a formação compulsória da força de trabalho manufatureira a partir dos miseráveis, as iniciativas de particulares eram destinadas, principalmente, ao aperfeiçoamento dos trabalhadores livres, os que tinham disposição favorável para o ensino oferecido⁵⁶.

Cunha também evidencia a organização de sociedades de ofício e o entrecruzamento, no quadro de sócios, de trabalhadores com a burocracia estatal, tal entrecruzamento acabaram beneficiando tais associações. Logo iniciada a República tais intenções de educar para o trabalho não cessaram, foram incorporadas ao pensamento positivista comtiano veiculado pelas elites e transmitida aos trabalhadores principalmente quando o êsurto de industrialização em 1909 trouxe como discussão e ações a abertura das

⁵³ Durante as décadas de 1860-1880 grande parte das solicitações feitas aos poderes públicos pelos professores públicos de Recife eram as transferências e as licenças médicas, das licenças, boa parte era exigida o atestado médico para a referida doença por conta dos poderes públicos desconfiarem do abuso dos professores perante essa possibilidade de afastamento do exercício da docência. Para as transferências o pedido normalmente era a mudança da cadeira ministrada para áreas mais centrais do Recife, ou até mesmo cidade mais próximas à Recife. Eram práticas abusivas que visava apenas o benefício do próprio professor requerente. Cf. LIMA, Dayana Raquel Pereira de. SILVA, Adriana Maria Paula da. Sinais do 'desconforto' no exercício da docência pública em Recife e Olinda (1860-1870). In: IX Seminário nacional de estudos e pesquisas 'História, Sociedades e Educação no Brasil' (HISTEDBR), 2012, João Pessoa. *Anais do IX Seminário nacional de estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR)*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2012. p. 4006-4025.

; Cf. PERNAMBUCO. Legislação Provincial de. 1850-1889. Fundo Sub a Guarda do APEJE.

⁵⁴ Cf. NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

⁵⁵ CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Pp. 89-107, Mai/Jun/Jul/Ago 2000. P. 89.

⁵⁶ Idem. P. 91.

escolas de aprendizes artífices por todos os estados da federação. Por fim, discute as ações voltadas para o ensino profissional já no período varguista empreendida pelo ministro da Educação Gustavo Capanema, período que não adentraremos nesse trabalho. Manfredi⁵⁷ também faz um breve resumo da educação profissional pré-varguista, porém, o foco principal é na divisão entre trabalho intelectual e manual em Vargas, falando muito superficialmente sobre o que havia sido edificado (inclusive pelos trabalhadores) sobre o ensino profissional.

Outro ponto importante é a relação entre trabalho e educação, Maria Ciavatta apresenta suas mediações, trazendo algumas instituições como mediadoras desse processo, ou seja, responsáveis pela preocupação em educar para o trabalho. Algumas dessas instituições no período Imperial remissivas de antigas corporações de ofícios, onde, em fins dos XIX e início dos XX, a legitimação do ensino de ofícios apoiar-se-ia sobre os elementos: ãser motivação para o trabalho; prevenir ideias contrárias à ordem política e social; propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam com trabalhadores motivados, disciplinados e ordeiros; permitir aos operários auferir melhores salários⁵⁸. Ou seja, havia a necessidade de ãfabricarõ trabalhadores cujo fim último seria educar a sociedade para o trabalho e pelo trabalho.

Portanto, a educação mostrava-se vantajosa e necessária para os trabalhadores, por tal motivo, entendemos por qualificação profissional, levando em conta a necessidade da instrução e a sociabilidade com ela relacionada, para este período:

o conjunto de conhecimentos e habilidades cuja posse permitia que os trabalhadores da cidade do Recife se reconhecessem e fossem reconhecidos como aptos à realização de uma atividade, independentemente do local e da forma como essa capacidade foi desenvolvida⁵⁹.

É um conceito pensado dessa maneira a fim de permitir uma análise profícua e não anacrônica, visto que a qualificação profissional é bastante estudado na atualidade⁶⁰. Por

⁵⁷ MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

⁵⁸ CIAVATTA, Maria. *Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60)*. Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009. P. 180.

⁵⁹ OLIVEIRA, Ramon de. & SILVA, Adriana Maria Paulo da. Relatório de Pesquisa: Demandas por qualificação profissional: Recife, segunda metade do século XIX. Recife, 2010. Financiado com recursos do CNPq.

⁶⁰ Para um breve resumo da Qualificação Profissional enquanto tema atual de pesquisa e seu uso não anacrônico: Cf. OLIVEIRA, Ramon de. Demandas por qualificação profissional: Recife, segunda metade do século XIX. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, Sept. 2013. Available from

isso, acreditamos na instrução voltada para o trabalho enquanto um conjunto de conhecimento capaz de ser o reconhecedor da efetividade da realização dessa atividade pelo trabalhador. Porém, estamos analisando uma associação, ou seja, uma instituição capaz de abrir cursos e fornecer diploma para os concluintes, permitindo-nos melhor avaliar possíveis implicações desses cursos para a realidade socioeconômica recifense.

Tendo por base este quadro ó do universo legislativo voltado para a instrução pública, contexto social do período e os relatórios dos Presidentes de Província acerca da instrução pública e principalmente profissional em Recife ó não seria de estranhar o modo como a iniciativa particular era bem quista pela õboa sociedadeõ recifense. Em um estudo clássico sobre a indústria açucareira em Pernambuco e o modo pelo qual as modernizações vão ocorrendo sem uma efetiva mudança nas relações sociais existentes no interior da produção do açúcar ó mesmo com a implantação dos engenhos centrais e depois pela introdução das usinas de refino do açúcar. Muito embora os poderes públicos tomassem decisões a respeito de tal problemática, era a empreitada particular que parecia ganhar mais fôlego⁶¹.

2.2 Ações Particulares: as ações de trabalhadores e docentes

Após apresentar as ações estatais focadas no ensino profissional em Pernambuco, mais, especificamente na cidade do Recife e, levando em consideração o modo como a õboa sociedadeõ recifense aprovava as ações õparticularesõ em prol da instrução, convém relatar tais ações õparticularesõ no âmbito da sociedade civil voltadas para a qualificação profissional. E exatamente em pesquisa anterior encontramos no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano documentos de associações beneficentes e mutualistas instauradas na cidade do Recife que se preocuparam dentre diversas questões com o ensino profissional.

Havia a ligação com os determinantes destacados acima, mais especificamente a preocupação com a formação dos trabalhadores, utilizando do artifício de abertura de cursos. Nessa preocupação com o mercado de trabalho e a qualificação dos profissionais, registra-se que a qualificação/instrução dos associados renderia a eles o

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 21 Feb. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782013000300007>.

⁶¹ Cf.: EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

monopólio de mercado, sendo empregados apenas aqueles que possuem qualificação e futuramente o diploma do curso de matérias ó a exemplo da associação dos maquinistas. Portanto, é perceptível que essas associações são a chave do nosso trabalho. Tais sociedades preocupavam-se com a qualificação profissional e com a instrução dos associados. Ou seja, eram as associações de trabalhadores as responsáveis por ações no campo da qualificação no universo profissional recifense⁶².

Na perspectiva de ampliar os estudos sobre o associativismo (operário) no século XIX, Cláudio Batalha⁶³, caracteriza alguns aspectos do movimento associativista do Rio de Janeiro. No seu entender, desde o século XIX é perceptível uma mobilização de trabalhadores não apenas no ambiente fabril ó a classe operária como òfilha da indústriaö -, mas de outros ofícios responsáveis por reivindicações importantes.

O que diferenciaria socialmente as condições de um trabalhador era se ele tinha uma qualificação ou não. Ao trabalhador qualificado era pago o dobro do salário do desqualificado, havendo ainda a possibilidade de se associarem às sociedades de auxílio mútuo, garantindo-os proteção (auxílio médico, pagamento em caso de doença, e auxílio familiar em caso de falecimento do sócio). A pesquisa sobre as ações de qualificação profissional vem a acrescentar essas conclusões, não apenas de como era posta em prática a qualificação, mas suas implicações sociais.

O que havia de comum a estas associações era o objetivo de òdefesa profissionalö. Apesar de serem divididos classicamente entre sociedades Beneficentes e Mutualistas, os trabalhadores associados òse serviam da lei não só para proteger seus *costumes em comum*, mas também para criar *direitos incomuns*⁶⁴, em detrimento da força do paternalismo senhorial e controle dos patrões.

Em algumas sociedades do Rio Grande do Sul o status social dos membros era vital, bem como o prestígio do cargo ocupado eram, às vezes, diretamente relacionado com o prestígio social do membro a ocupa-lo. Não eram apenas os interesses materiais que guiavam a movimento, mas também os interesses espirituais dos sócios em montar a

⁶² SANTOS, Yan Soares & OLIVEIRA, Ramon de. As ações dos trabalhadores no campo da qualificação profissional em Recife (1889-1930). *Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n° 52, p. 75-89, set2013.*

⁶³ Cf. BATALHA, Cláudio H. M. *öSociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operáriaö*. Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo, (1999), volume 6, números 10/11; _____. *Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. In. _____, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. Pp: 95-120.

⁶⁴ NEGRO, Antonio Luigi & GOMES, Flávio. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social revista de sociologia da USP*, v. 18, n.1, 2006. P. 218.

sociabilidade da associação. Ou seja, para o autor chamar uma associação de oligárquica estaria diretamente relacionado a õpessoaõ do membro e não ao õcargõ que ele ocupa dentro da associação, valendo salientar que a diferenciação entre pessoa-cargo era tênue⁶⁵.

Tais estudos, preocupados com a experiência desses trabalhadores e o modo pelo qual eles se compreendem enquanto tais e passam a se organizar, tomam por base pesquisas clássicas da historiografia social do trabalho inglesa⁶⁶. Na Inglaterra do século XVIII e XIX, por exemplo, a educação e cultura eram privilégios. O desejo de dominar e moldar os pobres eram latentes e, para Thompson, permanece até os dias de hoje. A maior parte dos educadores da classe média não conseguia distinguir o trabalho educacional do controle social, e isso impunha com demasiada frequência uma repressão ou negação da experiência da vida dos alunos ou sua própria negação.

Essa tendência permanece e concordamos com Thompson, porém, questionamos como essa rejeição social e autodesconfiança se aplicariam numa educação profissional, não a existente entre as sociedades de ofícios, mas àquelas mesmas mantidas por instituições e pessoas ligadas a õoutra classeõ? Para Thompson, õas necessidades de uma sociedade industrial adiantada, juntamente com as pressões pertinazes do movimento político trabalhista, têm ampliado muito as oportunidades educacionais do povoõ⁶⁷, a educação para os trabalhadores agora passava a ser vista como um instrumento de mobilidade social seletiva, pois, o sucesso educacional traz recompensas: financeiras, de estilo de vida profissional e prestígio social, apoiando-se numa apologia completa da modernização, necessidade tecnológica e igualdade de oportunidades.

Obviamente tal preceito de associativismo trabalhado por Thompson, Hobsbawm e em autores que neles se inspiraram, como Cláudio Batalha, Marcelo Mac Cord, Antonio

⁶⁵ Cf. SILVA JR, Adhemar Lourenço da. Oligarquias em sociedades de socorros mútuos (1854-1940). *Revista Mundos do Trabalho*, Vol. 2. Nº 4. Pp. 78-108. 2010.

⁶⁶ Cf. THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária V.1. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a; _____. *A formação da classe operária inglesa. V.2. A maldição de Adão*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987b; _____. *Costumes em comum. Estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; _____. NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001; _____. Educação e Experiência. In.: _____. *Os Românticos. A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Pp. 11-48; _____. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

⁶⁷ THOMPSON, Edward P. Educação e Experiência. In.: _____. *Os Românticos. A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Pp. 11-48. P. 42.

Luigi Negro, Marcelo Badaró Mattos etc; enfoca uma perspectiva voltada para o associativismo operário com uma cultura associativista bastante particular aos trabalhadores. A análise do associativismo operário nos é eficaz pelo auxílio à interpretação das ações promovidas pelos trabalhadores em prol da formação profissional a fim de perpetuarem sua experiência de ofício. Porém, uma proposta como a da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, não pode ser compreendida exclusivamente enquanto associativismo operário.

A experiência é um conceito utilizado por Angela de Castro Gomes⁶⁸ em sua pesquisa sobre a invenção do trabalhismo. Essa concepção de experiência é baseada em Thompson na obra *A formação da Classe Operária Inglesa* e em Clifford Geertz com sua *Interpretação da Cultura*. A experiência é o modo pelo qual se faz a leitura da trajetória dos sujeitos e de acordo com a teoria de Geertz e é por meio dessa experiência que os trabalhadores se compreendiam enquanto pares. Ou seja, a experiência compartilhada por esses sujeitos era o condicionante para a materialização de tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais, agindo o associativismo como uma forma de implementar um comportamento operário que abarca o trabalhador dentro e fora de seu local de trabalho e que opera o sentimento de pertencimento que deve marcar este ator coletivo⁶⁹.

Associar-se não era ato exclusivo do operário, muito menos associar-se em prol de interesses comuns advindos de experiências compartilhadas. Ao tratar da geração de 1870 é um movimento de elite no ocaso do Brasil-Império e Angela Alonso⁷⁰ trabalha com o conceito de *comunidade de experiência*. Experiências partilhadas por sujeitos que confluíam em prol de interesses comuns. O associativismo para esses indivíduos seria um local de diálogo, materialização e ressonância de sistema de valores, ideias, formas institucionais e tradições dessa elite pretendente a se estruturar na política imperial.

Tanto a elite imperial quanto os operários possuíam experiências e horizontais comuns. Experiências que condicionavam ao associativismo desses sujeitos, nalguns os interesses acabam comunicando sujeitos de ambas as classes configurando uma relação

⁶⁸ GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

⁶⁹ Idem. P. 19.

⁷⁰ Um detalhamento mais elaborado sobre a geração 1870 é realizada no ponto 3.2 dessa dissertação, por enquanto vale a indicação dessa autora ter utilizado para formular sua concepção de experiência autores como o próprio Clifford Geertz. Cf.: ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

vertical entre as partes. Mais adiante falaremos sobre alguns sujeitos responsáveis por esse diálogo constante de relações verticais dentro e fora das associações.

A *experiência* se apresenta aqui enquanto fio condutor, meio pelo qual conseguimos compreender a necessidade e a vontade de sujeitos ãparentementeö tão diferentes se unirem em prol de uma causa comum. Vamos analisar mais adiante a proposta de educação de uma associação de sujeitos da õboa sociedadeö recifense, em meio a uma realidade cotidiana marcada por várias outras associações mantenedoras de cursos de instrução profissional.

Das diversas associações estabelecidas na cidade do Recife, mencionadas acima, as de trabalhadores foram as responsáveis por abrir e disponibilizar aos seus associados cursos de qualificação profissional para o ofício. Eram esses trabalhadores os maiores interessados em qualificar-se, e não o patronato. Essa intenção dos trabalhadores refletia diretamente nas suas propostas quanto ao mundo do trabalho no qual estavam inseridos, pois, faziam petições a fim de regulamentar as horas de trabalho, a salubridade dos empregos, a preferência por trabalhadores qualificados, dentre outras exigências⁷¹, e o modo como instruir trabalhadores era necessário para o associativismo angariar benefícios sociais⁷².

O estudo sobre o associativismo incorpora-se na história social do trabalho, que no caso recifense não deixa de ser encorpada por trabalhos como o de Marcus Carvalho ⁷³ preocupado com as relações de trabalho existentes num Recife escravista, antilusitanos e voltado para as atividades comerciais; O de Bruno Câmara ⁷⁴ que delineia com mais especificidade as relações de trabalho comercial, foco na caixeiragem, no período da revolta da Praieira no Recife; Maciel Henrique Silva ⁷⁵ que foi capaz de demonstrar como o trabalho feminino se encontrava no interstício da vida “dentro de portas” e “fora de portas”, ou seja, era o trabalho doméstico e as vendeiras circulando no espaço

⁷¹ Cf.: OLIVEIRA, Ramon de & SILVA, Adriana Maria Paulo da. Relatório de Pesquisa: Demandas por qualificação profissional: Recife, segunda metade do século XIX. Recife, 2010. Financiado com recursos do CNPq; OLIVEIRA, Ramon de. Projeto de Pesquisa: Demandas por qualificação profissional: Recife, 1889-1930. Recife, 2010. Financiado com recursos da CNPq.

⁷² SANTOS, Yan Soares & OLIVEIRA, Ramon de. As ações dos trabalhadores no campo da qualificação profissional em Recife (1889-1930). *Revista HISTEDBR On-line. Campinas, nº 52, p. 75-89, set2013.*

⁷³ Cf.: CARVALHO, Marcus J. M. Liberdade: Rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850. Recife: ed. Universitária da UFPE, 1998.

⁷⁴ Cf.: CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. Trabalho livre no Brasil imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira. Recife: UFPE, 2005. (Dissertação de Mestrado).

⁷⁵ Cf.: SILVA, Maciel Henrique. Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870). Recife: Ed. Universitária da UFPE, co-edição, Salvador: EDUFBA, 2011.

recifense; Evaldo Cabral de Mello ⁷⁶ mostra como a canoagem foi uma profissão de suma importância para a dinâmica social recifense e como era hierarquizada internamente, porém, perde espaço ao longo dos anos por conta das transformações urbanas que eles mesmos ajudaram a edificar. Porém, só encontramos um trabalho que focasse especificamente no movimento associativista e sua relação com a educação para o ofício que se preocupou em estudar a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, por tal motivo acreditamos imprescindível continuar com essa investigação capaz de apresentar outras conjunturas vividas na teia social do recife em fins do século XIX e início do século XX. ⁷⁷

Sobre a história social do trabalho em outras regiões do Brasil, bem como sobre o movimento associativista ancoramos nossas bases de análises e comparativas, destas focadas principalmente no Rio de Janeiro, em São Paulo e alguns focados em Porto Alegre⁷⁸.

Petersen⁷⁹ apresenta um levantamento sobre a historiografia do movimento operário alertando haver críticas e estudos que não privilegiam tanto o tradicional foco macro orientado – privilegiando as *organizações formais de classe* (sindicatos e partidos), ou focalizando nas instancias de dominação (burguesia e Estado) e eixos de resistência operária (greves) – e preocupando-se com a *experiência* dos trabalhadores e sua cultura, não apenas daqueles sindicalizados ou partidários. As pesquisas regionais, por exemplo, podem e estão produzindo conhecimento acerca das experiências dos trabalhadores ou até mesmo estudo microorientados, voltadas para as histórias de personagens ricos de análise.

Porém, nem sempre o conceito de classe auxilia nos estudos do mutualismo, ações dos trabalhadores não estavam vinculadas apenas à resistência ao sistema, pois, se o

⁷⁶ Cf.: MELLO, Evaldo Cabral de. O Norte Agrário e o Império 1871-1889. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1999.

⁷⁷ Cf.: MAC CORD, Marcelo. Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. 1. ed. Campinas: FAPESP/Editora da Unicamp, 2012.

⁷⁸ Cf.: MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001; AZEVEDO, Elciene et al. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009; BATALHA, Claudio H. M. Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Ainda o movimento historiográfico como objeto historiográfico. *Anos 90*. Porto Alegre: N° 8, dezembro 1997; SILVA JR, Adhemar Lourenço da. Oligarquias em sociedades de socorros mútuos (1854-1940). *Revista Mundos do Trabalho*, Vol. 2. N° 4. Pp. 78-108. 2010.

⁷⁹ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Ainda o movimento historiográfico como objeto historiográfico. *Anos 90*. Porto Alegre: N° 8, dezembro 1997.

fosse, o foco seria o sindicalismo⁸⁰. O mutualismo agiria como “*locus* de proteção social, mesmo que mínimo, na ausência de políticas sociais⁸¹, isso não implica numa indiferença dos trabalhadores às lutas políticas, as mutualistas organizadas a partir de categorias profissionais tendiam a lutarem por direitos em prol do ofício.

A discussão sobre associativismo não escaparia do campo da história do trabalho, seja de fundo econômico ou social. Mais precisamente, discutir o associativismo era ter em mente a discussão de classe, formação de classe e consciência de classe. Porém, o foco de estudos ao longo dos anos procurou abranger outras atmosferas culturais/sociais de investigação, levando em consideração, por exemplo, o cotidiano dos trabalhadores, suas festas, rituais, relações familiares, relações de gênero, e mobilidade social⁸².

A disciplina do trabalho modificada pelas relações de produção, como também por uma lógica crescente desde o Antigo Regime; a forma com que os trabalhadores disputavam com as máquinas o processo produtivo; o modo como os trabalhadores enxergavam seus patrões; a relação dos trabalhadores com o espaço, seja o de sua moradia, seja o da cidade no qual habitavam; e principalmente a criação de uma simbologia própria e ritualística que foram as festividades do 1º de Maio, sempre são temas clássicos de estudo da história social do trabalho, e que sempre vão merecer um olhar cuidadoso e curioso⁸³. Nossa preocupação aqui, não é aprofundar tal discussão, muito menos advogar se classe é algo que existe em estrutura ou em cultura, porém, admitimos a influência de estudos como o de Thompson⁸⁴ como guia para a análise e interpretação dos dados. Desse modo, nossa investigação levou em consideração o movimento associativista correlacionado com as ações voltadas para a qualificação profissional, um tema de pertinência incontestável na vida dos trabalhadores. Vejamos alguns exemplos.

A Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco é um exemplo importante sobre o associativismo, a busca particular por instrução profissional e negociação com o poder público em Pernambuco, pois, em seu estatuto de 1892 era

⁸⁰ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. *Revista Mundos do Trabalho*, Vol. 2, Nº 4, Pp. 23-39. 2010. P. 33

⁸¹ Idem. P. 33

⁸² SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M. SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. Pp: 25-48.

⁸³ PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

⁸⁴ Cf.: THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária V.1. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a; _____. *A formação da classe operária inglesa. V.2. A maldição de Adão*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987b.

declarado o interesse de se reunir em um grêmio fraternal os empregados no mesmo comércio protegê-los e as suas famílias, instruí-los e pugnar pelos interesses legítimos de cada um deles e pelos da classe em geral, empregando os recursos a seu alcance.⁸⁵. Havia o interesse dos associados fazer da associação um meio para auxílios políticos objetivos, onde pugnar (leia-se: tomar a defesa) pelos interesses *legítimos* representa uma objetividade não apenas particular a um dos associados, mas, pela *classe* em geral.

A proteção destacada é a financeira em caso de doenças, invalidez (destinada ao sócio) ou em caso da morte deste, a beneficência à sua família. E por fim, de acordo com este estatuto, a necessidade de instruir os associados. Mas como seria essa instrução? Seria um ensino de matérias necessárias à instrução comercial e ministradas num curso noturno; em 1911 houve a inauguração de uma Academia do Comércio fundada e mantida por esta associação no qual, havia uma regulamentação de diversos tipos de serviço do comércio por área de atuação e com isso os respectivos conhecimentos a ser oferecido.

Nas informações presentes no quadro abaixo, podemos perceber que praticamente metade das associações de ofício ó das encontradas em documentações no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano ó se preocupou com o auxílio mútuo e beneficente aos associados e suas famílias, seguida pela formação política dos trabalhadores. No entanto, apenas oito (8) sociedades preocupam-se tanto com a mão de obra qualificada ou em qualificar seus trabalhadores. Ou seja, esse quadro não apresenta um somatório das características das associações e o total delas, mas sim, o total das associações e em quantas dessas 28 apresentam tais elementos.

Quadro III:

As associações e características dos Estatutos em finais do século XIX e início dos XX.

Característica Pesquisada:	Quantidade de Referências à característica:
Auxílio Mútuo e Beneficente aos associados:	28
Mão de Obra Qualificada:	4
Instrução dos Trabalhadores:	6

⁸⁵ ESTATUTOS da Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco. Pernambuco: Tipografia do Jornal do Recife, 1892. P. 3. Folhetos Raros II, APEJE.

Formação Política dos Trabalhadores/Patrões:	8
Qualificação Profissional dos trabalhadores:	4

Total de Associações encontradas: 28

Tabela I: Os dados inseridos nessa tabela não são absolutos, pois, foi computada a referência dessas características no estatuto de cada associação, ou seja, as associações poderiam fazer referência a todos esses elementos ou a nenhum, teriam, nesse caso, outro fim social diferente dos investigados. Os Estatutos dessas associações são encontrados nos seguintes códigos: **Impressos Particulares (APEJE) e Folhetos Raros II (APEJE)**.

Esmiuçando alguns casos temos a Corporação Operária de Camaragibe fundada em 1903, especificando a criação dos Conselhos Profissionais para Homens e Senhoras. Tendo por objetivo este conselho zelar por, manter os operários com contato direto com o chefe; velar por acidentes; comodidade e bem estar da Fábrica; cuidar da aprendizagem sendo esta levada à altura da verdadeira Formação Profissional completa, conferindo diplomas de habilitação. Faz referência a uma escola, masculina e feminina, o número delas, mas não foi possível perceber se tais escolas são financiadas pela mesma corporação⁸⁶.

A Sociedade Beneficente dos Machinistas de Pernambuco, em Estatutos de 1890 pretendia criar um curso de todas as matérias necessárias para a obtenção das cartas de machinistas de todas as classes. Este curso foi criado depois de atendidas as principais necessidades sociais. Como também reclamar dos poderes competentes quaisquer providencias contra os abusos praticados pelos diretores ou empresários das companhias de navegação a vapor, estradas de ferro e outras repartições, de admitirem na qualidade de machinistas, indivíduos sem a competente carta de habilitação, prejudicando desta arte os machinistas titulados⁸⁷.

A União de Patrões e Arraes em estatutos de 1911 objetivava melhorar as condições da classe dentro das leis que regulam a Marinha Mercantil. Como cuidar da elevação moral, material e intelectual da classe, criando escolas, bibliotecas etc⁸⁸.

Outra associação é a União Beneficente dos Caixeiros de Hotéis, em estatutos de procurava garantir que a classe dos caixeiros de hotéis constituísse uma só família. Além de defender os seus associados quando vítimas de prisões, perseguições ou injustiças que sofrerem de seus patrões, depois de estudado e resolvido o caso em sessão

⁸⁶ RELATÓRIO da Corporação Operária de Camaragibe. Recife: Empreza da Província. 1903. (APEJE: Códice, Impressos Particulares)

⁸⁷ ESTATUTOS da Sociedade Beneficente dos Machinistas de Pernambuco. Recife: Tipografia do Estado de Pernambuco, 1890. (APEJE: Códice, Folhetos Raros II)

⁸⁸ ESTATUTOS da União de Patrões e Arraes. Pernambuco. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1911. (APEJE: Códice, Folhetos Raros II).

social. Por fim, proporcionar quando as suas finanças permitirem um biblioteca para a instrução de seus associados, bem como um curso de ensino para os mesmos⁸⁹.

Por último, e não menos importante, temos de destacar o papel da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais (SAML), atuante no Recife desde a proibição das corporações de ofício em 1824. A Associação de mestres carpinteiros e carapinas, surge ainda como Confraria da Igreja de São José de Ribamar, localizada no Bairro de São José, em 1836. Os associados possuíam dois objetivos centrais: O primeiro era o aperfeiçoamento mais amplo dos associados, ou seja, a instrução para o ofício; e o Segundo incrementar as práticas de auxílio mútuo. Porém, o que pretendemos destacar é a apropriação de redes de clientela efetuada pelos membros da SAML, ajudando-os a traçar os processos de enraizamento da associação no Recife, pois,

Considerando esses projetos e discursos vindos de cima da pirâmide social, percebemos que a Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais aglutinou em sua vida institucional todos os predicados que as elites letradas e proprietárias começavam a valorizar e perseguir. A amoralização dos trabalhadores livres passava pela entidade artística por causa de diversos aspectos. Seus membros acreditavam nos sentidos de progresso e civilização. Com viés modernizador, a Sociedade queria aperfeiçoar e humanizar seus associados através de processos escolarizantes socialmente reconhecidos⁹⁰.

O papel de Joaquim Pires Machado Portella é então Diretor Geral da Instrução Pública na década de 1850 é foi de suma importância no processo de verticalização, pois, considerava a associação como a responsável por enobrecer a indústria artística, sugerindo ao Presidente da Província o incentivo à Sociedade. A associação também teve suas políticas horizontais, pois, havia a necessidade de aumentar os tecidos sociais envolvidos na sociedade. Modificando o Estatuto em 1851, passou a incorporar todos os artistas mecânicos, ampliou suas cadeiras, promoveu exames com a participação do Presidente da Província. As pretensões estavam claras, e quando o plano de se formar a Escola Industrial estava se aproximando, pela recomendação do Diretor Geral de Instrução Pública, a sociedade pode estar diretamente envolvida no processo de sua

⁸⁹ ESTATUTOS da União Beneficente dos Caixeiros de Hotéis de Pernambuco. Pernambuco. Recife: Typografia Moderna, 1911. (APEJE: Códice, Folhetos Raros II).

⁹⁰ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. 1. ed. Campinas: FAPESP/Editora da Unicamp, 2012. P. 159.

formação. O primeiro Sócio Honorário foi Joaquim Pires Machado Portella, Diretor geral da Instrução Pública, Vice-presidente da província pela segunda vez, e era de uma das cadeiras da Assembleia provincial de Pernambuco. O segundo Sócio honorário era Manoel do Nascimento Machado Portella, irmão mais novo de Joaquim Pires, no entanto, diretor da Assembleia Provincial de Pernambuco. Podemos observar uma rede de negociações familiares existente na cidade do Recife, ainda em meados dos anos 1860. Em 1870 a associação viu seu projeto conflitar com os interesses da Irmandade de São José do Ribamar e teve que se desvincular à confraria. Porém, por meio de Manoel do Nascimento Machado Portella seria encarregada de comandar um Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, uma ãeconomia do favorõ bastante instituída pela associação ao longo dos 40 anos de funcionamento, entre fluxos e refluxos políticos e pedagógicos.

Ou seja, por meio de brevíssimo resumo das ações da SAML, percebemos uma associação gerada num âmbito social do Recife, mas, que conseguiu construir táticas de desenvolvimento capazes de impulsioná-la ao bojo da õboa sociedadeõ recifense, onde esta acaba investindo na associação, demonstrando a preferência por suas ações, valorizando seus associados e misturando-se a eles. Uma jogada de ganhos duplos, tanto para os trabalhadores de ofício associados quando os membros da õboa sociedadeõ.

O século XIX foi responsável por gestar propostas associativas diversas, seja de sociedades de operários, associações do patronato da indústria, do comércio e da agricultura, como também associações de professores. O associativismo docente possuía fortes ligações com a vida política. Gondra e Schueler, compreendem as associações e grêmios como abertos espaços de sociabilidade, de socialização de saberes e de propostas de auxílio mútuo e beneficente. Destaca-se a existência de uma série de associações envolvidas com o processo educativo, mas que também pensaram na civilidade como uma proposta estatutária, visando civilizar os associados como um bem à nação⁹¹. Além das “representações em disputas” das associações de docentes perante o movimento de profissionalização e proletarização do ofício, como demonstram Lugli e Vicentini⁹², entre o final do século XIX até meados do século XX.

Em Portugal a primeira associação de professores, instituída no início dos XIX, foi o Montepio Literário, nascido no âmbito do socorro mútuo aos associados professores,

⁹¹ GONDRA, José Gonçalves & SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

⁹² VICENTINI, Paula Perin e LUGLI, Rosário Genta. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

visto a situação vivida por eles enquanto funcionários públicos, e logo expandiram suas ações sobre novos beneficiários⁹³. O associativismo docente não se vinculava apenas ao âmbito do auxílio mútuo/beneficente, mas, eram formados por indivíduos preocupados com a instrução nas províncias. Tais iniciativas particulares “também representavam disputas por controles e ideias sobre quais as melhores maneiras de viabilizar a educação dos setores populares, bem como sobre o que, quem e quando educar e/ou instruir⁹⁴. A educação foi vista como um “problema social” no qual era necessário solucionar a fim de se caminhar rumo ao “progresso” e à “civilização”.

Aos 25 de março de 1878, um grupo de professores primários compôs-se enquanto uma associação denominada Grêmio dos Professores Primários. O fim dessa sociedade era promover o aperfeiçoamento da instrução primária na província, fazendo conferências pedagógicas, nas quais eram discutidas entre seus membros as reformas e medidas convenientes à transmissão do ensino e a qualquer assunto concernente à instrução⁹⁵. Entre os sócios efetivos seriam matriculados nessa alcunha os professores públicos e particulares da instrução primária para ambos os sexos. Seriam aceitos professores secundários ou funcionários superiores da instrução enquanto sócios honorários. O Monte-Pio iria ser criado e conservado para amparar os sócios efetivos sem aposentadorias, e em tempos de moléstias os que ultrapassassem o período de licenças com vencimentos. Também objetivava amparar as famílias em caso de morte do sócio o procedimento normal numa associação de característica beneficente e mutualista⁹⁶.

Em 1906 o estatuto do grêmio adotaria outro fim inicial, o de promover o melhoramento da educação e ensino do povo⁹⁷, porém, instituindo sessões cívicas comemorativas das grandes datas do Estado de Pernambuco e da União, obviamente falamos de um período marcado já pelo regime Republicano. Os outros fins sociais vinculados à beneficência e ao mutualismo permaneciam intactos.

⁹³ FERNANDES, Rogério. *Os Caminhos do ABC: sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras*. Portugal: Editora Porto, 1994.

⁹⁴ SCHUELER, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução popular na corte imperial de 1870 a 1889*. Niterói, Rio de Janeiro: UFF, 1997 (Dissertação de mestrado). P. 136.

⁹⁵ Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola de Pernambuco. Recife: Typographia Mercantil, 1883. p. 383.

⁹⁶ ESTATUTOS do Grêmio dos Professores Primários em Pernambuco. Recife: Typographia do Tempo, 1878.

⁹⁷ ESTATUTOS do Grêmio dos Professores Primários em Pernambuco. Recife: Typographia do Tempo, 1906.

O primeiro presidente do Grêmio foi Vicente de Moraes Mello professor público, entusiasta da instrução e também sócio da SPIP. Também òvale destacar que a seção inaugural do òGrêmio dos Professores Primáriosö ocorreu na sede da òImperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberaisö, o que reforça a hipótese de articulações políticas entre as duas entidades⁹⁸.

De certo, a Sociedade Propagadora da Instrução Pública e o Grêmio dos Professores Primários, como relatado anteriormente, não são associações de ofício, ou seja, ela não tem por característica um grupo seletivo de trabalhadores preocupados numa proteção profissional e de mercado de trabalho. A SPIP é uma associação formada por professores e sujeitos da dita òboa sociedadeö recifense, porém, sujeitos que tinham estritas relações verticais com os trabalhadores de ofícios, o bom exemplo é a da SAML.

Tal espírito associativo caminhava junto ao primado da razão, do triunfo do progresso, da formação do povo enquanto pensamento assegurado para difundir a civilização no Império do Brasil, concepção adotada mais tarde também pelas vozes republicanas⁹⁹.

Portanto, a proposta dessa seção foi demonstrar como as ações particulares voltadas para o ensino profissional ocorriam no âmbito da sociedade civil, e eram principalmente os trabalhadores os mais preocupados em qualificar seus pares para o trabalho. Tal qualificação era permeada por interesses dos mais diversos, desde a proteção profissional e mutualística até a utilização dos discursos da elite pernambucana a fim de conseguir subvenção estatal para o empreendimento.

No entanto, a empresa particular voltada para a instrução profissional não era apenas objeto de discussão e ação dos trabalhadores de ofícios e do professorado recifense. A òboa sociedadeö pernambucana preocupou-se em se associar em prol de algumas ações consideradas importantes para a província. É exatamente nesse espaço de atuação que está inserida a Sociedade Propagadora da Instrução Pública e seu quadro de sócios.

Adiante discutiremos o quadro da instrução recifense com foco no ensino profissional, destacando uma possível necessidade socioeconômica da província, necessidade explorada pela Sociedade Propagadora da Instrução Pública.

⁹⁸ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. 1. ed. Campinas: FAPESP/Editora da Unicamp, 2012. P. 317.

⁹⁹ Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

3. A estruturação da Sociedade Propagadora da Instrução Pública

De certo, o fim do século XIX trouxe mudanças no ambiente urbano recifense. Já destacamos o movimento de migração dos interiores pernambucanos para a capital da província e da subsequente inflação populacional situada nos bairros centrais exigindo uma progressiva ocupação dos arrabaldes da cidade. Bairros como Poço da Panela, Monteiro, Nossa Senhora das Graças, Casa Forte, Apipucos, foram sendo ocupados e exigiam dessa ocupação instancias públicas capazes de atender às necessidades da população daquele bairro¹⁰⁰. Diversas escolas públicas e privadas vieram a ocupar tais espaços nesses bairros de ocupação mais recente.

Destacamos também o fato de, em recenseamentos esparsos, Pernambuco ser um dos estados mais populosos do Império com uma população de 841.539 no ano de 1872, subindo para 1.030.256 em 1890, já a cidade do Recife contava em 1872 com 111.556 pessoas do Estado, subindo para 113.106 em 1890 e alcançando em 1900 um total de 116.671 pessoas, ou seja, nunca ultrapassando 16% do total populacional do Estado.¹⁰¹ Da freguesia do Recife (comportando Bairro do Recife, Santo Antônio, São José, Boa Vista, Graças, Afogados e Poço da Panela) um total de 46.196 pessoas sabiam ler e 40.840 eram analfabetos, ou seja, 41% da população recifense sabia ler enquanto 37% eram analfabetos ó restando aí 22% da população que não declarou saber ler e escrever ou analfabetismo. As estatísticas para os anos seguintes não especificam a instrução e educação na cidade do Recife, muito menos a quantidade de escolas divididas dessa maneira. Porém, num recenseamento em idos do século XX entre os anos de 1907 à 1912 fez-se um balanço do ensino profissional nos diversos Estados.

Pernambuco contava em 1907 com escolas nas modalidades de ensino profissional: sacerdotal, pedagógico, artístico liberal, artístico industrial, agrônômico e comercial. O ensino sacerdotal contava com uma média de 6 prédios escolares, 31 de pessoal docente; o profissional pedagógico contava com escolar abertas pelo Estado ou por particulares somando um total, em média, de 4 prédios, com 68 de pessoal docente e

¹⁰⁰ ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

¹⁰¹ DIRETORIA Geral de Estatística. *Anuário Estatístico do Brazil. 1º Anno (1908-1912) V. I. Território e População*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1916.

atingindo um total de 577 matrículas em 1912; o ensino profissional artístico liberal contou com uma escola aberta por particulares, 4 de pessoal docente e atingindo 28 matrículas em 1909; já o ensino artístico industrial contava com 4 escolas particulares, 42 de pessoal docente e atingindo um total de 1.103 matrículas em 1907; o ensino profissional agrônômico também era de empreitada particular alcançando em média 4 escolas, com 28 de pessoal docente em 1912 e um total de matrículas que chegou a 94 alunos nesse mesmo ano; por fim o ensino profissional comercial contava com apenas uma escola particular com 3 de pessoal docente e atingindo 12 matrículas¹⁰².

Ou seja, o Estado não supria a oferta de ensino secundário, menos ainda a tentativa de preparar essa população para o trabalho, o foco era no ensino primário e até mesmo propedêutico ó certamente não aberto amplamente à população. E as empreitadas voltadas para o ensino profissional entre os anos de 1907 e 1912 eram de preponderância particular em todas as instâncias censitadas. Podemos inferir a ação particular como a principal ação voltada para o ensino profissional, desse modo as associações de ofício são importantes. Porém, a SPIP é responsável por investir no ensino profissional agrícola, normal e farmacêutico e, para compreender melhor suas ações é incontestemente demonstrar a forma como a associação foi gestada.

3.1 A instrução no Recife e a gestão da Sociedade Propagadora da Instrução Pública

Durante a ocupação dos bairros que margeavam os antigos bairros centrais do Recife as escolas ganhavam espaço e tinham uma arquitetura voltada para a higienização desses ambientes, publicando nos jornais sempre os benefícios à saúde do aluno. Porém, dentre essas escolas a maior incidência anunciada era nos bairros centrais do Recife, funcionando em prédios já existentes. Só no bairro da Boa Vista contavam 76 escolas, 65% das 117 escolas computadas nos bairros da Boa Vista, Santo Antônio, São José e Bairro do Recife¹⁰³.

¹⁰² DIRETORIA Geral de Estatística. Anuário Estatístico do Brasil^{1º} ano (1907-1912) V. III cultos, assistência, repressão e instrução. Rio de Janeiro: Typografia Estatística, 1927. p. 930-1.037

¹⁰³ CLEMENTE, Jacilene dos Santos. *Culturas escolares em Recife: escolas particulares e métodos de ensino (1880-1888)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013 (Dissertação de mestrado).

Nesses anúncios de escolas mostrava-se evidente a propaganda da higienização dos prédios em que elas funcionavam devido à cobrança corrente do pensamento higienista tão recorrente e forte no século XIX e XX no Brasil. Como destaca Saviani (2008), os anúncios preocupavam-se principalmente em afirmar o fato dos prédios serem *arejados* o possivelmente a teoria dos miasmas, bastante popular e influente no período. Nesse período não apenas modificaram as larguras das ruas, mas, também se fez exigências para os ares dos interiores das casas¹⁰⁴.

Sobre a realidade da prática docente entre os anos de 1860-1880, há a possibilidade de haver um desconforto no exercício da docência antes mesmo do processo de profissionalização do docente coincidir com sua crescente precarização,

nem todos os elementos desencadeadores da precarização do trabalho docente apontados hoje em dia-- jornada de trabalho extensa, muitas turmas para cada professor, muitos alunos por turma, escolas sem equipamentos, pais desinteressados, alunos violentos, currículos muito grandes, nenhum tempo para o planejamento das aulas, falta de formação continuada, falta de acesso às novas mídias, desvalorização social da profissão e baixos salários, dentre outros ó foram encontrados nas fontes. Contudo, os baixos salários, um dos principais elementos discutidos atualmente, sobretudo, pelas demandas sindicais, não foram durante a década de sessenta do século XIX, a preocupação central por parte dos professores públicos, tendo em vista que apenas 1% dos registros quantificados correspondeu às discussões salariais¹⁰⁵.

Ou seja, este trabalho nos leva a pensar se no decorrer do exercício da docência durante o século XIX, os requerimentos frente aos poderes públicos indicavam um desconforto no exercício da docência pública. O importante aqui é destacar que para os professores as condições de trabalho poderiam não ser precárias ou compulsórias, mas tinha implicações, sobretudo políticas.

¹⁰⁴ ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

¹⁰⁵ LIMA, Dayana Raquel Pereira de. SILVA, Adriana Maria Paula da. Sinais do 'desconforto' no exercício da docência pública em Recife e Olinda (1860-1870). In: IX Seminário nacional de estudos e pesquisas 'História, Sociedades e Educação no Brasil' (HISTEDBR), 2012, João Pessoa. *Anais do IX Seminário nacional de estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR)*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2012. p. 4006-4025. P. 4024.

De certo, as relações dos professores com a política não foi uma prática gestada na segunda metade do século XIX. Sua reminiscência foi investigada e discutida e se remete a meados do século XVIII. Nesse período ainda como colônia de Portugal e inseridos nas reformas pombalinas, estávamos caminhando entre o ocidente e o oriente e para retratar tal relação entre Portugal e Oriente, Adriana Silva usa do capítulo em *Sobrados e Mocambos* de Gilberto Freyre intitulado "O Oriente e o Ocidente", que sustenta que até início do século XIX os portugueses bebiam muito mais de influências mouras, árabes, israelitas e maometanas do que das ocidentais. A autora correlaciona Freyre com o trabalho de Peter Burke intitulado "Uma história social do conhecimento: do Gutenberg a Diderot" para retratar os modos como a produção social do conhecimento deu-se na Europa Moderna, principalmente as formas de conhecimento dominantes, seus locais de produção, distribuição e difusão. Como também se baseia na obra de Russel Wood intitulada "Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808", para desenvolver e concordar com a ideia de que a tão famosa regra do "pacto colonial" não era suficiente para explicar as estratégias utilizadas pelos colonos para negociarem seus interesses e muitas vezes desconsideravam mandos metropolitanos. Então, para a autora

numa tentativa de "costurar" das proposições de Russel-Wood, Peter Burke e Gilberto Freyre, considero possível que o aparente "atraso" cultural/educacional de Portugal e de seu Império no ultramar, comparativamente às outras áreas do globo, suas contemporâneas e com trajetórias históricas semelhantes, tenha se relacionado também àquela tradição oriental a cujas práticas foram apresentadas por Burke e conforme propôs Freyre. Entretanto, exatamente pelos mesmos motivos brilhantemente apresentados por Russel-Wood, discordo da sua tese segundo a qual a América portuguesa tenha sido a vítima do imperialismo cultural metropolitano e que os colonos tenham "falhado", por exemplo, ao não conseguirem criar uma universidade no Brasil. [...] Parto, portanto, da convicção de que, dentre as várias estratégias de controle negociadas entre Portugal e as elites políticas da América portuguesa, uma das mais bem sucedidas, neste lado do Atlântico, foi a restrição do acesso público universal às letras, em suas variadas formas. Imprensa e universidades não existiram até o século XIX. Papéis, livros e folhetos (impressos ou manuscritos); aulas, escolas e professores, quando existiram, foram alvos de constantes tentativas de controle e enquadramento por

parte da Coroa e/ou da Igreja e/ou dos interesses de outros segmentos da elite colonial¹⁰⁶.

Este trecho demonstra de maneira sucinta o modo como às elites locais possuíam autoridade em seu local de atuação. Outras reformas de ensino são feitas ao longo do século XVIII, porém, durante o período federalista em Pernambuco (1817-1824) houve a nomeação dos Visitadores de Escolar e o famoso Padre Carapuceiro (Miguel do Sacramento Lopes Gama) escreve um relatório sobre suas visitas às escolas do eixo Recife-Olinda. Este relatório fixa-se na má qualidade profissional dos professores e dos baixos ordenados, duas características interdependentes. Também destaca os baixos ordenados por ter professores ruins e professores ruins por conta dos baixos ordenados. É nas legislações desse período que se veem atrelado o modo como avaliar o desempenho desses professores através do desempenho dos alunos.

Dessa forma, os alunos eram submetidos a exames, responsáveis por determinar o quanto foi aprendido por este aluno no decorrer de um período de lição. Ou seja, o mau desempenho de um aluno nos exames ou a não presença deste consequentemente determinaria uma má qualidade do professor público. Era comum aos professores e as autoridades locais retirarem alguns alunos das aulas antes mesmo destes prestarem os exames a fim de manter o *status* do professor e sua boa relação política.

Os professores públicos estavam envolvidos no *turbilhão da política* local recifense desde o ocaso do período colonial, no qual as redes de clientela eram cultivadas com afinco. Porém, esse trabalho não procura defender uma hipótese de que essas elites e professores ao comandar o ensino público mostravam-se exclusivamente perpetuadores de uma sociedade exclusivamente hierárquica, desigual e intransigente. Através de um estudo sobre o perfil dos alunos entre Recife e Olinda ao longo da primeira metade do século XIX. Adriana Silva consegue demonstrar a inserção de diversos níveis sociais convivendo nas aulas públicas recifenses. Crianças livres, escravas, ingênuas, negras, pardas, brancas, estrangeiros, órfãos e de boas famílias eram alunos e alunas frequentadores de aulas públicas e circulantes nos espaços da

¹⁰⁶ SILVA, Adriana Maria Paulo. Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007. P. 32-33.

cidade, mas, também estava longe de conseguirem enfrentar a hierarquização e desigualdade social¹⁰⁷.

Há casos apresentados anteriormente para nos ajudar a compreender tais concepções de relações verticais e horizontais na sociedade recifense na segunda metade do século XIX, na qual õbarreirasõ de cor e origem social são desarticuladas em prol de interesses comuns entre as partes¹⁰⁸. E esse germe quando bem õutilizadoõ por algum grupo social desencadeia ações importantes até mesmo para o desenvolvimento econômico e urbano da cidade.

Não seria difícil, portanto, imaginar ter-se lido em 1872 no Diário de Pernambuco, exatamente em 3 de agosto, um sábado, que na casa de João Diniz Ribeiro da Cunha houve uma reunião de pessoas õilustresõ de Pernambuco, principalmente professores públicos e políticos, a fim de promoverem a organização de uma sociedade voltada pra a propagação da instrução pública recifense¹⁰⁹. Ao longo da semana mais nada é publicado, porém, sete dias depois, uma publicação fala da reunião no dia seguinte, para a instauração da sociedade, com o fim de propagar a instrução pública da província, começando pela primária, depois secundária e por fim superior na medida em que os recursos permitirem. Também, engrandece o espírito da iniciativa individual, mas, adverte que outras sociedades literárias tiveram direção efêmera na província¹¹⁰.

Esse período no qual nos concentramos é o de instalação dessa associação. A Sociedade Propagadora da Instrução Pública estava ganhando corpo e tomando direções. Estava sendo bem recebida socialmente e ganhando destaque nas publicações do Diário de Pernambuco. Traçaremos adiante um breve õdiárioõ das informações publicadas no jornal, procurando ao máximo relatar e interpretar estas informações. Buscamos fugir de uma bricolagem de publicações e adentrar num universo de análise mais promissor.

As publicações permanecem, informando das novas tiragens da revista da instrução pública mantida pelos membros da SPIP. Eis que na sexta-feira 20 de setembro o primeiro Estatuto da associação é publicado no jornal. Vamos detalhá-lo um pouco.

¹⁰⁷ SILVA, Adriana Maria Paulo. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

¹⁰⁸ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. 1. ed. Campinas: FAPESP/Editora da Unicamp, 2012.

¹⁰⁹ Sábado 3 de agosto de 1872. Diário de Pernambuco 1 Out. a 31 Dez. 1872 rolo n. 98. (FUNDAJ ó setor de microfilmagem).

¹¹⁰ Sábado 10 de agosto de 1872. Diário de Pernambuco 1 Out. a 31 Dez. 1872 rolo n. 98. (FUNDAJ ó setor de microfilmagem).

De acordo com os associados e escrito em seus estatutos de 1872 a SPIP deveria antes de tudo,

Art. 1. A Sociedade Propagadora da Instrução Pública tem por fim difundir e auxiliar, por todos os meios legais, o ensino primário, secundário e superior na província de Pernambuco.

Art. 2. A sociedade só estenderá sua ação ao ensino secundário, e superior, depois de atendidas as principais necessidades do ensino-primário, e quando o permitem os seus recursos.

Art. 3. A sociedade durará por tempo indeterminado, e terá sua sede na cidade do Recife.

Art. 4. Para desempenho do ___ a que se propõe a sociedade, emprega os seguintes meios:

§1. Escolas primárias;

§2. Aulas e estabelecimentos de ensino secundário, e superior;

§3. Publicações úteis;

§4. Conferências e preleções públicas;

§5. Pequenas bibliotecas, museus e gabinetes de ciências físicas;¹¹¹

A organização da sociedade era composta por sócios efetivos, correspondentes, honorários e beneméritos. Todos estes tinham de concordar com os artigos 1-4 para coadunar e conseqüentemente fazer parte do quadro de sócios da SPIP. Tais artigos correspondem e demonstram o interesse maior da associação: a instrução pública. Os sócios efetivos ou instaladores eram aqueles nacionais ou estrangeiros maiores de 21 anos concorrentes efetivamente para a realização dos fins da sociedade (isso é a efetivação dos artigos destacados acima). Os correspondentes devem possuir o mesmo fim, porém, instalados em outras províncias ou noutro país. Os sócios honorários são indivíduos de elevada posição social, ilustração ou mérito sejam recomendáveis à associação ou prestes bons serviços à mesma. Por fim, os beneméritos são aqueles responsáveis por terem doado quantias não inferiores a cinco contos de réis. As mulheres tinham a possibilidade de se associarem à SPIP. Na sessão seguinte falaremos com mais detalhes sobre a participação feminina na associação.

A direção da sociedade era dividida entre o conselho superior e os conselhos paroquiais. Ao Conselho Superior caberia, dentre diversas responsabilidades,

¹¹¹ ESTATUTOS da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Recife: Typographia Universal, 1872. P. 3. (Diversos II ó APEJE).

representar a sociedade frente aos poderes públicos, solicitando o que for de seu interesse; premiar os autores de obras úteis ao ensino ou de valor científico; criar estabelecimentos de ensino superior.

Ao Conselho Paroquial caberia, dentre outras responsabilidades, criar na paróquia as escolas primárias e aulas secundárias, comunicando ao Conselho Superior tais criações; nomear e demitir professores e qualquer outro cargo da sociedade na paróquia, preferindo para tanto os sócios, com habilitações precisas, que pudessem agir gratuitamente. Porém, se houver necessidade marcar os vencimentos dos professores e propor ao Conselho Superior as gratificações e os prêmios aos professores, mediante o zelo, assiduidade e esforço em bem do ensino. Também cabia ao Conselho Paroquial promover a construção ou adquirir edifícios apropriados para nele funcionarem as escolas e aulas, com acomodações para bibliotecas abertas ao público; se a experiência demonstrar necessidade remover a escola para outra localidade. Além de se as crianças por indigência não frequentarem a escola dar-lhes roupas e convencer aos pais, tutores e administradores da necessidade de enviar as crianças à escola¹¹².

Se aos Conselhos Paroquiais cabia a responsabilidade de abrir escolas primárias, e se diversos professores já se encarregaram de oferecer espaço em suas escolas para tal intento, o Conselho Superior tratou logo de abrir um curso superior. Não era sem intencionalidade a abertura de um curso Normal para senhoras, a fim de habilitá-las para o magistério, podendo assim, a SPIP como um todo, abrir escolas primárias e manter a efetividade de professoras para ensinar em tais escolas.

Em 22 de Janeiro, Quarta-feira, foi noticiada no Diário de Pernambuco a abertura do curso Normal para senhoras, nas dependências da Escola Normal, com as matrículas já abertas¹¹³. Em 11 de Fevereiro as atividades do Curso Normal para senhoras já estavam iniciando.

A nomeação dos conselhos paroquiais foi publicada no Diário de Pernambuco, pelos menos nos anos iniciais de sua atuação. Vamos detalhar alguns cargos e os sujeitos envolvidos. Lembrando que nos fixaremos aqui nas paróquias do centro do Recife (Bairro do Recife, Santo Antônio, São José, Boa Vista) e adjacências (Graças, Poço da Panela, Afogados).

¹¹² MEMORIAL da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Recife: Petição, 1892. (APEJE: Códice Folhetos Raros II).

¹¹³ Quarta-feira 22 de Janeiro de 1873, Diário de Pernambuco 2 Jan. a 31 Mar. 1873 rolo n. 99 (FUNDAJ-Microfilme).

O quadro a seguir destaca como ocorria a divisão dos sócios:

Quadro IV.I: Sócios subdivididos por Conselhos Paroquiais e a alternância de cargos da SPIP entre os anos de 1872-1876 ¹¹⁴			
Conselho Paroquial	Ano	Membro	Cargo
Bairro do Recife	1872	Rvm. Vigário	Presidente do Conselho Paroquial
		Capitão de Fragata Francisco Romano Stepple da Silva	Vice-Presidente do Conselho Paroquial
		José Faustino Porto	Secretário do Conselho Paroquial
		Francisco Ignacio Pinto	Tesoureiro do Conselho Paroquial
		Professor Antonio Rufino de Andrade Luna	Conselheiros do Conselho Paroquial
		Dr. José Antonio de Almeida Cunha	Conselheiros do Conselho Paroquial
		Negociante João José da Silva	Conselheiros do Conselho Paroquial

Para o bairro do Recife, não encontramos ao longo dos anos outras publicações sobre a variação dos membros dentre os anos, porém, é importante visualizar esta tabela para comparar com os anos subsequentes e os outros cargos incorporados por paróquia.

Quadro IV.II: Sócios subdivididos por Conselhos Paroquiais e a alternância de cargos da SPIP entre os anos de 1872-1876			
Conselho Paroquial	Ano	Membro	Cargo
Antônio Santo	1872-1873	Sr. Dr. José Soares de Azevedo	Presidente do Conselho Paroquial
		Cônego Lino do Monte Carmello	Vice-Presidente do Conselho Paroquial

¹¹⁴ A informações presentes no Quadro IV (do.I ao III) foram coletadas dos dias: 5 de Novembro de 1872, Terça-Feira. Diário de Pernambuco 1 Out. a 31 Dez. 1872 rolo n. 98; 2 de Dezembro de 1872, Segunda-Feira. Diário de Pernambuco 1 Out. a 31 Dez. 1872 rolo n. 98; 7 de Dezembro de 1872, Sábado. Diário de Pernambuco 1 Out. a 31 Dez. 1872 rolo n. 98; 16 de Novembro de 1872, Sábado. Diário de Pernambuco 1 Out. a 31 Dez. 1872 rolo n. 98; Quarta-feira, 7 de Abril de 1875. Diário de Pernambuco 1 abr. a 30 jun. 1875. Rolo Nº 108.

		Sr. Dr. João Diniz Ribeiro da Cunha	Secretário do Conselho Paroquial
		Dr. Olympio Marques da Silva	Tesoureiro do Conselho Paroquial
		Capitão João Ferreira Villela	Conselheiros do Conselho Paroquial
		Dr. Exequiel Franco de Sá	Conselheiros do Conselho Paroquial
		Dr. José Augusto Ferreira da Costa	Conselheiros do Conselho Paroquial
		Dr. Jorge Dornellas Ribeiro Pesseo	Conselheiros do Conselho Paroquial
	1874-1875	Cônego Lino do Monte Carmello	Presidente do Conselho Paroquial
		Dr. Olympio Marques da Silva	Vice-Presidente do Conselho Paroquial
		Professor João L. Dornellas Câmara	Secretário do Conselho Paroquial
		Dr. Jorge Dornellas Ribeiro Pesseo	Tesoureiro do Conselho Paroquial
		Dr. Cunha Salles	Conselheiros do Conselho Paroquial
		Comendador Albino José da Silva	Conselheiros do Conselho Paroquial
		Capitão João Ferreira Villela	Conselheiros do Conselho Paroquial

Diferente do bairro do Recife, o de Santo Antônio publicou no jornal dois anos de atividades (tais anos são contados de um ano a outro, ou seja, 1872-1873) e neste percebemos a variação dos sócios entre os cargos. Percebemos uma omissão de cargos tanto aqui no conselho paroquial de Santo Antônio, quanto no do Poço da Panela, a seguir. Vejamos:

Quadro IV. III: Sócios subdivididos por Conselhos Paroquiais e a alternância de cargos da SPIP entre os anos de 1872-1876			
Conselho Paroquial	Ano	Membro	Cargo
Panela Poço da	1872	Sr. Dr. Paulo José de Oliveira	Presidente do Conselho Paroquial
		Sr. Dr. Joaquim Moreira Pinto	Vice-Presidente do Conselho Paroquial

		Sr. Capitão Antonio da Rocha Aciolli Lins	Secretário do Conselho Paroquial
		Sr. José Francisco do Rego	Tesoureiro do Conselho Paroquial
		Sr. Alfredo José Antunes Guimarães	Conselheiros do Conselho Paroquial
		Sr. José Rodrigues de Souza	Conselheiros do Conselho Paroquial
		Sr. Manoel de Paula Pinto	Conselheiros do Conselho Paroquial
	1875	Manoel do Nascimento Machado Portella	Presidente do Conselho Paroquial
		Levino Pinto Brandão	Vice-Presidente do Conselho Paroquial
		Joaquim Maria Carneiro Vilela	Secretário do Conselho Paroquial
		Francisco Carlos da Silva Fragoso	Secretário do Conselho Paroquial
		José da Silva Loyo Filho	Tesoureiro do Conselho Paroquial
		José Austregesilo Rodrigues Lima	Orador do Conselho Paroquial
		Barão da Soledade	Conselheiros do Conselho Paroquial
		Minervina Feitosa Brandão	Conselheiros do Conselho Paroquial
		Joaquim Lopes Machado	Conselheiros do Conselho Paroquial
	1876	João José Pinto Júnior	Presidente do Conselho Paroquial
		José Rodrigues de Souza	Vice-Presidente do Conselho Paroquial
		Pedro Rodrigues de Souza	Secretário do Conselho Paroquial
		Pedro A. da S. Villar	Secretário do Conselho Paroquial
		Paulo José de Oliveira	Tesoureiro do Conselho Paroquial
		José Mariano Carneiro da Cunha	Orador do Conselho Paroquial
		Joaquim Felipe da Costa	Conselheiros do Conselho Paroquial

		Candida Autran de Souza	Conselheiros do Conselho Paroquial
		Antonio Francisco Pereira de Carvalho	Conselheiros do Conselho Paroquial

No Conselho Paroquial do Poço da Panela, desde o ano de 1875 (pelo menos o que temos computado) havia mulheres ocupando cargos efetivos, apesar de ainda enquanto conselheiras, porém, acreditamos que eram professoras distintas dessa paróquia. Entre os anos de 1872 e o de 1875 todos os membros dos cargos foram substituídos. Mais importante é perceber como membros de outras paróquias assumem cargos noutras, por exemplo, João José Pinto Júnior, ilustríssimo professor da província e deputado, tinha em 1872 cargo na paróquia da Boa Vista, porém, assume cargo em Poço da Panela.

Outros membros, do qual não temos maiores informações, possuem títulos sociais importantes, como Capitão, Barão, alguns eram doutores. Acreditamos que os sem titulação fossem professores da paróquia. Sobre alguns outros membros vamos destacar mais adiante.

O motivo para se detalhar os cargos de alguns membros foi a tentativa de interpretar tal qual fez Mac Cord com os membros da SAML. Para ele os cargos exercidos e a õdança de cargosõ é um modo efetivo de demonstrar e perceber as relações internas da associação. O *status* do cargo exercido demonstra um diálogo interdependente e autoalimentado entre o *status* dentro da associação e o de fora da associação¹¹⁵. Alguns desses membros õilustresõ que assumiam os cargos de presidência e vice-presidência serão relatados mais adiante, por enquanto, voltemos para a análise dos Estatutos e publicações no Diário de Pernambuco.

Competia também ao conselho paroquial, de acordo com os estatutos da SPIP de 1872:

Art. 10. Compete ao Conselho Diretor de Paroquia:

- a. Nomear os sócios efetivos quer por proposta que alguns dos membros apresentem, que a requerimento daquele que pretender esse título, e comunicando os seus nomes ao Conselho Superior;
- b. Propor ao Conselho Superior o nome das pessoas que julgar no caso de serem sócios

¹¹⁵ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. 1. ed. Campinas: FAPESP/Editora da Unicamp, 2012.

- correspondentes, honorários e beneméritos, justificando nos dois últimos casos tais propostas;
- c. Criar na paróquia as escolas primárias e aulas secundárias, que o permitirem os recursos da sua respectiva caixa, comunicando tais criações ao Conselho Superior;
 - d. Nomear e demitir os professores e quaisquer outros empregados da Sociedade na paróquia, devendo preferir para exercer tais cargos os sócios que, com as habilitações precisas, gratuitamente se oferecerem, podendo ser tais serviços considerados relevantes;
 - e. Marcar os vencimentos dos professores e empregados, de que trata o parágrafo precedente, e propor ao Conselho Superior as gratificações e os prêmios que julgar que merecem os professores, por seu zelo, assiduidade, e esforços em bem do ensino;
 - f. Prover as escolas e aulas de todo o necessário para que possam funcionar bem;
 - g. Promover a construção ou adquirir edifícios apropriados para neles funcionarem as escolas e aulas com acomodações para pequenas bibliotecas, que serão franqueadas ao povo;
 - h. Inspeccionar o procedimento dos professores e empregados;
 - i. Promover nas paróquias conferências públicas sobre ciências, ensino elementar e artes;
 - j. Escolher a localidade em que deva ser situada a escola ou aula, podendo removê-las para outro lugar, se a experiência demonstrar semelhante necessidade;
 - k. Persuadir os pais, tutores, administradores ou encarregados de crianças de um e outro sexo a extrema conveniência de as mandarem à escola, dando-lhes a roupa necessária, se por indigência é que não a frequentam¹¹⁶;
 - l. Gerir e administrar os capitais da Caixa Paroquial, dando ao Conselho Superior conta da gestão e trabalhos que fizerem;

¹¹⁶ Edward Palmer Thompson em belíssimo trabalho investigativo sobre a Lei Negra na Inglaterra demonstrou através de um estudo de história social apurado como as práticas sociais antecedem as leis aprovadas pelos legisladores (THOMPSON, 1987). Desse modo, não é difícil imaginar o estado social das crianças no Recife (e porque não em outras tantas cidades do Brasil entre 1872-1903) no qual este estado acaba tornando-se empecilho para esta criança frequentar devidamente uma aula. Não estamos aqui negando às más condições de subsistência ou supervalorando essas condições, porém, se em um estatuto uma associação prevê tal fato e aconselha aos membros que forneça as condições necessárias para que um aluno frequente as aulas, tais casos deveriam ocorrer com frequência. Não sabemos ao certo se os conselhos paroquiais vieram a gastar de sua caixa o valor de roupas para os alunos, mas, deve ter acontecido, visto desde o primeiro estatuto a obrigação ter sido relatada.

- m. Finalmente prover e promover na Paróquia quanto achar conveniente ao desenvolvimento do intuito da Sociedade, propondo ao Conselho Superior aquelas medidas que para isso forem necessárias¹¹⁷.

Possuir o cargo num conselho diretor paroquial exigia do membro um comprometimento eficaz para com os fins da associação, as competências desse cargo demonstram isso. Ainda mais, toda a administração e manutenção das escolas e ações das paróquias deveriam ser rigidamente controladas pelo conselho, e relatadas ao conselho Superior da SPIP, no qual competia:

Art. 9. Compete ao Conselho Superior:

- a. Representar a Sociedade, solicitando dos Poderes Públicos o que for a bem dela;
- b. Concorrer por si, ou com o auxílio dos Conselhos Diretores de Paróquia, nos casos previstos pelos Estatutos, para a consecução do fim da Sociedade;
- c. Aprovar os sócios propostos para correspondente se honorários, conferindo-lhes títulos;
- d. Propor à Assembleia Geral os sócios beneméritos, de conformidade com o disposto no Art. 3º § 4, justificando as propostas, e expedindo os respectivos diplomas em nome da Sociedade, logo que por esta sejam aprovadas tais propostas;
- e. Convocar a Assembleia Geral nos casos extraordinários previstos no art. 25;
- f. Premiar os autores de obras úteis ao ensino, ou de valor científico, imprimindo, se o entender conveniente, as publicadas no estrangeiro que forem reconhecida a vantagem e proficiência, depois de vertidas em português;
- g. Criar estabelecimentos de ensino superior, quando o permitirem as forças do cofre e da conformidade com o disposto no § 1º do art. 1º;
- h. Finalmente prover e promover quanto for a bem da Sociedade.¹¹⁸

Percebe-se que o Conselho Superior se guardava a administrar as ações dos Conselhos Paroquiais, apesar de permitir a livre deliberação destes conselhos, promover

¹¹⁷ ESTATUTOS da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Recife: Typographia Universal, 1872. P. 9-11. (Diversos II ó APEJE).

¹¹⁸ ESTATUTOS da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Recife: Typographia Universal, 1872. P. 8. (Diversos II ó APEJE).

o ensino superior e nomear sócios. Obviamente ocupar um cargo no Conselho Superior não impedia a ocupação de outro num Conselho Paroquial. Por enquanto podemos afirmar que boa parte das ações efetuadas na cidade do Recife foi obra dos conselhos Paroquiais, é incontestável o trabalho dos Conselhos a fim de propagar a instrução pública.

Em 1875 outros dois termos foram adicionados às obrigações do conselho Superior:

§ 1º Nomear logo na primeira sessão, depois de sua posse, uma comissão de redação, a cujo cargo ficarão as publicações úteis, de que fala o § 3º do art. 4.; § 9º Organizar os modelos pelos quais devem ser feitos os mapas e escrituração das escolas e estabelecimentos de instrução da sociedade, a fim de que haja toda a uniformidade ¹¹⁹.

Aí percebemos ainda mais a necessidade de se administrar com uniformidade o que era feito pelos Conselhos Paroquiais. A livre deliberação não significava modelos distintos de se registrar o ocorrido durante um ano letivo da escola.

As determinações para um conselho Paroquial não foram modificadas, no entanto, os conselhos locais surgiam. Nada mais eram que Conselhos localizados a mais de dois quilômetros de um conselho Paroquial, os artigos 21, 22 e 23 geriam suas atuações e estas deveriam ser como as de um Conselho Paroquial, e até mesmo na inexistência de um, o Conselho Local seria reconhecido enquanto um Conselho Paroquial.

Destes Conselhos Paroquiais e locais, o mais anunciado no jornal foi o do Poço da Panela, responsável por cobrir a área do Poço da Panela e regiões próximas como Monteiro. Das atividades dessa paróquia possuímos mais informações, porém, não podemos afirmar ser esta a mais eficiente em seus progressos. Não vamos tomar a fonte como verdade absoluta. O que podemos detalhar e afirmar agora são atividades constantes sendo relatadas no jornal.

Em 13 de Fevereiro de 1873, uma quinta-feira, é informada a abertura da escola na freguesia do Monteiro, sob direção do Conselho Paroquial do Poço da Panela, tal escola funcionaria fronteira ao sobrado do Sr. Alfredo Guimarães¹²⁰, no momento da abertura dessa escola é redigido um "manifesto" em prol da abertura de mais escolas a fim de

¹¹⁹ ESTATUTOS da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, 1875. Sexta 1 de Janeiro de 1875. Diário de Pernambuco 1 Jan. a 31 Mar. 1875 rolo n. 107. (FUNDAJ ó setor de microfilmagem).

¹²⁰ Quinta-Feira 13 de Fevereiro de 1873. Diário de Pernambuco 2 Jan. a 31 Mar. 1873 rolo n. 99

"espantar as trevas" para esclarecer o povo, a publicação ainda engrandece as ações da SPIP e lembra desta ser uma iniciativa particular.

Entre Junho e Outubro de 1875 foram 112 os alunos matriculados nas aulas das freguesias do Monteiro, Pedra Molle, Santa Anna e Encanamento. A frequência variava entre 1 e 28 alunos. Já entre Janeiro e Agosto de 1876 as matrículas passaram a ser registradas separadamente por freguesia e variavam de 9 a 38 alunos e frequência de 4 a 27 alunos¹²¹. Mesmo com tão poucos números, a relação matrícula-frequência possuía uma média de pelo menos uma ser a metade da outra.

As informações detalhadas de quem eram esses alunos e onde moravam, não é informada nos anúncios do jornal. Perdemos uma fonte de interpretação promissora e relevante para compreender qual efetivamente era o público da associação e as condições sociais desses alunos. Deveria de haver uma quantidade mesmo que irrisória de alunos sem condições até de arrumar algo para vestir-se adequadamente para frequentar as aulas, de acordo com o previsto pelo ponto 6º do artigo 10 dos estatutos da associação¹²².

Avaliamos também a documentação dos relatórios escritos e publicados no Diário de Pernambuco sobre as atividades da SPIP, além dos relatórios dos Diretores da Instrução Pública ao longo do século XIX.

Essa documentação, por enquanto, é a que nos permite visualizar os feitos da associação em prol da instrução pública no Recife. São os relatórios escritos pela própria associação publicada no Diário de Pernambuco, como também o que é relatado pelo Inspetor Geral da Instrução Pública João Barbalho Uchôa Cavalcanti¹²³. Vamos tratar inicialmente desta documentação.

Tais relatórios são direcionados apuradamente à instrução pública e por isso suas informações mais detalhadas servem mais para uma descrição e interpretação de tal intento. Os ensinamentos secundários, profissionais e superiores possuem destaque, porém, não há detalhamento minucioso. Trabalhar com essa fonte, em busca de informações

¹²¹ Informações retiradas dos anúncios entre os anos de 1875 e 1876. Cf. Diário de Pernambuco 1 abr. a 30 jun. 1875. Rolo Nº 108; Diário de Pernambuco 1 Jul. a 30 set. 1875. Rolo nº 109; Diário de Pernambuco 1 Out. a 31 Dez. 1875. Rolo nº 110; Diário de Pernambuco 1 Jan. a 31 Mar. 1876. Rolo Nº 111; Diário de Pernambuco 1 Jul. a 30 Set. de 1876. Rolo Nº 113.

¹²² Cf. nota de rodapé número 28, página 50.

¹²³ Essa documentação está sob a guarda do APEJE e compreende os anos em que Uchôa Cavalcanti esteve no cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública de Pernambuco (1874-1887). Quando lemos tal documentação acerca da associação SPIP estamos obviamente levando em consideração ser a visão de Uchôa Cavalcanti sobre o que deve ser mencionado.

sobre a SPIP, é saber de suas limitações e procurar retirar o máximo de informações dela.

Em 1874, Cavalcanti relata o fato da õpropagadoraõ ter fundado diversas escolas diurnas e noturnas de instrução primária para ambos os sexos, porém, são as escolas existentes no bairro do Monteiro, freguesia do Poço da Panela. Sobre a freguesia da Boa Vista é relatado apenas a abertura da Escola Normal para senhoras e o fato dela já ter tido um público de 200 alunas. Ter recebido (ou receber) uma subvenção estatal para funcionar, desde que o Estado não abrisse uma escola oficial. Ainda no relatório de 1875, Cavalcanti acreditava na não continuação da Escola Normal para senhoras da SPIP, porém, cabia reconhecer o importante serviço prestado às alunas e ao ensino público¹²⁴.

Em 1877 a preocupação do relatório feito por Cavalcanti foi ressaltar o fato de muitos professores relacionados à SPIP estarem admitindo alunos gratuitamente além de subvencionar os alunos pobres com vestuário, calçados e livros¹²⁵.

Os relatórios param de citar com veemência as ações da SPIP. Voltam-se muito mais para o ensino oficial da província de Pernambuco e o semioficial (como denominam o Liceu sub a gerência da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais). As escolas particulares (na qual deveriam ser detalhadas as ações da SPIP) pouco são destacadas. Há apenas mais um relato no ano de 1884 sobre as ações da SPIP,

A escola do Monteiro é hoje a mais bem favorecida da província e rivaliza, quanto à mobília e materiais de ensino, com as das mais fartas e inteligentemente providas na Corte. A escola mista da freguesia da Boa Vista, se quanto ao material acha-se por enquanto em condições inferiores à daquela, ostenta uma freguesia avultada, dando o ensino gratuito a uma centena de meninos e

¹²⁴ RELATÓRIO da Instrução Pública apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel de Figueroa Faria & Filhos, 1874; RELATÓRIO da Instrução Pública apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel de Figueroa Faria & Filhos, 1875.

¹²⁵ É a efetivação do que consideramos na nota de rodapé 28 (página 50) acerca do art. 10 dos Estatutos da SPIP, apesar de não sabermos o valor realmente gasto, no qual relatava a obrigatoriedade dos conselhos paroquiais de fornecerem aos alunos pobres condições materiais para frequentarem as aulas, caso não as frequente por esses motivos. Cf. RELATÓRIO da Instrução Pública apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel de Figueroa Faria & Filhos, 1877.

meninas a quem dá os livros e objetos necessários às lições¹²⁶.

Os projetos de propagar a instrução pública estavam ganhando forma. Não apenas na abertura de diversas escolas no Recife, mas, na perspectiva de acrescê-las com um público anteriormente odesprovidoõ dessa possibilidade. Esse é o discurso proferido pelo então Diretor Geral da Instrução Pública João Barbalho Uchôa Cavalcanti, o qual exerceu o cargo durante 14 longos anos, e era membro instaurador da SPIP. Acreditemos, pelo menos, no fato das ações previstas pelos estatutos estarem tomando corpo, o tamanho desse corpo infelizmente não pode ser devidamente confirmado.

Ao menos resta para o ano de 1874 uma estatística enviada pelo Conselho Diretor do Poço da Panela sobre a matrícula e a frequência anual das escolas por ele subvencionadas:

Quadro V: Estatísticas de Matrículas/Frequência das Escolas do Conselho Diretor do Poço da Panela para o ano de 1874 ¹²⁷						
Ano	Localidade					
	Monteiro - Diurna	Monteiro - Noturna	Escanamento - Diurna	Pedra Mole ó Diurna	Macacos - Diurna	Macacos - Diurna
1874	41/33	13/9	35/33	23/16	9/6	15/8
Média	80%	69%	94%	70%	67%	53%

É uma tabela parca, com apenas um ano demonstrado. Porém, percebemos pela média que a procura era maior no bairro do Monteiro, e para o ensino diurno, do mesmo modo no Encanamento. A frequência nessas escolas diurnas é acima de 70%, durante todo o ano. O conselho diretor responsável por essas escolas foi o do Poço da Panela, foi o único relator das estatísticas escolares, tanto apresentadas no relatório de Cavalcanti, quanto no Diário de Pernambuco, apesar de bastante fragmentadas serem as estatísticas mensais.

Entre os meses de 1875 e 1876 a estatística escolar do Poço da Panela compreendia os bairros de Monteiro, Encanamento, Pedra Molle e Macacos, porém, ela deixa de ser

¹²⁶ RELATÓRIO da Instrução Pública apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel de Figueroa Faria & Filhos, 1884. p. 20-21.

¹²⁷ Essa tabela foi construída através das informações contidas no relatório de Uchô Cavalcanti. Cf.: RELATÓRIO da Instrução Pública apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel de Figueroa Faria & Filhos, 1874.

publicada com a devida frequência tornando impossível um registro apurado ¹²⁸. Dispomos apenas do quadro acima para fazer a análise. Portanto, era o Conselho Diretor do Poço da Panela quem mais publicava e mandava às autoridades suas estatísticas, em comparação a tantos outros Conselhos Paroquiais.

Como a documentação é fragmentada e não dispomos de documentos produzidos internamente pela associação, não podemos definir o Conselho Paroquial do Poço da Panela como o que mais trabalhava em prol da instrução. Seria reduzir demais o leque interpretativo e deixar-se seduzir demais pelas informações coletadas.

Em 1877, é relatada uma prática corriqueira nas escolas subsidiadas pela associação, a premiação dos alunos que se distinguiam. Tais alunos foram presenteados com livros de história natural ôdourados e ricamente encadernadosö. O aluno Antoliano Barreto da Rocha Lins, proferiu um discurso de agradecimento ao conselho diretor da SPIP, focando na ôsolicitude e esforçosö em prol da instrução. Os professores Antonio de Albuquerque Barros, João Cancio Firmino Monteiro e o Antonio Rodrigues Autran também leram discursos análogos ao de Antoliano Lins. Nesses anos muito é publicado sobre a associação e sobre as atividades do Conselho Paroquial do Poço da Panela, porém, muito se refere ao movimento da biblioteca e poucas informações sobre as reuniões dos membros do conselho, tais informações não vem detalhadas. De toda forma, são sempre de forma laudatória os discursos proferidos no Diário de Pernambuco¹²⁹. E os homens da ôboa sociedadeö se articulavam para engrandecer os feitos da associação, como em 17 de Setembro membros (Presidente da SPIP, o Orador e Manoel Portella) da SPIP foram convidados pelo presidente da província para receber o Imperador D. Pedro II, na ocasião de sua visita a Pernambuco¹³⁰.

As ações da associação em prol da instrução pública continuaram tomando abrangência, o arco de atuação estava se ampliando, a ponto de em 1879 o *Diário de Pernambuco* ter enviado um ôapeloö à associação a fim dela, a partir de suas caixas escolares, fornecerem livros impressos e meios para o estabelecimento das mesmas caixas escolares em escolas públicas. A pauta seria colocada em discussão, como informou o Dr. João José Pinto Júnior, pelo menos para as escolas nas paróquias cujas

¹²⁸ Cf. Diário de Pernambuco 1 abr. a 30 jun. 1875. Rolo Nº 108; Diário de Pernambuco 1 Jul. a 30 set. 1875. Rolo nº 109; Diário de Pernambuco 1 Out. a 31 Dez. 1875. Rolo nº 110; Diário de Pernambuco 1 Jan. a 31 Mar. 1876. Rolo Nº 111.

¹²⁹ Quarta-Feira 3 de Janeiro de 1877. Diário de Pernambuco 1 Jan. a 29 Mar. 1877. Rolo Nº 115. (Setor de Microfilmagem ó FUNDAJ).

¹³⁰ Segunda-Feira 17 de Setembro de 1877. Diário de Pernambuco 2 Jun. a 30 Set. 1877. Rolo nº 117. (Setor de Microfilmagem ó FUNDAJ).

aulas fossem ministradas por professores sócios da Propagadora. Discutiram essa proposta os professores Augusto J. M. Wanderley, Monteiro Pessoa e o comendador Lima Bairão. Porém, Bairão recomendou o adiamento dessa discussão para outra sessão¹³¹. Em 1879, Pinto Junior propõe a nomeação de uma comissão composta pelo Dr. Olympio Marques da Silva, Augusto J. M. Wanderley, e Antonio Ignacio do Rego Medeiros para entender-se com o Sr. Dr. José Osorio da Cerqueiro para poder estabelecer um acordo a fim de resolver a questão do estabelecimento das caixas escolares nas escolas públicas¹³².

Em Petição enviada aos poderes públicos em 1903 há o relatório de atividades da SPIP. Nele o Dr. Bianor de Medeiros declara a SPIP como "a mais bela cristalização do patriotismo pernambucano", e demonstra o quanto pode fazer a iniciativa particular mesmo por homens de raça não anglo-saxônica. De acordo com o relatório a pior dificuldade da SPIP é o estado das finanças, pois, muito do dinheiro arrecadado não é suficiente pra o que é gasto. As aulas na Escola Normal Livre tiveram uma breve pausa durante 15 dias de Abril por conta duma epidemia.

Registramos enquanto matriculas: Curso Preparatório 27 alunas; 1ª série 12; 2ª série 12; 3ª série 7; e 7 ouvintes. Destas alunas (58) 49 são contribuintes e 8 apresentaram atestado de pobreza e 1 matriculou-se à requisição do Dr. Netto de Medeiros. Em 1903 matricularam-se 72 alunas: 30 no preparatório com 12 no destino ao curso comercial; 1ª série 20; 2ª 13; 3ª 9. Destas 57 são contribuintes, 11 com atestado de pobreza, e 1 por requisição de Netto Campello e 2 por Dr. João Vicente.

Na próxima sessão destacaremos a importância das redes clientelares nas relações verticais e horizontais entre os sujeitos da associação com outras associações e outros indivíduos da sociedade política entre 1872-1903. Procuraremos apresentar algumas trajetórias de sócios da associação na perspectiva de ilustrar tais relações verticais e horizontais. Mas, adiantamos que Manoel do Nascimento Machado Portella, então Presidente da Província no ano de 1871 e Vice-Presidente em 1872 participou como sócio fundador e em 1898 o Governador do Estado de Pernambuco o Dr. Joaquim Corrêa de Araújo, foi nomeado sócio Honorário da SPIP pelo então Presidente do Conselho Superior da Propagadora o Dr. João José Pinto Júnior.

¹³¹ Quinta-Feira 30 de Janeiro de 1879. Diário de Pernambuco 1 Jan. a 31 Mar. 1879. Rolo Nº 123 (Setor de Microfilmagem ó FUNDAJ).

¹³² Quinta-Feira 13 de Fevereiro de 1879. Diário de Pernambuco 1 Jan. a 31 Mar. 1879. Rolo Nº 123 (Setor de Microfilmagem ó FUNDAJ).

3.2 Os sócios fundadores e os membros da SPIP, algumas trajetórias

Fazer uma pesquisa biográfica com afinco é levar em consideração a busca por rastros e sinais muito diluídos em documentações dispersas por arquivos. A pretensão aqui, longe de montar uma biografia dos sócios da SPIP, é de apresentar as trajetórias que nos foi possível coletar nos arquivos enquanto investigávamos a associação. Nem todos os sócios puderam ser contemplados. Seria proveitoso investigar cada micro trajetória desses sujeitos a fim de compreender as implicações pelas quais eles se inseriram (ou foram inseridos) nesse projeto associativista. Resta-nos a partir das documentações encontradas lançarmos pressupostos e interpretações sobre as implicações dessa associação.

Dentre os sócios fundadores, aqueles reunidos na casa de João Diniz Ribeiro da Cunha ainda em 3 de Agosto de 1872, vamos detalhar brevemente as trajetórias de Felix de Vallois Corrêa, Manoel do Nascimento Machado Portella, José Soares de Azevedo e José Mariano Carneiro da Cunha.

Em Junho de 1876 veio a falecer um dos sócios fundadores da SPIP. Porém, por ter sido uma figura pública importante o Dr. José Soares de Azevedo, mereceu as honras de ter uma pequena biografia publicada no Diário de Pernambuco. Nascido na cidade do Porto em 1800, filho único e legítimo do negociante Manoel Soares de Souza Martins e D. Margarida Corrêa da Conceição Martins e Azevedo. Após ter estudado na Universidade de Coimbra na Faculdade de Ciências Naturais, foi mandado aos 17 anos para Paris e matriculou-se no curso público de Filosofia e História, sendo também Bacharel em Letras pela mesma universidade, tendo publicado um escrito acerca da separação entre Portugal e Brasil, bastante notável à época. Foi deputado no Ceará entre 1852-1856 e apresentou um projeto para a emancipação do ventre escravo, já esta proposta não teria tido grande visibilidade e foi até mesmo ridicularizado, porém, teve tempo de ver em 1871 uma proposta de emancipação de ventre escravo virar lei imperial.

A vida pública não eram as únicas pretensões do Dr. Azevedo, abriu na Corte um Colégio regular de Instrução Secundária que não vingou e o transferiu para Pernambuco, onde em 1839 também não se efetivou na província. Continuou com a

trajetória na instrução pública tendo sido nomeado Lente do Lyceu em 1842 e em 1855 do Ginásio Provincial. Azevedo também era oficial da Imperial Ordem da Rosa e Sócio Fundador e Presidente do instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano¹³³. Ou seja, participou de estancias bem quistas da sociedade imperial e da província em que esteve instalado.

Não seria por menos ter um Machado Portella na empreitada da SPIP. Manoel do Nascimento Machado Portella é irmão mais novo de Joaquim Pires Machado Portella, este então entusiasta da instrução no Recife, principalmente a instrução profissional. Foi Diretor Geral da instrução pública em meados do Segundo Reinado e propagador das ideias da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. Manoel do Nascimento teve uma vida política atarefada e movimentada. Foi bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife na turma de 1855, jurista e advogado. Tinha cadeira na Assembleia Legislativa de Pernambuco e também vice-presidente da Província. Governou Pernambuco em 1869, 1871 e 1872. Foi Presidente da Província em Minas Gerais (1885-1886) e Bahia (1888-1889) foi também Conselheiro do Império em 1886 e Ministro do Império em 1887. Foi lente substituto pela Faculdade de Direito do Recife em 1857 e 1861. Em 1869 recebe a Insígnia de Oficial da Ordem da Corona da Itália, dada por motivos de comemoração da unificação italiana e concebida pelo Vitor Emanuel II em 1868¹³⁴. Dentre outros títulos de ordens militares, Manoel do Nascimento recebeu o título de Comendador da Ordem da Rosa e da de N. S. Jesus Christo¹³⁵.

Manoel do Nascimento Machado Portella possuía uma vida, assim como seu irmão mais velho, de entusiasta da instrução profissional, principalmente na perspectiva de engrandecer o trabalhador nacional e regional, por isso concordava tão bem com a visão de seu irmão mais velho. Ainda no cargo de Presidente Interino da Província passou a discutir a problemática de se instituir o Liceu de Artes e Ofícios, dirigido pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. Na década de 1870 o recém-instituído Liceu uniu-se ao da Corte, Machado Portella lutaria pela construção de um prédio

¹³³ Quinta-Feira 8 de Junho de 1876. Diário de Pernambuco 1 Jan. a 31 Mar. 1876. Rolo N° 111 (Setor de Microfilmes ó FUNDAJ)

¹³⁴ As informações acerca dessa honraria merece uma investigação mais apurada. Por enquanto, ficamos apenas na citação dela. Sobre a Ordem da Corona Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_da_Coroa_da_It%C3%A1lia. Última visualização em 25/20/2013.

¹³⁵ PERNAMBUCO, Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. Arquivo Público Estadual. **Inventário [da] Coleção Machado Portella** (Manoel do Nascimento Machado Portella). Recife, 1982. (Série Coleções Particulares)

próprio para o Liceu. Nos anos iniciais da SPIP, Manoel Portella possuiu cargos importantes como o de Vice-Presidente da associação. Talvez pelo acúmulo de cargos públicos e particulares acabou preferindo a cadeira enquanto Conselheiro do Conselho Superior da associação, nos anos 1875 em diante.

Foi em 1880, ano de inauguração do prédio do Liceu, local de formação de artistas mecânicos e liberais na cidade do Recife, que Machado Portella foi nomeado Diretor da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais.

Não sabemos a cor do Dr. José Soares de Azevedo, mas, por fotografia da época da inauguração do Liceu, Manoel do Nascimento Machado Portella, de cor parda, por ser diretor da SAML estava no centro da imagem¹³⁶. A história da SAML era marcada por homens pardos buscando destacar-se socialmente, escapar da correlação fácil entre cor e condição civil e jurídica. Eram homens pardos livres com ofício e instrução. E se Machado Portella era pardo, seu irmão não escaparia à cor. Era uma família envolvida na vida profissional e educacional recifense, na finalidade de agir em prol do trabalhador nacional independente de cor e principalmente pelos de cor. Machado Portella era pardo, porém, tinha seguido a experiência em cargo público e a instrução necessária para tal.

O Dr. João José Pinto Júnior, filho de médico, formou-se em 1855 pela Faculdade de Direito do Recife. Fez parte do grupo conhecido como geração de 1870¹³⁷. Como político, pertenceu ao partido liberal. Foi indicado pelo partido, mas, afastou-se por considerar as eleições cheias de fraude e sem lealdade. Daí dedicou-se a questões

¹³⁶ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. 1. ed. Campinas: FAPESP/Editora da Unicamp, 2012.

¹³⁷ A experiência dessa geração foi principalmente política. Os membros desse movimento intelectual, no qual suas formas de pensar e formas de agir possuem uma ampla conexão, eram indivíduos amplamente instruídos. Conheciam amplamente as teorias deterministas produzidas no decorrer dos XIX, leitores de praticamente toda a espécie de produção intelectual e apesar do Marxismo não ter tido tanta influência eles não adotavam tais teorias aleatoriamente, havia um processo interpretativo, uma triagem de critério político bastante estabelecido. Tal movimento intelectual expressaria seus próprios anseios, surgidos no processo de modernização do país, equalizando o pertencimento desses membros a uma classe, posicionamento político e ideológico e adotando variações de positivismo e liberalismo coerentes a esses anseios. A geração de 1870 enquanto movimento intelectual buscou no repertório político-intelectual de fins dos oitocentos os recursos que lhe permitisse exprimir sua crítica ao regime imperial numa forma distinta da tradição liberal-romântica inventada pela elite imperial; A carreira docente, além das relações associativista, era bastante preterida por esse grupo de intelectuais recifenses, meio pelo qual advinha de um sistema de apadrinhamento sobre os critérios de preenchimento de tal cargo público e a possibilidade de se montar uma rede de clientela com maiores extensões. Cf. (ALONSO, 2002; CARVALHO, 2012).

educacionais, tendo acumulado nos anos de 1886 e 1890 o exercício de Lente e de Diretor interino da Faculdade de Direito do Recife¹³⁸.

Como demonstrou Murilo de Carvalho¹³⁹, a experiência galgada no interior do funcionalismo público e a instrução para tal era um meio pelo qual se homogeneizava a ideologia, a elite se mantinha no poder através da manutenção de três etapas subsequentes: o ensino superior; a ocupação de cargo público; e a carreira política. Essa ocupação de cargo público se dava de modo que permitisse uma circularidade e o sujeito nunca deixasse de exercer algum cargo, sempre havendo um revezamento ou a manutenção dele em outra província ó como é o caso de Machado Portella. Além de o funcionalismo público ter sido um meio importantíssimo para os indivíduos galgarem espaço social, montarem redes de clientela com maior facilidade pelo simples fato de possuírem a partir de então um *status* social mais elevado.

Dos sócios retratados anteriormente um professor teve sua trajetória bastante marcada com o envolvimento com a política provincial e associações mutualistas: Felix de Vallois Corrêa. Ele conquistou sua habilitação para lecionar em 1865. Era torneiro e procurava se aperfeiçoar sempre. Após alguns tramites legais que o impediram de ser titulado ainda em 1862, em 1867 ele foi empossado para a Vila de Cimbres. Após um processo longo de pedido de transferências o professor conseguiu ir para a cadeira da Pedra Tapada. Era sócio da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais em 1859, participante de sua rede de compromisso. Em 1867 o professor e sócio lecionava para um grupo de 30 alfabetizando nos bancos escolares da SAML. Vallois foi o segundo artífice da SAML a se tornar professor público em Pernambuco, demonstrando ãa penetração pública do grupo de artífices e a eficiência de suas redes de compromisso¹⁴⁰. Em 1870 o artífice acumulava *status*, o Delegado Literário de Limoeiro o elogiou por não empregar castigos corporais em seus alunos, e por ter muito zelo e dedicação enquanto professor público de primeiras letras. Tal destaque garantiu uma transferência para a 4ª Cadeira da Freguesia da Boa Vista, e com isso poderia muito bem ocupar o cargo de diretor do Liceu em 1871 e se mantivesse até 1874. Para tanto,

¹³⁸ MEMÓRIA da Sociedade Propagadora da Instrução Pública em Pernambuco. Pernambuco, 1892. (Folhetos Raros II ó APEJE).

¹³⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁴⁰ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. 1. ed. Campinas: FAPESP/Editora da Unicamp, 2012.p. 238.

O exame do organograma da Diretoria das Aulas do Liceu de Artes e Ofícios revela que, apesar de o projeto da escola profissionalizante estar vinculado aos que ocupavam o topo da pirâmide social, foram os mestres de ofício pernambucanos que efetivamente controlaram aquela instância de poder. Mais do que simplesmente comandar, Felix de Valois Correia exercia com sucesso a gestão pedagógica do estabelecimento de ensino (os dados do Gráfico 3 fundamentam esta afirmativa). Para tanto, o perito das chamadas artes úteis e professor público contou com o precioso auxílio de alguns colaboradores¹⁴¹.

Esse torneiro formado no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar, logradouro mais antigo da SAML, tornou-se professor público, conquistou *status* no interior da sociedade recifense, utilizando-se muito bem das redes de clientela motivadas e mantidas pela associação de artífices. Cerca de dez anos após entrar na instrução pública, já foi considerado por outros professores e por colegas artífices apto a ocupar cargos importantes na SPIP (lembrando que foi um dos professores participantes da primeira reunião da SPIP) e na SAML.

Outro sócio foi José Mariano Carneiro da Cunha (1850-1912) que já em 1876 ocupava o cargo de conselheiro paroquial do Poço da Panela. Era residente do bairro e sua casa estava ao lado da Igreja Nossa Senhora da Saúde. Nascido no Engenho Caxangá, no distrito de Ribeirão entrou na Faculdade de Direito do Recife em 1866. Após três anos de estudos na Faculdade de Direito resolveu filiar-se ao *Club Popular*, local aglutinador de liberais recifenses como João Francisco Teixeira, Antônio da Costa Ribeiro e Aprígio Justiniano Guimarães. Enquanto membro do Club José Mariano sempre pugnava pelos direitos dos pernambucos e principalmente dos liberais.

Junto aos correligionários fundou o jornal *A Província*, em 1872, local de campanha partidária Liberal. Tal jornal veio a se odiar com o jornal *O Tempo* ó fundado por João Alfredo Correia de Oliveira e Manoel do Nascimento Machado Portella fundado em 1876, este responsável por propaganda conservadora, local não exclusivo do *Diário de Pernambuco*. Foi vereador no Recife pelo partido Liberal em 1876. Na década de 1880, José Mariano foi pugnador de decisões importantes para a província como a subvenção para a Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, então presidida

¹⁴¹ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. 1. ed. Campinas: FAPESP/Editora da Unicamp, 2012.p. 299.

nessa época por Manoel do Nascimento Machado Portella. Participou ativamente para a libertação de escravos, vendendo muito das joias de sua esposa para financiar a emancipação de alguns, além de associar-se na *Sociedade Ave Libertas* agremiação cujo objetivo era emancipar por meio lícitos e legais a libertação de escravos além de proteger a sorte dos mesmos¹⁴².

Em 1887 já eleito deputado provincial pelo 1º distrito do Recife. Com vida política intensa é eleito à 1ª Constituinte Republicana pelo Partido Autonomista, até ser eleito Prefeito do Recife em 1891, porém, não toma posse, por ter havido a revolução popular-militar de 18 de dezembro de 1891, que, depouso o barão de Contendas (Antônio Epaminondas de Barros Correia), dissolveu o Congresso Estadual e as municipalidades eleitas¹⁴³, para Tadeu Sales, José Mariano era um liberal por convicção e não admitiria o despotismo do Marechal Floriano Peixoto, participando enfim de uma conspiração a fim de retirar o Marechal do poder e trazer paz e salvação à República recém-nascida. Porém, logo em 14 de novembro de 1893 Recife acordou com a prisão de José Mariano e outros conspiradores a mando de Barbosa Lima, então Governador do Estado. Fica preso no Forte do Brum, é movido ao Rio de Janeiro, mas é ovacionado pelo jornal *A Província* na sua volta ao Recife em 1894. É eleito como Deputado Geral em 1911 pelo Partido Republicano Conservador, porém, pouco dura no cargo por falecer em 8 de Junho de 1912.

Aparentemente, no jogo político tecido na câmara dos senadores recifense José Mariano enquanto Liberal discordava das ideias de Manoel do Nascimento Machado Portella, então conservador. Como no momento do discurso de Machado Portella sobre as eleições de 1879, José Mariano praticamente não o deixava falar, alegando da improbabilidade do ocorrido em cidades do interior no qual as autoridades foram chamadas para certificar uma eleição conservadora por maioria. Essa teia poderia ser transpassada para o interior da SPIP, porém, aparentemente as coisas caminhavam como deveriam principalmente pelo fato de ser o Conselho Paroquial do Poço da Panela o mais bem citado pelo Conselho Superior dentre os Conselhos Paroquiais recifenses. Além disso, era o político José Mariano ferrenho defensor de ideias liberais, combateu até o

¹⁴² SALES, Tadeu José Gouveia de. *José Mariano e seu tempo: 1850-1912: o tribuno do Recife e a utopia da liberdade durante o Império e a República*. Recife: Cepe, 2013. P. 154.

¹⁴³ SALES, Tadeu José Gouveia de. *José Mariano e seu tempo: 1850-1912: o tribuno do Recife e a utopia da liberdade durante o Império e a República*. Recife: Cepe, 2013. P. 217.

despotismo do Marechal Floriano Peixoto a ponto de ser preso por Barbosa Lima. Permaneceu na vida política enquanto sua saúde permitiu.

Podemos perceber na vida de José Mariano uma inclinação à valorização do trabalhador nacional. Longe de nos lançarmos em interpretações acerca de sua atuação em prol dos escravos, de certo ele atuou na *Ave Libertas*, atuou no *Club Popular*, fundou o *A Província*, discursou em prol da subvenção à Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e foi sócio do Conselho Paroquial do Poço da Panela da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. A atuação política dele era evidente também em organizações no seio da sociedade civil, no qual pugnava em prol de ideologias liberais, emancipadoras e protecionistas do trabalhador nacional. Sem laudatórias demorosas, acreditamos ser José Mariano Carneiro da Cunha um sujeito bastante atuante em prol da sociedade recifense no período, apesar de não nos desfazer-nos do receio em creditar-lhe total envolvimento com õas massas, para tanto, o consideremos um político em prol da sociedade, porém, sem perder seu local na õboa sociedadeõ recifense.

Para Candiá¹⁴⁴ o discurso historiográfico vem apontando, no concernente à educação para trabalhadores, um direcionamento da elite a fim de controlar socialmente tais trabalhadores. Porém, a tese pretende demonstrar como as praticas da Maçonaria acabaram difundindo uma representação contratual da sociedade. Relatando as iniciativas maçônicas em prol da educação popular, Candiá foca em alguns exemplos de associações com sócios maçons, dentre elas a Sociedade Propagadora da Instrução Pública (1872); a Sociedade Propagadora da Instrução Popular de São Paulo (1873); e a Sociedade Mantenedora da Biblioteca Pública Pelotense (1875).

A pesquisa¹⁴⁵ baseia-se nas Conferências Populares da Glória ocorridas entre 1874 e 1889, realizadas na Escola Pública da Freguesia da Glória, no qual seria um espaço de

¹⁴⁴ CANDIÁ, Milena Aparecida Almeida. *Projetos e realizações culturais e pedagógicas maçônicas: o associativismo como terceira via para (re)pensar a educação popular no Brasil-Império (1870-1889)*. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2013. (Tese de Doutorado).

¹⁴⁵ A documentação utilizada pela autora é essencialmente da imprensa maçônica ó as publicações do *Boletim do Grande Oriente do Brazil* entre os anos de 1871 a 1889; como o *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil* entre 1873 e 1878. Porém, compõe-se também as revistas *Conferências Populares* (1876); *A Instrução Pública* (1872-1875 e 1887-1888); periódicos como *A Nação*; *Correio Paulistano*; *Jornal do Commercio*. Contou para cruzamento de dados com *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1870-1889), o *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* (1883-1902) e os trabalhos de Primitivo Moacyr, *A instrução e o império: subsídios para a História da Educação no Brasil (1854-1888)* e José Ricardo Pires de Almeida, *Instrução pública no Brasil (1500- 1889)*. Por fim, Candiá contou com as atas da Associação Promotora da Instrução localizadas na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, documentação importantíssima por detalhar

atuação da Maçonaria, e seriam esses os responsáveis por sustentar ações em prol da instrução popular na Corte. Seriam os sujeitos participantes dessas conferências os responsáveis por criar a *Associação Promotora da Instrução* no ano de 1874, associação responsável por abrir e manter cursos noturnos e escolas na cidade do Rio de Janeiro. Para Candiá (2013) tais sujeitos intelectuais envolveram-se em projetos de criação e manutenção de várias sociedades filantrópicas voltadas à educação das classes populares, numa perspectiva ímpar de formar um novo cidadão e, conseqüentemente, do aperfeiçoamento intelectual e moral da sociedade brasileira¹⁴⁶. Para a autora também participaram desse movimento a Sociedade Propagadora da Instrução Pública, a Sociedade Promotora da Instrução de Campinas (fundada em 1871), a Sociedade Propagadora da Instrução Popular de São Paulo (fundada em 1873), e a Sociedade Mantenedora da Biblioteca Pública Pelotense (1875).

Ao fazer uma caracterização da estrutura maçônica no Brasil, a autora vai corroborando o fato do pensamento maçônico abrir instituições de beneficência e socorro mútuo para seus sócios além de abrir Sociedades Propagadoras de instrução. Como é o caso da Sociedade de Instrução Primária de Santiago, fundada em julho de 1856 e em 1873 mantinha cinco escolas com um total de nove cursos, tal associação também pretendia lançar um periódico de assuntos pedagógicos e realizar conferências pedagógicas. Em Campinas-SP a Loja Maçônica Independência de Campinas criou e manteve a Sociedade Propagadora da Instrução, além da fundação da Associação Culto à Ciência em 1869. A questão é ressaltar o fato dos membros dessas associações atuantes na América Latina e especialmente no Brasil serem membros da boa sociedade, ou seja, grandes agricultores, jornalistas, professores, advogados, e cônegos. Dessa maneira:

Apesar destas instituições guardarem semelhanças com as mapeadas por nossa pesquisa, a nosso ver, elas também guardam algumas diferenças essenciais para nossas análises, visto que estabeleceram um vínculo muito estreito com a instância governamental, na medida em que dependiam das subvenções desta para sua subsistência. Característica que não iremos encontrar nas associações mapeadas em nosso estudo: a saber, a responsabilização da

ocorrências de ordem interna da associação, ou seja, um universo mais aprofundado que as publicações do jornal.

¹⁴⁶ CANDIÁ, Milena Aparecida Almeida. Projetos e realizações culturais e pedagógicas maçônicas: o associativismo como terceira via para (re)pensar a educação popular no Brasil-Império (1870-1889). Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2013. (Tese de Doutorado). p. 14

sociedade com relação ao projeto e a defesa do ensino livre da autoridade governamental¹⁴⁷.

A autora possui em seu trabalho um subcapítulo no qual destaca a atuação da SPIP na instrução pernambucana em fins do século XIX. A autora foi avaliando as redes de sociabilidade existente entre os membros da associação também redatores da *Revista da Instrução Pública* em Pernambuco, com os membros do jornal *A Nação* o principal voz do gabinete Rio Branco da corte o e com outras associações promotoras da instrução, como a da corte. Porém, apesar de colocar a SPIP no rol de associações com ideais maçônicos, ela acaba por não conseguir demonstrar o ou por falta de fonte, ou pela inexistência da relação o a relação entre a SPIP e as lojas maçônicas recifenses. Ou seja, acreditamos mais na influência dos sócios enquanto sujeitos atuantes na política e sociedade recifense que meros membros da associação maçônica o e ser membro o norteador de suas ações.

Sobre a relação dos sujeitos com a política local uma publicação no jornal parece lançar um indicativo. No jornal *Província* havia sido publicado que os membros da opropagadorao tinham por fim ações de uma política conservadora. Para o Sr. Monteiro Pessoa deveria haver um protesto contra tal publicação no jornal. Para Augusto J. M. Wanderley e Manoel do Nascimento Machado Portella não deveria haver nada de protesto ou retificação do discurso do jornal *Província*, pois, os fins pelos quais advogavam a Propagadora iam além de oCôr políticao principalmente porque ninguém olembrou de atribuir fim político à sociedadeo¹⁴⁸, e ainda afirma Machado Portella o fato dentre os membros o José Mariano ter cumprimentado o Barão de Vila Bella por ter embargado para a Côrte como ministro. Para tanto, a sociedade deveria de oconfiar no apoio e dedicação de seus consócios de um ou outro credo políticoo¹⁴⁹.

Essa discussão demonstra como os associados estavam envolvidos em prol de motivo comum, obstante qualquer vinculação política dentre eles. Para nós, tal relato nos tende a afirmar como tais sujeitos da associação estavam envolvidos enquanto uma oeliteo. Serem reconhecidos enquanto pessoas oïlustreso da província, no momento da formação da SPIP e apesar de terem trajetórias distintas, uns com movimento de verticalidade o de baixo para cima o na política imperial e outros na continuidade de movimentos

¹⁴⁷ Idem. P. 163.

¹⁴⁸ Se alguém tivesse olembradoo, qual seria?

¹⁴⁹ Quinta-Feira 13 de Fevereiro de 1879. Diário de Pernambuco 1 Jan. a 31 Mar. 1879. Rolo Nº 123 (Setor de Microfilmagem o FUNDAJ).

horizontais ó de família já atuante na política ó demonstram estarem condizentes com a proposta de atuação da propagadora uma proposta preocupada em instruir cidadãos recifenses para o trabalho no magistério a fim de ressonar a ideologia dos membros dessa associação, de formar mãos aptas a trabalhar em ofícios, primordialmente os voltados para a agricultura; e mais tardiamente pessoas aptas a trabalharem em prol da saúde dos cidadãos recifenses.

Pretendemos explicitar aqui o modo como os sócios da SPIP antes mesmo da instaurar a associação construíram e mantiveram redes clientelares, aparentemente com o objetivo de propagar a instrução pública e a formação de trabalhadores regionais para o exercício de cargos na própria cidade do Recife. Essas redes não foram construídas exclusivamente pelo fato de alguns desses sócios participarem da Maçonaria e seguir suas indicações e ideologias. Para nós, se alguns sócios participaram da Maçonaria e de outras associações ao longo de sua trajetória de ações políticas no seio da sociedade civil é um movimento decorrido das experiências desses sujeitos, as relações verticais e horizontais construídas. Se a lógica do mutualismo, da beneficência e do socorro mútuo eram encarnados pela sociedade civil e pela sociedade política desse século XIX recifense, não podemos escapar à tentativa de interpretar tais escolhas nessa lógica associativista, na qual, associar-se permitia relações sociais profícuas para os indivíduos; mantinham um jogo político interno amplamente relacionado às redes políticas traçadas no exterior da associação; era um meio de empregar os ideais desses sujeitos na sociedade recifense ó permitido até pela verticalidade e horizontalidade permissível às relações entre as associações e entre as associações e a esfera política recifense.

Dessa seção podemos ter em mente o fato de a associação prestar serviços importantes para a Província/Estado de Pernambuco, na medida em que ao iniciarem suas atividades focaram realmente na tentativa de *propagar* a instrução pública, levando em consideração a alimentação contínua de profissionais aptas a trabalharem no magistério ó isso com a abertura da Escola Normal para as senhoras. Sobre as ações da sociedade voltadas para a instrução profissional a análise precisa ser mais bem detalhada, enfocando em cada escola aberta e detalhando a bibliografia atualizada sobre o tema a fim de interpretar o intento do SPIP. O projeto de elite pretendido pela òpropagadoraö foi posto em prática através de três meios: o ensino normal, o ensino agrícola e mais tarde o ensino de farmácia. Demonstraremos como os dois primeiros

coadunavam bastante com a concepção da elite de formar trabalhadores e o modo como foram efetivadas essas escolas, onde funcionavam e o público frequentador das aulas.

Pensamos dessa maneira, seguindo indicações de Alonso¹⁵⁰, pelo fato das associações dessa geração ter o costume de campanhas pró-reforma como a da abolição e a da república, porém, a SPIP não toca nesses temas durante toda sua atividade entre os anos de 1872 e 1903. O projeto de elite voltada para completar a construção do Estado não realizada pela elite imperial.

Neste capítulo procuramos demonstrar como a Sociedade Propagadora da Instrução Pública teve sua gênese no seio da sociedade recifense. Uma sociedade marcada pela atuação de professores no âmbito da política local, atuação deveras importante para a compreensão do modo como a õpropagadoraõ intensificou uma série de relações verticais e horizontais entre os membros da sociedade. De certo, os Relatórios dos Presidentes da Província não demonstram uma ação efetiva, articulada e tentacular voltada para a formação profissional da sociedade recifense. Do mesmo modo também não afirma um quantitativo de escolas aptas a receber em seu interior uma grande quantidade de crianças por freguesias. Aparentemente as escolas abertas pela SPIP por seus Conselhos Paroquiais tinham a proposta de diminuir esse déficit, porém, não consta na documentação oficial da Província/Estado a relação das escolas da õpropagadoraõ dificultando uma análise mais aprofundada.

Num trabalho acurado de pesquisa histórica, debruçada sobre livros e artigos publicados ao longo dos anos 1870 nas Províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, a pesquisadora Angela Alonso demonstrou como a õgeração de 1870õ foi importante para as investidas liberais e contestações acerca do projeto saquarema vigente no corpo estatal do Império. O mote de antigas pesquisas sobre essa geração tinha um prognóstico precipitado e não lançados numa pesquisa social no qual o campo intelectual era o objeto de estudo. A autora se propôs a analisar os escritos e os sujeitos escritores de uma maneira mais vinculada à análise social desses escritos e dos sujeitos, propondo uma abordagem política desse movimento intelectual da geração de 1870. Para tanto,

A conjuntura em que o movimento intelectual da geração de 1870 surge é a hora de processamento político de uma

¹⁵⁰ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. P. 282.

mudança estrutural: os fundamentos coloniais da formação social brasileira, a forma patrimonial do Estado e o regime de trabalho davam sinais de desagregação. É um movimento crucial da história brasileira, similar à França sob a Monarquia de Julho e ao México do Porfiriato, no qual estava em jogo a definição do tipo de democracia que cada país seria capaz de construir e do modo como lidaria com a herança do *ancient régime* e da colonização¹⁵¹.

Houve no ocaso do Império uma configuração de um dilema intra-elite, no qual, o temor das reformas necessárias abalariam as instituições políticas e a ordem social, enfraquecendo o regime monárquico e desestabilizando facções da elite imperial. A modernização prometida pelos conservadores saquaremas foi incompleta e estava sendo criticada. Dessa maneira, o movimento de 1870 foi um movimento de elite, porém, essa elite não comungava de uma mesma origem social. Comungavam de uma comunidade de experiência criando laços concretos entre si, configurando uma coesão coletiva. De certo, alguns conservadores passaram a apoiar membros da geração de 1870, essas ações coletivas poderiam incluir conservadores em plena atividade política. Essa nova elite que se configurava não ia de encontro com o regime de trabalho já instituído, pois, isso minaria as bases da economia e abalaria também as bases da hierarquia social e do sistema representativo, ou seja, essa nova elite queria se instituir enquanto elite no espaço da já instituída e não modificar toda uma estrutura socioeconômica¹⁵².

Angela Alonso destaca as associações como um local no qual a sociabilidade desses sujeitos de intervenção política ocorria, o local onde a propagação das ideias era manejado, local onde as ideias eram discutidas e colocadas em prática. Podemos considerar então, a partir do relato de algumas trajetórias dos sujeitos envolvidos com o projeto da propagadora e de modo como essa associação foi se estruturando, a SPIP foi uma ação da elite a fim de instruir trabalhadores para o universo de trabalho recifense, no qual, apesar de sujeitos de concepções políticas diversas agirem pelo mesmo *costume em comum*.

A associação entre professores e membros da boa sociedade também não é algo incomum, pois, a carreira docente pretendida pela maior parte dos membros deste grupo foi obstada pela prevalência do sistema de apadrinhamento sobre os critérios de

¹⁵¹ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. P. 41.

¹⁵² Idem.

mérito no preenchimento dos cargos públicos¹⁵³, ou seja, a geração de 1870 contava com uma quantidade importante de professores ó historicamente vinculados ao ãturbilhão da políticaõ como tratado anteriormente ó e se não o eram vinculavam-se aos professores, pois, estes eram os responsáveis por formar as massas, principalmente para o trabalho.

Importante é perceber o modo como os sujeitos envolvidos na associação aparentam possuir uma trajetória bastante envolvida com a instrução. Não é novidade uma discussão no fato da instrução ser um mote para o período Imperial e ser bastante utilizada pelos trabalhadores em prol de benefícios para seus ofícios. Porém, estamos apresentando uma associação formada por professores e homens da õboa sociedadeõ, preocupados em instruir uma população até então sem acesso à instituição e, inicialmente, procurando prepará-los para o mercado de trabalho. Esses membros como vimos acima mantinham uma relação intrínseca com as associações e estavam a par de quanto tal iniciativa particular vingava aos seus intentos, talvez, por exemplo, de outras tantas associações de trabalhadores ó como as demonstradas no item 2.2 ó quanto por outras associações do patronato recifense como a Associação Comercial de Pernambuco e da Sociedade Auxiliadora da Agricultura Pernambucana.

¹⁵³ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. P. 138.

4. Ações da Sociedade Propagadora da Instrução Pública voltadas para a Qualificação Profissional em Recife

A SPIP foi formada por uma quantidade importante de professores provinciais, particulares, homens da política recifense, médicos e cônegos. Essa óboa sociedadeö recifense pensava em prol da instrução pública. Não sabemos ao certo se eram envolvidos massivamente com a maçonaria, porém, sabemos das intenções desse grupo preocupado com a possibilidade de se instruir trabalhadores tanto para ressonar as concepções e ideais de sociedade por eles pensados, quanto para o trabalho agrícola e de farmácia. Nesse capítulo teremos duas subseções nas quais discutiremos as ações voltadas efetivamente para a qualificação profissional recifense.

Adiante veremos a estruturação e a efetividade das escolas *Normal*, *Agrícola* e a de *Farmácia*, abertas pela SPIP em anos diferentes ó respectivamente 1872, 1878, 1903 ó voltadas para o ensino profissional dos recifenses. Além de levarmos em consideração a bibliografia mais recente responsável por discutir tais modalidades de ensino.

4.1 A primeira ação por qualificação profissional: a Escola Normal para senhoras

Em texto clássico preocupado com a necessidade de se estudar com mais dedicação a história da educação em Pernambuco, Ruy Bello¹⁵⁴ monta um quadro dos primórdios da educação no Brasil até meados do século XX. Seu texto é bastante basilar, tanto para se compreender os caminhos da história da educação, quanto na necessidade de se aprofundar as indicações feitas.

Sobre o ensino normal, item contido no capítulo dedicado ao ensino profissional, Bello, apesar de simples e conciso nos dá indicações importantes. A primeira delas é o fato de destacar a iniciativa particular da *Sociedade Propagadora da Instrução Pública*. Porém, é insipiente em detalhes, mas, trás a importante informação:

À Sociedade Propagadora da Instrução Pública cabe, assim, a glória de ter sido a pioneira na instituição do

¹⁵⁴ BELLO, Ruy. *Subsídios para a História da Educação em Pernambuco*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

ensino normal para as mulheres, isso não só em referência a Pernambuco, como a todo o Brasil. [...] Funcionando à noite, o curso da Propagadora, por especial concessão do governo, foi instalado na mesma casa em que durante o dia, funcionava a Escola Normal Oficial¹⁵⁵.

A associação havia não só se antecipado ao admitir mulheres nos cursos normais, como também, já admitia em seus estatutos mulheres em seu quadro de sócios. Formar mulheres para o ensino não parecia um absurdo diante de tantas aulas mistas sendo abertas na província.

A historiografia preocupada com as relações de gênero e até mesmo a feminista procuraram dar vozes às mulheres ao longo de sua trajetória histórica, considerando-as como excluídas do processo historiográfico antes instituído. Um dos expoentes desse estudo é Perrot¹⁵⁶, autora responsável não apenas por falar dos operários na história francesa, mas, também, em relatar trajetórias de mulheres.

A questão é colocar em evidência o fato de muitos trabalhos focados na historiografia brasileira também demonstraram uma desconstrução da antiga concepção de natureza feminina no qual as mulheres seriam submissas aos homens, os dominadores. Para Costa¹⁵⁷ as mulheres da classe média e alta brasileiras tinham a oportunidade de compartilhar os símbolos e modelos de comportamento das mulheres de países europeus e mais desenvolvidos, porém, restava às mulheres pobres a inserção no mundo do trabalho, fossem casadas ou solteiras. Tais mulheres inseridas no mundo do trabalho tinham ampla importância na participação no sustento das famílias e na subsistência econômica, como demonstra Dias¹⁵⁸ para as experiências das mulheres no cotidiano do trabalho paulistano nos XIX. Não apenas trabalhavam como vendeiras, cozinheiras, quitandeiras, como também brigavam com os poderes públicos em prol de melhores condições de trabalho e por pejejas pessoais.

¹⁵⁵ BELLO, Ruy. *Subsídios para a História da Educação em Pernambuco*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. P. 125-126.

¹⁵⁶ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

¹⁵⁷ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8. Ed. rev. E ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

¹⁵⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder: em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

No caso recifense, Silva¹⁵⁹ colocou as vozes das vendeiras nas ruas, essas vendeiras de fatos e quitutes dividiam espaço com lavadeiras e cozinheiras trabalhadoras de portas adentro e de portas a fora. Os anúncios no Diário de Pernambuco demonstravam essa realidade, eram mulheres honradas apesar da necessidade de entrarem no mercado de trabalho, a necessidade movia o intento.

Essas experiências não devem e não podem ser entendidas como uma permissividade do gênero masculino às mulheres, elas foram criadas por constante perseverança do gênero feminino, da necessidade de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, na vontade delas de serem inseridas e participarem economicamente, garantindo para si condições de sobrevivência além da dependência ao gênero masculino.

No âmbito da educação para as mulheres, os saberes escolares eram diferentes dos meninos/homens, as escolas normalmente eram divididas por sexo e o aparecimento das escolas mistas deu-se em fins do século XIX e início dos XX. Dentre as três perspectivas de educação feminina vigentes no período imperial brasileiro as duas primeiras preocupam-se em educar as mulheres para os afazeres domésticos, uma com base no pensamento cristão-jesuítico e o outro com base no cientificismo e positivismo do século XIX. Já a terceira perspectiva era a igualdade entre os sexos, inclusive reivindicando para as mulheres a participação em cursos superiores e em profissões como o magistério, a medicina, a advocacia e a engenharia. Àquelas destinadas ao magistério a maioria dessas mulheres *se fizeram* professoras, pois, ao longo do seu ensino primário e secundário exerciam a condição de monitoras, auxiliares e professoras adjuntas¹⁶⁰.

De acordo com Gondra e Schueler as discussões sobre a educação para as mulheres deveu-se também pelas representações das mulheres como responsáveis pela formação dos homens, primeiramente na qualidade de mães e educadoras ó Costa¹⁶¹ destaca o uso desse discurso por associações de mulheres no século XIX e tais debates levaram à coeducação dos sexos e implementação das escolas mistas.

A Reforma Leôncio de Carvalho como é conhecido o decreto de 19 de abril de 1879, foi inovadora e coerente com os ideais de civilização e progresso vigentes. A

¹⁵⁹ SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, co-edição, Salvador: EDUFBA, 2011.

¹⁶⁰ GONDRA, José Gonçalves & SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

¹⁶¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8. Ed. rev. E ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

coeducação apresentava benefícios, pois, as escolas mistas foram introduzidas para meninos e meninas de até 10 anos. De acordo com relatos de algumas professoras, a coeducação era profícua e possibilitava o fato de irmãos frequentarem a escola juntos e aumentava a frequência em sala de aula. A preservação do pudor era, no entanto, uma discussão relevante para o período, pois, a presença masculina representava um õperigoõ para as meninas, principalmente o fato das aulas serem ministradas por professores.

A discussão em torno da implantação de Escolas Normais para mulheres participa desse processo, apesar de algumas ações terem ocorrido cerca de 30 anos da Reforma Leõncio de Carvalho. A chamada õfeminização do magistérioõ ocorreu, mas, com tensões e retrocessos. O aumento da atuação das mulheres no magistério foi um fato, e foi registrado por diversos estudos.

A Sociedade Propagadora da Instrução Pùblica parecia coadunar com as ideias vigentes no período. A escola normal para mulheres funcionou durante os 68 anos de atividade da SPIP¹⁶² apesar de sofrer diversas intempéries ao longo do tempo ó tais intempéries serõ contadas mais adiante. Aqui ficaremos nos discursos proferidos pela associação acerca das suas ações voltadas para o gênero feminino.

Mais de 200 alunas passaram pela escola normal para senhoras inaugurada ainda em 1872 pela SPIP. Outras tantas professoras pùblicas tornaram-se conselheiras da sociedade ou ocupavam cargos nos conselhos paroquiais ó como destacado em item anterior. Porém, sobre as ações dessa associação voltadas para as mulheres muito foi falado no seu memorial da associação, e um resgate torna-se vólido. Remetamo-nos à fonte:

O espírito social, desenvolvido como se nota entre nós, tocou de perto os instituidores da sociedade Propagadora, e pela primeira vez teve a Província de Pernambuco de convidar os seus mais caros penhores ó as senhoras ó a tomar parte na reconstrução social.

A brasileira não é exceção da regra aplicada a seu sexo; se a coragem é partilha especial do homem, a beneficência é muito mais ativa nas mulheres ó É uma consequência da maior atividade psicológica do seu eu. [...]

¹⁶² MEMORIAL da Sociedade Propagadora da Instrução Pùblica. Recife: Petição, 1940.

A mulher não deve concentrar somente no lar a sua ação benéfica; além do indivíduo está a família; além da família a pátria; além da pátria a humanidade¹⁶³.

Nesse discurso fica claro a SPIP estar inserida em seu tempo. A inclusão da mulher em espaços antes relegados ao gênero masculino ainda não está envolta de aura ôfeministaô vista no século posterior. A comparação entre os gêneros se mostra evidente quando ao homem cabe a coragem e à mulher a beneficência. O espírito maternal feminino é aproveitado e expandido à pátria e à humanidade.

Gati, em um dos únicos trabalhos relatando as atividades da SPIP voltada para as mulheres acaba relatando a visão dessa associação acerca dessa empreitada. Para a autora, as mulheres pernambucanas já se mostravam bastante efetivas no seio da sociedade e tal ôreconstrução socialô já estaria em ocorrência, pelo fato de terem jornalista editorando periódicos como o ôEspelho das Brasileirasô, ôMyosotisô, ôA Mulherô, ôA Rosaô, ôO Bouquetô. A ação da SPIP cabia muito mais em inserir uma quantidade maior de mulheres nas atividades do magistério. O texto de Gati caminha sempre em aproveitar o desenlace da balança de gênero, pois, sempre destaca a necessidade de um ôcrivoô masculino para ser permitida qualquer ação voltada para as mulheres, portanto, no decorrer dos ôcrivosô uma ôação civilizadoraô era dada às mulheres pernambucanas¹⁶⁴.

Mais uma vez nos faltam fontes para determinar as discussões nas assembleias dos conselhos paroquiais e os do conselho superior. Recuperar tais discussões, talvez, nos legasse as falas de algumas mulheres sócias da Propagadora a ponto de discernimos suas intenções, seus objetivos, reivindicações e propostas. Porém, destacamos em item anterior o fato de muitas mulheres serem atuantes nos conselhos da SPIP e mais adiante falaremos delas enquanto alunas da escola normal.

Cabe aqui um breve parêntese. Em 1884 algumas moças já diplomadas pela Escola Normal para Mulheres a cargo da SPIP dão início às atividades do *Club Litterário Pinto Júnior* a sede dessa associação era no prédio da Escola Normal. Em 1886 seu conselho era formado pelas: D. Maria da C. Brandão Cavalcante (presidenta); D. Julia Maria E.

¹⁶³ MEMORIAL da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Recife: Typografia do Jornal do Recife, 1892. (APEJE: Série Folhetos Raros II). P. 14-15.

¹⁶⁴ GATI, Hajnalka Halász. *A educação da mulher no recife, no final do século XIX: a escola normal da sociedade propagadora*. In.: http://www.epepe.com.br/epepe2011/comunicacoes_orais/eixo_2/a_educacao_da_mulher.pdf (Acessado última vez em: 13/08/2013).

do Carmo (vice-presidenta); D. Odorica Argentina dos Santos (1ª secretária); D. Nympha M. Tavares (2ª secretária); D. Maria L. de Jesus (tesoureira); D. Maria das Mercês G. Chagas (oradora); D. Maria A. F. de Araújo (vice-oradora) ¹⁶⁵. A sociedade tinha por fim a discussão das teses das matérias ensinadas na Escola Normal da SPIP, e compor biografias de ilustres prestadores de serviços às artes e literatura pernambucana, bem como manter uma biblioteca assim que possível, funcionava na Rua Leão Coroado, 16.

Por motivo do aniversário de 20 anos de existência da SPIP, o *Club Litterário Pinto Júnior* escreve um breve discurso, no qual destacam

Esse *desideratum*, esse resultado lisonjeiro devemos em parte a nossos pais que se esforçam pela nossa educação; nos nossos mestres, que, no desempenho de suas árduas funções, inoculam no nosso espírito a instrução; a nós mesmas que devemos cumprir os nossos deveres e conquistar a estima de nossos pais, preceptores e do público em geral; mas o que não resta dúvida é que devemos ainda mais a Benemérita Sociedade Propagadora da Instrução Pública, e a seu principal fundador, Conselheiro Dr. João José Pinto Júnior; a 1ª por nos ter proporcionado boas escolas e bibliotecas, e ao 2º por ter promovido a criação da mesma sociedade, continuar a manter os seus estabelecimentos e concorrer para a escolha dos seus bons professores¹⁶⁶.

Muito se expressa aqui. Primeiro o fato dessas ex-alunas elevarem os feitos da SPIP. A inexistência anteriormente de uma escola normal para senhoras é vista como um período no qual as mulheres não recebiam valorização, em detrimento dos feitos da SPIP, responsável por inserir as mulheres num espaço anteriormente negado a elas. De tal modo a se perceber os agradecimentos voltados para a família, responsável pelo esforço em educar as mulheres, também aos mestres e preceptores aqueles merecedores de honrarias e conquista de estima por parte dessas ex-alunas.

Nomear a associação de õPinto Júniorõ não seria por menos. Mais adiante a própria escola normal para senhoras seria chamada de Escola Normal Pinto Júnior em homenagem ao benfeitor pernambucano. Aqui, o discurso das ex-alunas da escola

¹⁶⁵ Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola de Pernambuco. Recife: Typographia Mercantil, 1886. P. 126

¹⁶⁶ MEMORIAL da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Recife: Typografia do Jornal do Recife, 1892. (APEJE: Série Folhetos Raros II). P. 57.

normal parece coadunar com as interpretações acerca da inserção dessas mulheres na SPIP e as ações voltadas a elas. Porém, temos pouco espaço para costurar melhor esse retalho, por enquanto ficamos com as suposições.

Se a perspectiva da SPIP pode ser incorporada à terceira perspectiva quanto à educação feminina, a preocupada na formação do fazer-se professora, não sabemos ainda. A escassez de fontes nos impede de afirmar se eles se preocupavam na igualdade de sexos e, se essas alunas da Escola Normal para senhoras passaram pelo processo de *fazerem-se* professoras.

Falando sobre a inserção das mulheres na escola normal oficial de Pernambuco, Peixoto (2006) chega a destacar o fato da primeira a receber mulheres ser a escola normal aberta pela SPIP, mas, não adentra no caso. A opinião pública acerca dessa inserção feminina enquanto normalistas, tinha seu traço conservador. Para a autora o imaginário composto sobre a mulher enquanto mãe, e o magistério enquanto extensão dessa maternidade foi catalizador dessas medidas. Como falamos anteriormente no âmbito da educação para as mulheres, os saberes escolares eram diferentes dos meninos/homens, as escolas normalmente eram divididas por sexo e o aparecimento das escolas mistas deu-se em finais do século XIX e início dos XX¹⁶⁷. A autora costura sua argumentação através de alguns relatos de intelectuais, publicada muitas vezes nos jornais¹⁶⁸.

Sobre a reforma de ensino em 1880, fala Uchôa Cavalcanti:

Pois a lei nº 1495 de 10 de julho de 1880 encarregou-se disso e veio a dispensar do concurso os titulados pela escola normal. E logo na primeira execução dessa lei principiou o abuso: fez-se um grande número de nomeações (quase uma centena) compreendendo-se nelas a dos normalistas que em anteriores concursos haviam dado as mais cabais provas de inabilitação; nomearam-se nessa ocasião até os reprovados e os receosos do insucesso tinham-se retirado antes de findas as provas do concurso [...] Suprimindo o concurso, em favor dos titulados pela escola normal oficial, era natural que da mesma imunidade quisesse gozar a escola normal do sexo feminino mantida pela Sociedade Propagadora da Instrução Pública. A lei n.

¹⁶⁷ GONDRA, José Gonçalves & SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

¹⁶⁸ PEIXOTO, Flávia Maria. *A escola normal oficial de Pernambuco: a inserção das mulheres*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006. (Mestrado em Educação)

1636 de 25 de maio de 1882 fez-lhe esta concessão, já depois de se haver chegado ao ponto de por autorização legislativa, permitir a nomeação, sem concurso nem prova alguma de capacidade, a uma porção de pretendentes (do que são exemplo, entre outras, as leis número 1579 e 1592 de 1881), mandando-se prover em cadeiras de ensino público (contra informação minha) até a quem não poderá concluir o curso da escola normal oficial em consequência de repetidas reprovações¹⁶⁹.

A concessão permitida nos ditames da lei de 1882 foi fruto de outras tantas disputas frente aos poderes públicos a fim de equiparar o ensino normal para senhoras da SPIP como um ensino normal oficial. Em fala à Assembleia Legislativa de Pernambuco¹⁷⁰, Maximiano Duarte destaca uma dívida em que a província tem com a SPIP, em favor à Escola Normal para senhoras (noturna) por meio da Lei 1,143 de 8 de junho de 1874. Em seu artigo 536, determina que o diploma conferido pela escola isentava de exame de habilitação essas senhoras para exercer o magistério, portanto, equiparando-se à escola normal oficial. Na lei, na parte competente ao concurso público para o provimento de cadeiras, seriam admitidos aqueles com diploma de capacidade profissional conferidos pela escola normal ou,

- 1º. Os titulados com grau científico, conferido pelas faculdades do império;
- 2º. Os que exibirem diploma de capacidade conferidos pelo ginásio provincial;
- 3º. Os clérigos das ordens sacras;
- 4º. Os bacharéis em belas artes, titulados pelo imperial Colégio Pedro II;
- 5º. Os que exibirem diploma de capacidade profissional conferidos pelas escolas normais do império;
- 6º. As senhoras que exibirem título de capacidade profissional, conferidos pela escola normal da Sociedade Propagadora da Instrução nesta província, vigorando esta disposição só enquanto não for criada a escola normal de professoras, de que trata o art. 35.¹⁷¹

¹⁶⁹ RELATÓRIO da Instrução Pública apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel de Figueroa Faria & Filhos, 1885. p. 5.

¹⁷⁰ ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco. Anno de 1881. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueirôa de Faria e Filhos, 1881. p. 230-231.

¹⁷¹ PERNAMBUCO. Legislação Provincial de. Estante 29. Prateleira 02. Número 29. Ano (1865-1877). Ano de 1874. Pp. 60-61.

É evidente a esperança do poder público em criar uma escola normal para senhoras e dessa maneira dispensar os serviços da escola normal da SPIP, pois, no citado artigo 35¹⁷², consta que era apenas uma questão de orçamento provincial para implementarem tal escola. A escola normal para senhoras da SPIP permaneceu com suas atividades mesmo com a abertura da escola normal oficial da província de Pernambuco.

Porém, na Lei 1,496 de 1880¹⁷³ as alunas da Escola Normal Oficial tiveram a vantagem da isenção de concurso para exercer o magistério. E o Sr. Maximiano em sua fala advogava que as alunas da Escola Normal da SPIP também tivessem tal isenção. Ainda pra o Sr. Maximiano a Escola Normal Oficial não perderia com os favores à Escola Normal da SPIP, pois, esta merecia pelos feitos à província, destacando o fato da escola normal da SPIP não ser um curso preparatório, mas um curso até mais completo que o da Escola Normal Oficial.

A tentativa do Sr. Maximiano logrou sucesso. Em 1882, a lei 1636 conferia à Escola Normal da SPIP plena autonomia quanto à aprovação da capacidade de suas alunas e em detrimento disso o *status* do seu curso frente à sociedade pernambucana, pois, de acordo com os ditames da lei,

Art. 1. As senhoras que exibirem título de capacidade profissional, conferido pela Escola Normal da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, antes de haver titulados pela Escola Normal oficial, assim como as que provarem haver sido aprovadas em exame de habilitação no regime da lei n. 369 de 14 de maio de 1855, considerem-se habilitadas para ser nomeadas pelo presidente da província para a regência efetiva de quaisquer cadeiras de 1ª entrância, gozando das vantagens que a lei conceder aos demais professores da mesma entrância.

Art. 2. Do mesmo modo que se consideram habilitadas para ser igualmente nomeadas, as alunas que obtiverem diploma de habilitação, conferidos pelo curso normal da atual Sociedade Propagadora da Instrução Pública, uma vez que no mesmo curso se observe o seguinte:

¹⁷² Art. 35. Logo que permitam as circunstancias financeiras da província, e para isso se vote verba na lei do orçamento provincial, será criada uma escola normal para o sexo feminino, podendo ser aproveitados os atuais professores da escola normal, mediante uma gratificação anual que não exceda 1:000\$000. Cf.: PERNAMBUCO. Legislação Provincial de. Estante 29. Prateleira 02. Número 29. Ano (1865-1877). Ano de 1874. P. 65.

¹⁷³ Como afirma o Art. 1. Os alunos da Escola Normal, quer de um, quer de outro sexo que obtiverem título passado por dita escola, serão (p.14) considerados alunos mestres e, como tais, habilitados para serem nomeados e exercerem qualquer cadeira do ensino primário de primeira entrância, independente de concurso, que só será necessário quando mais de um candidato requerer a mesma cadeira; ou quando quiserem ser providos em cadeiras de segunda ou terceira entrância. Cf.: PERNAMBUCO. Legislação Provincial de. Estante 29. Prateleira 02. Número 41. Ano (1880-1883). Ano de 1880. Pp. 13-14.

§ 1. As aulas funcionarão à noite e o ensino compreenderá todas as matérias do curso oficial;

§ 2. Os exames serão prestados perante comissões compostas dos lentes do referido curso noturno e dos dois comissários nomeados, um pelo presidente da província e outro pelo inspetor geral da instrução pública, sendo preferidos para essas nomeações os professores do curso comercial.

Art. 3. É permitido a qualquer senhora que não tenha frequentado o curso, prestar exame das matérias que nele se ensinarem perante a mesma comissão, de que trata o § 2º do artigo antecedente.

Art. 4. Ficam revogadas as disposições em contrário.

A Escola Normal da SPIP estava apta a conferir um diploma de habilitação para as suas alunas concluintes do curso, assim como, tal diploma teria validade para garantir a qualquer aluna egressa desta instituição nomeação enquanto professoras. Vários requerimentos, depois de sancionada a lei, são enviados aos poderes públicos exigindo a nomeação de um comissário para avaliar os exames da escola normal¹⁷⁴.

No regulamento da Escola Normal para Senhoras de 1895 podemos ter acesso ao objetivo da escola de difundir conhecimentos, quer indispensáveis, quer simplesmente úteis às senhoras, em geral, e, em particular, a aquelas que pretendem dedicar-se ao magistério primário¹⁷⁵. A escola possuía um curso preparatório e dois superiores, um geral e outro normal. O curso preparatório era o mesmo para as alunas pretendentes a ingressar no curso Geral ou no Normal, ele contava com as seguintes matérias:

- a) Língua Portuguesa: noções elementares da gramática, análise lexicológica, exercícios de ortografia, desenvolvimento descritivo de paisagens e narrativo de assunto fornecido sucintamente pelo Professor, leitura expressiva e interpretativa de prosadores modernos, significação das palavras, sinonímia, homonímia;
- b) Aritmética: prática das operações fundamentais e suas aplicações mais simples, problemas, sistema métrico decimal, conhecimento prático e intuitivo dos

¹⁷⁴ A parte física da escola teve um itinerário extenso. Funcionou inicialmente no palacete da Rua da Praia, depois no Pátio de Santa Cruz 118, na Rua do Leão Coroado 4, na Rua do Pires 18, na Rua do Hospício 10, na Rua da Aurora, na Praça Maciel Pinheiro e, apenas em 1913 conseguiu comprar, o casarão da Rua do Riachuelo, 464 onde funciona até os dias atuais.

¹⁷⁵ REGULAMENTO da Escola de Ensino Secundário para Senhoras, a cargo da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Recife: Papelaria Americana Hugo & C. 1895. P. 3

- pesos e medidas decimais, estudo pratico da relação entre o sistema antigo e moderno;
- c) Desenho e Caligrafia: 1º conhecimento das principais formas geométricas, análise dos seus elementos constitutivos, estudo prático dos sólidos regulares, traçado de figuras por construção, noções de cartografia: projeção e perspectiva. 2º Noções de Caligrafia teórica, exercícios caligráficos;
 - d) Noções de Música;
 - e) Plantas e animais (estudo concreto).¹⁷⁶

As matérias do curso preparatório foram pensadas de maneira articulada com as dos cursos superiores. As do curso preparatório eram bastante introdutórias e de conhecimento básico geral para as alunas, algo gradativamente aprofundado nos outros programas, como veremos adiante:

O curso Geral era distribuído em cinco séries subsequentes, e as matérias eram assim divididas:

- a) Língua portuguesa: 1ª série ó análise lexicológica e etimológica, redação original fornecido o tema pelo professor; 2ª série ó revisão da matéria estudada na série anterior, noções gerais de sintaxe fornecidos praticamente para elaboração de redações originais, correspondência particular, comercial e oficial; 3ª série ó estudo da sintaxe, noções de filologia comparada, belezas da língua, análise sintática em todo o seu desenvolvimento, análise literária, literatura nacional e sua história;
- b) Língua Francesa: 1ª série ó ensino prático de leitura e princípios de conversação; 2ª série ó gramática, composição, redação, análise, tradução e conversação;
- c) Aritmética: 1ª série ó revisão teórica da matéria estudada no Curso Preparatório, estudo complementar, Metrologia; 2ª série ó aritmética comercial, calculo de juros, descontos, cambio, anuidades, partidas simples e dobradas, estudo meramente prático;
- d) Cosmografia: estudo de astros em geral e, em particular, do Sol e do sistema solar, posição da Terra no sistema, fenômenos cosmográficos mais notáveis, noções de cronologia;
- e) Música Prática.
- f) Geografia (a partir da 2ª série): divisão das terras e das aguas, estudos dos acidentes físicos do Globo, grandes divisões políticas, capitais e cidades mais importantes;

¹⁷⁶ Idem. P. 4

- g) Língua Italiana (a partir da 3ª série): gramática, tradução e composição;
- h) Álgebra (a partir da 3ª série): elementos de álgebra até equações de 2º grau;
- i) Noções de física e Química Geral (a partir da 3ª série): química descritiva dos elementos do ar e da água, noções de química orgânica;
- j) Língua Inglesa ou Alemã (a partir da 4ª série): gramática, tradução e composição;
- k) Psicologia, lógica e estética (a partir da 4ª série);
- l) Corografia do Brasil (a partir da 4ª série): estudo dos seus acidentes físicos, estudo elementar dos deveres morais, sociais e políticos do cidadão, formas de governo, organização política, administrativa e judiciária da República Brasileira, população, superfície e importância econômica e política do Brasil, cidades principais, Corografia de Pernambuco em seu mais amplo desenvolvimento;
- m) Higiene e economia doméstica (a partir da 4ª série): Noções sobre as principais artes e indústrias mecânicas, manufaturas e outras;
- n) Elementos de Ciências Naturais e, especialmente, de Zoologia, Anatomia e fisiologia (a partir da 5ª série);
- o) Geometria (a partir da 5ª série): elementos de geometria plana e no espaço;
- p) História Geral e do Brasil (a partir da 5ª série);
- q) História especial de Pernambuco.¹⁷⁷

Comparando as cadeiras, percebe-se que algumas são aprofundamentos daquilo estudado no Curso Preparatório ó provavelmente indicando a continuidade nos estudos ó, e outras cadeiras para complementar o ensino. Do mesmo modo ocorria com o curso Normal, este dividido em três anos, a saber:

- a) Língua Portuguesa: 1ª séries ó análise morfológica e sintática, estudo do vocábulo em seus elementos significativos e como órgão do discurso, leitura expressiva de poetas e prosadores, redação original, fornecido o tema pelo Professor; 2ª série ó análise lógica, correspondência particular e oficial, noções sucintas da literatura moderna da língua portuguesa;
- b) Língua Francesa: leitura e tradução de trechos escolhidos em prosadores e poetas modernos, gramática, breves narrativas em francês;
- c) Aritmética: revisão teórica estudada no curso Preparatório e estudo complementar, Álgebra.

¹⁷⁷ Idem. P. 4-6.

- d) Geografia: do município, do Estado e da República, traçado de memória, da carta do Estado, localização dos acidentes físicos e das vilas e cidades;
- e) Música: solfejos, choros, hinos nacionais, patrióticos e escolares;
- f) Geografia geral a partir do continente Americano (a partir da 2ª série);
- g) Geometria e noções de Trigonometria retilínea e esférica (a partir da 2ª série);
- h) História Geral até 1789 (a partir da 2ª série);
- i) Noções de Física e Química; Pedagogia e sua História (a partir da 3ª série);
- j) Instituições das principais teorias de Física Química mineral e orgânica, Análise qualitativa e quantitativa (a partir da 3ª série);
- k) História estudo complementar ó História do Brasil e mais particularmente de Pernambuco (a partir da 3ª série);
- l) Instituição da Biologia ó revisão da Anatomia vegetal e animal, noções de higiene, Minerologia e Geologia (a partir da 3ª série);
- m) Mecânica geral, astronomia, geometria celeste e noções de mecânica celeste (a partir da 3ª série).¹⁷⁸

As matérias do curso Normal parecem bastante ligadas, em continuidade, às do curso Geral. Talvez para graduarem-se enquanto normalistas as alunas devessem passar pelo curso Preparatório de duração de um ano. O curso Geral de duração de cinco anos e finalmente pelo curso Normal de duração de três anos, ao todo somaria uma formação de nove anos. Quanto às professoras do curso normal lhes era depositada a responsabilidade para com o aprendizado efetivo das alunas, procurando evitar o estudo puramente mnemônico da matéria através de um acompanhamento rigoroso do conteúdo em sala de aula.

O diretor da Escola Normal para senhoras seria o mesmo diretor do Conselho Paroquial da Boa Vista da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, tal acumulação de cargos provavelmente dotava o ilustre de um *status* ampliado, o que não era conquistado sem esforço futuro. Ao diretor cabia a responsabilidade de dirigir e administrar a escola; nomear e licenciar os Professores bem como nomear, demitir, suspender e licenciar os empregados auxiliares e justificar lhes as faltas.

A exigência ao professor era incontestável, e apesar de não possuirmos acesso, era obrigatório ao professor fazer anotações em cadernetas a respeito da assiduidade e do

¹⁷⁸ Idem. P. 6-8.

merecimento das alunas com relação a suas lições. No caso de terem o merecimento por bons serviços os professores ganhavam menção honrosa, do mesmo modo era o Regulamento da Escola Normal Oficial o responsável por reger a perda de cadeiras dos professores da escola normal.

As notas dos exames prestados pelas alunas variam de 0 a 5, indo de Má, Pouco Sofrível, Sofrível, Bem Sofrível, Boa, Ótima. A aprovação da aluna por Distinção só ocorreria se ela conseguisse manter todas as notas da prova escrita e oral com o conceito ótimo e a conta do ano tiver sido ótima ou boa. Para ser aprovada plenamente era necessário possuir média superior a nove pontos; e aprovada simplesmente se a soma anual for igual a 5 pontos e nenhuma média má em nenhuma das notas. As alunas só seriam reprovadas se tivesse média má em alguma das notas.

Conseguimos na pesquisa encontrar um mapa com as notas e a classificação de algumas alunas no ano de 1896 e o reproduzimos de acordo com a fonte, a seguir:

Mapa I: dos nomes das alunas mestras que concluíram seus _ no ano de 1896, com o grau de aprovação que obtiveram nas diversas cadeiras que frequentaram*						
Nome	Grau de Aprovação	Curso Preparatório	Curso Normal			Notas da professora da aula Prática sobre cada aluna
			1ª Série	2ª Série	3ª Série	
Adelaide D'Algenas Cabral, matriculada em 28/01/1892, e titulada em _ 1896	Distinção	4ª cadeira	3ª cadeira	2ª, 4ª cadeira	1ª, 4ª, 5ª cadeira	Declara que tem devida aptidão para o ensino, deve 3 faltas durante o ano letivo.
	Plenamente	2ª, 3ª, 5ª cadeira	1ª, 2ª, 5ª cadeira	1ª, 3ª, 5ª cadeira	2ª, 3ª cadeira	
	Simplesmente	1ª cadeira	4ª cadeira	-	-	
Albertina Maria da Motta Ribeiro, matriculada em 26/01/1893	Plenamente	2ª, 3ª, 4ª cadeira	2ª, 3ª, 4ª, 5ª cadeira	1ª, 3ª, 4ª, 5ª cadeira	5ª cadeira	Zelosa e aplicada, deve 1 falta.
	Simplesmente	1ª, 5ª cadeira	1ª cadeira	2ª cadeira	1ª, 2ª, 3ª, 4ª cadeira	
Alice Julieta Gomes Pessôa, matriculada em _/01/1891	Distinção	-	-	-	5ª cadeira	Declara que tem devida aptidão
	Plenamente	2ª, 3ª, 5ª cadeira	5ª cadeira	2ª, 3ª, 4ª, 5ª	1ª, 3ª, 4ª	

e titulada em _/_/1896				cadeira	cadeira	para o ensino e igual aptidão. Deve 9 faltas.
	Simplesmente	1ª, 4ª cadeira	1ª, 2ª, 3ª, 4ª cadeira	1ª cadeira	2ª cadeira	
Amélia Clementina Perrira de Car_, matriculada em 30/01/1893.	Distinção	Todas as cadeiras	1ª, 3ª cadeiras	1ª, 4ª, 5ª cadeira	3ª, 5ª cadeira	Pronunciada vocação e aptidão. Deu 4 faltas.
	Plenamente	-	2ª, 4ª, 5ª cadeiras	2ª, 3ª cadeira	1ª, 2ª, 4ª cadeira	
Angelina Alessandrina Maria Reis, matriculada em 30/01/1892	Distinção	-	-	-	5ª cadeira	Declara que tem a devida vocação para o ensino. Deu 5 faltas.
	Plenamente	2ª, 3ª, 4ª, 5ª cadeira	Todas as cadeiras	Todas as cadeiras	1ª e 4ª cadeira	
	Simplesmente	1ª cadeira	-	-	2ª e 3ª cadeira	
Ama Margarida da Souza Costa, matriculada em 14/01/1893	Distinção	Todas as cadeiras	1ª, 3ª, 4ª cadeira	1ª, 2ª, 4ª, 5ª cadeira	2ª, 5ª cadeira	Pronuncia vocação e aptidão. Deu 5 faltas.
	Plenamente	-	2ª, 5ª cadeira	3ª cadeira	1ª, 3ª, 4ª cadeira	
Antonia Honoria Cavalcante de Albuquerque, matriculada em 09/02/1892	Distinção	-	-	5ª cadeira	4ª, 5ª cadeira	Declara que tem aptidão para o ensino. Deu 5 faltas
	Plenamente	2ª, 3ª, 4ª cadeira	2ª, 3ª, 4ª, 5ª cadeira	1ª, 2ª, 3ª, 4ª cadeira	1ª, 2ª, 3ª cadeira	
	Simplesmente	1ª, 5ª cadeira	1ª cadeira	-	-	
Argemina Clementina do Carmo Soares, matriculada 1893	Distinção	2ª, 3ª, 4ª, 5ª cadeira	1ª, 3ª, 4ª, 5ª cadeira	1ª, 4ª, 5ª cadeira	2ª, 5ª cadeira	Muita aptidão e regular vocação. Deu 7 faltas
	Plenamente	1ª cadeira	2ª cadeira	2ª, 3ª cadeira	1ª, 3ª, 4ª cadeira	
Hercilia Antonina de Souza, matriculada em 10/01/1893	Distinção	2ª, 5ª cadeira	-	-	-	Pouca vocação, regular aptidão. Deu 4 faltas
	Plenamente	3ª cadeira	5ª cadeira	-	5ª cadeira	
	Simplesmente	1ª, 4ª cadeira	1ª, 2ª, 3ª, 4ª cadeira	Todas as cadeiras	1ª, 2ª, 3ª, 4ª cadeira	
Josephina	Distinção	-	2ª cadeira	-	4ª, 5ª	Declara

Maria Monteiro, matriculada em 22/01/1893					cadeira	que tem a devida aptidão para o ensino. Nunca teve faltas
	Plenamente	3 ^a , 4 ^a cadeira	1 ^a , 3 ^a , 4 ^a , 5 ^a cadeira	2 ^a , 3 ^a , 4 ^a , 5 ^a cadeira	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a cadeira	
	Simplesment e	1 ^a , 2 ^a , 5 ^a cadeira	-	1 ^a cadeira	-	
Lydia Marques, matriculada em 30/01/1892	Distinção	-	-	2 ^a cadeira	-	Pronuncia vocação e aptidão. Deu 4 faltas.
	Plenamente	2 ^a , 3 ^a , 4 ^a , 5 ^a cadeira	1 ^a , 2 ^a , 4 ^a , 5 ^a cadeira	3 ^a , 4 ^a , 5 ^a cadeira	Todas as cadeira s	
	Simplesment e	1 ^a cadeira	3 ^a cadeira	1 ^a cadeira	-	
Lidia Motta Silveira Ramos, matriculada 15/01/1893	Distinção	2 ^a , 3 ^a , 4 ^a , 5 ^a cadeira	5 ^a cadeira	4 ^a cadeira	-	Vocação e aptidão para o Magistério. Deu 4 faltas
	Plenamente	-	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a , 4 ^a cadeira	1 ^a , 5 ^a cadeira	3 ^a , 5 ^a cadeira	
	Simplesment e	1 ^a cadeira	-	2 ^a , 3 ^a cadeira	1 ^a , 2 ^a , 4 ^a cadeira	
Maria Candida de Oliveira Fonseca, matriculada em 14/01/1892	Distinção	4 ^a cadeira	2 ^a cadeira	2 ^a , 4 ^a cadeira	1 ^a , 3 ^a , 4 ^a , 5 ^a cadeira	Declaro que tem devida aptidão para o ensino. Deu 9 faltas.
	Plenamente	2 ^a , 3 ^a , 5 ^a cadeira	1 ^a , 3 ^a , 4 ^a , 5 ^a cadeira	3 ^a , 5 ^a cadeira	2 ^a cadeira	
	Simplesment e	1 ^a cadeira	-	1 ^a cadeira	-	
Maria Olindina Pires Ferreira, matriculada em 15/01/1886	Distinção	4 ^a cadeira	3 ^a , 4 ^a cadeira	1 ^a , 4 ^a , 5 ^a cadeira	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a , 5 ^a cadeira	Pronuncia vocação e aptidão. Deu 2 faltas.
	Plenamente	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a , 5 ^a cadeira	1 ^a , 2 ^a , 5 ^a cadeira	2 ^a , 3 ^a cadeira	4 ^a cadeira	
Zulmira Gomes da Fonseca, matriculada em 14/01/1896	Distinção	Todas as cadeiras	-	-	-	Vocação e aptidão para o Magistério. Deu 1 falta.
	Plenamente	-	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a cadeira	Todas as cadeiras	Todas as cadeira s	
	Simplesment e	-	4 ^a , 5 ^a cadeira	-	-	

*O título desse Mapa foi copiado igualmente há na fonte:

Secretaria da Escola Normal a cargo da Sociedade Propagadora da Instrução Pública da Paróquia da Boa Vista do Recife, em 10 de Dezembro de 1896. O Secretário João Fonseca de Medeiros. [Fonte: **Código Diversos II, Volume 52, página 122. Sub a guarda do APEJE**]

Pela leitura do mapa percebemos o zelo com o qual a formação dessas alunas era examinada. Principalmente as notas da professora da aula Prática sobre cada aluna, no qual é deveras subjetivo o modo como a professora avaliava. De certo, tais alunas conseguiam ingressar no magistério público recifense, pois, no ano de 1904 num relatório sobre a instrução pública do Estado de Pernambuco, há uma tabela informando a quantidade de professores municipais que haviam se formado pela escola normal oficial e pela escola normal Pinto Júnior¹⁷⁹.

A escola normal Pinto Júnior foi uma ação da SPIP bastante importante para a sociedade Recifense, não só por instituir uma instrução normal voltada para o público feminino, mas, por articular-se com a política local em prol do ensino da província/estado, conseguindo equiparar-se em direitos à Escola Normal Oficial e formar alunas para o magistério e, conseqüentemente, emprega-las enquanto professoras do Recife.

Das ações da SPIP, a Escola Normal Pinto Júnior é a merecedora de maior destaque, principalmente por ser a mais falada em documentos oficiais e em publicações do Diário de Pernambuco. Acreditamos no fato dessa instituição ser a responsável por disseminar as concepções de instrução da própria SPIP, renovando o quadro de professoras na província e articulando ainda mais a intrincada rede de sociabilidade da própria empreitada associativista. Além, é claro, de dialogar enquanto mantenedora de um *status* para a propagadora ou por conta de seus feitos e benefícios sociais.

4.2 Outras ações da SPIP voltadas para a qualificação profissional

Ao iniciar suas atividades a Sociedade Propagadora da Instrução Pública preocupou-se logo em abrir um curso Normal em prol do ensino feminino e com isso alimentar o ensino primário recifense. Nesta seção falaremos da escola agrícola mantida pela SPIP, a qual iniciou suas atividades em 1878 e da escola de farmácia, cuja atividade iniciou-se em 1903. No entanto, antes de direcionarmos nossa atenção para essa escola, faremos

¹⁷⁹ Eram 65 professores no total. Cf.: RELATÓRIO da Instrução Pública apresentado ao Exm^o Sr. Comendador Prefeito do Município do Recife Eduardo Martins de Barros em 11 de Março de 1905 pelo Inspetor Geral Sebastião Vasconcellos Galvão. Recife: Typographia do Diário de Pernambuco, 1904. P. 82-83.

uma breve análise dos trabalhos que se direcionaram ao ensino agrícola e ao de farmácia na Província de Pernambuco.

Em 1871, um ano antes de õilustres pernambucanosõ associarem-se a fim de propagar a instrução pública recifense, foi promulgada a Lei do Ventre Livre. De certo, uma libertação de crianças õem grande quantidadeõ não passaria despercebida por uma elite preocupada com as atividades econômicas e com o õcontrole socialõ urbano. Diversas instituições foram criadas a fim de receber esses õingênuos libertosõ. Eram orfanatos e asilos responsáveis por õcivilizarõ através da instrução e preparar para o trabalho.

Para o universo recifense, podemos destacar o trabalho de Brandão¹⁸⁰, extrapolando o marco temporal e analisando os motivos que levaram à aprovação da lei e o modo pelo qual a lei foi executada. Já em 1869 o governo recifense preocupava-se com a liberdade do ventre e ainda, o partido conservador foi o responsável por colocar em prática tal proposta liberal. Manoel do Nascimento Machado Portela, por exemplo, manda uma carta em 14 de Junho de 1871, enquanto Presidente da Província de Pernambuco, ao Ministério do Império, demonstrando que o espírito público era favorável à realização de medida tão humanitária, como a lei por ele implementada em 1869, tendo apoio popular, apesar da dissidência dos agricultores ó aos quais ele compara com os produtores do Sul, temerosos por perder mão-de-obra. Ou seja, o Norte era a favor da lei, preocupado nas medidas após a lei, assim, as medidas regulamentadoras e disciplinadoras para os ex-escravos, gradativamente incorporados ao mercado de trabalho livre. Ao contrário do Sul contrário à lei, pela ameaça de se perder o capital empregado na compra dos escravos.

Foi Manoel do Nascimento Machado Portela e o Barão de Lucena, dois Presidentes da Província respectivos, responsáveis por não õdar a notíciaõ sobre a Lei de 1871 de modo que causasse dissidências e maiores preocupações para a autoridade. Com isso, tomaram a ajuda do Bispo de Pernambuco dirigindo a todos os vigários das paróquias pernambucanas a responsabilidade de mediar a modo pelo qual a lei estava sendo cumprida.

Uma das preocupações desse período era como instruir essas crianças recém-egressas do cativeiro a fim de formarem indivíduos aptos ao trabalho e, ao exemplo dos norte-

¹⁸⁰ BRANDÃO, Sylvana. *Ventre Livre, Mãe Escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco*. 3ª ed. rev. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

americanos e iniciativas europeias o aparecimento de creches, escolas maternas e jardins de infância. Tais iniciativas, no entanto, não escapam do privilégio da educação¹⁸¹.

Congressos Agrícolas foram organizados por empresários de grandes lavouras para se discutir o futuro agrícola do Império. O Congresso organizado pelo Rio de Janeiro contou apenas com os produtores sulistas. Dessa forma as províncias do Norte também trataram de organizar seu congresso realizado na cidade do Recife.

O Congresso Agrícola do Recife iniciou em 06 de outubro de 1878 sob a presidência do Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella, com a presença de representantes das províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Piauí. O Ceará não conseguiu enviar nenhum representante. Também participaram do Congresso muitas pessoas engajadas no movimento em defesa dos fazendeiros e também uma comissão da Associação Comercial Beneficente e da Associação Comercial Agrícola. O Congresso do Recife teve um total de 113 participantes¹⁸².

O mais importante foi a atenção dada a educação dos ingênuos durante as discussões do Congresso Agrícola. Defendia-se o ensino para as camadas mais pobres da população, e aproveitando o embalo da primeira idade das crianças já para proporcionar-lhes o ensino agrícola. O objetivo era essas crianças voltarem-se para o trabalho na agricultura.

[...] era não somente desejável, como necessidade urgente, visto estar próxima a hora em que deve principiar a entrega delles ao Estado; que este era o único meio de aproveitá-los a benefício da lavoura, pois os que ficassem nos engenhos até 21 annos os abandonariam logo que pudessem fazel-o¹⁸³.

¹⁸¹ GONDRA, José Gonçalves & SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).p. 270-289.

¹⁸² NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. & NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. Os congressos agrícolas do Rio de Janeiro e de Pernambuco e a educação (1878). *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n° 52, p. 54-74, set2013*. ISSN: 1676-2584. 2013.p. 65.

¹⁸³ CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, 1878, p.139. Apud. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. & NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. Os congressos agrícolas do Rio de Janeiro e de Pernambuco e a educação (1878). *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n° 52, p. 54-74, set2013*. ISSN: 1676-2584. 2013.p. 66

Percebe-se o interesse da manutenção dessa mão de obra na lavoura, através forçada tentativa de uma formação profissional voltada o trabalho. Para Nascimento & Nascimento, a tentativa era manter esses ingênuos como ãsemi-escravosã nas lavouras onde suas mães trabalhavam.

A aposta na instrução continha a expectativa de se superar as dificuldades presentes na agricultura de cana-de-açúcar e de algodão, ambas em declínio durante o ocaso do Império. Portanto, a criação de cursos profissionalizantes aparecia como uma alternativa para a escassez de mão de obra. Mais uma vez a elite recifense mostrava-se preocupada com a produção nas lavouras e conseqüentemente na manutenção de trabalhadores nessa atividade.

Em sua obra originaria de dissertação de mestrado, Maia¹⁸⁴ teve como objetivo apresentar ao leitor uma linha interpretativa que liga as intenções de modernização da lavoura de cana-de-açúcar às ações da elite provincial em oferecer uma oportunidade aos trabalhadores locais livres de se instruírem profissionalmente para atuarem na agricultura em desenvolvimento. Destaca-se no trabalho, o fato de no decorrer do século XIX em Pernambuco várias colônias agrícolas terem sido fundadas, porém, a durabilidade maior é a da Colônia Orfanológica Isabel, inaugurada em 1874 e atua até 1904. Assim, ãesta colônia é criada com o específico objetivo de formar um mercado de mão-de-obra qualificada, seja para o meio urbano que estava se desenvolvendo, seja para o trabalho na indústria açucareira que estava se modernizandoã¹⁸⁵,

A autora baseia-se especificamente no trabalho do historiador americano Peter Eisenberg ãModernização sem mudanças ó a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910ã, para relatar as modificações ocorridas na indústria açucareira em Pernambuco, principalmente a investida em ampliar o mercado já defasado do açúcar de cana frente ao açúcar de beterraba europeu. Tal modernização teve início em Pernambuco na década de 1870, porém, tais modernizações não trouxeram mudanças para a organização social na vida dos trabalhadores dos canaviais.

A exigência de profissionais formados para trabalhar nesses empreendimentos, seja formada na agricultura ou artífices, ferreiros, mecânicos, sapateiros etc. fazia com que fossem abertas aulas para formarem esses trabalhadores. Aqui no Norte do país, no qual

¹⁸⁴ MAIA, Nayala de Souza Ferreira. *Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco: 1874-1904*. 2ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

¹⁸⁵ Idem. p. 13.

os imigrantes europeus eram escassos, a alternativa foi formar o próprio braço nacional para tais ocupações. Portanto,

Nas terras da antiga colônia militar, surge a primeira escola agrícola e de qualificação de mão-de-obra da província, denominada Colônia Agrícola Industrial Orfanológica Isabel, em 1874, qualificação essa que não se refere apenas à necessidade dos engenhos modernizados e ao aprendizado de técnicas de plantio e cultivo, mas às profissões de sapateiro, alfaiate, marceneiro, serralheiro, pedreiro, carpinteiro, ferreiro, oleiros e até cozinheiros, devido às solicitações do desenvolvimento urbano, como também do próprio desenvolvimento da indústria açucareira¹⁸⁶.

A autora destaca o fato da colônia se voltar também para a infância desvalida, pois, o imigrante era escasso ao contrário desses desvalidos que tinham a possibilidade de se profissionalizarem. Pressupõe também a possibilidade dos libertos da lei do Ventre Livre de 1871 serem assistidos pela Colônia Isabel e trabalharem em prol da província. A necessidade de tão eminente não pareceu ter sido sanada apenas com a Colônia Orfanológica, pois,

em 1894, o governador interventor, Barbosa Lima, faz uma tentativa nesse sentido, criando a Escola Industrial Frei Caneca, no desejo de transformar a Colônia Isabel numa Escola de Agricultura, porém sem sucesso. Neste mesmo ano, o inspetor-geral da Instrução Pública, Sr. Felipe de Figueiroa Faria Sobrinho, recomenda ao governador que, devido à urgência da implantação na Província do ensino agrônômico, o mesmo deveria ser adotado com algumas disciplinas, na própria Escola Normal e aulas primárias e no ginásio pernambucano, enquanto não se criasse uma Escola de Agricultura¹⁸⁷.

A instrução profissional do aluno tinha por fim formar tanto para o setor urbano quanto para a indústria agrícola, desse modo alunos no interior seriam encaminhados para o ensino agrícola e os da capital para o ensino de ofícios.

¹⁸⁶ Idem. P. 24.

¹⁸⁷ MAIA, Nayala de Souza Ferreira. *Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco: 1874-1904*. 2ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009. P. 30.

Todo esse plano de transformação da Colônia numa efetiva Escola de Agricultura cai por terra. Em 1897, já sem contar com os professores estrangeiros, a Escola recebe aquela orientação, isto é, volta a ser uma simples escola prática de agricultura com o ensino restrito àquelas matérias já referidas. O ensino primário estava ligado ao ensino agrícola devido ao caráter inicial da colônia como uma simples escola prática de agricultura. Com a construção do engenho, a Província resolve não continuar com o caráter apenas complementar do ensino primário das disciplinas agrícolas, mas formar um curso propriamente agrícola¹⁸⁸.

A escola não passou de um curso primário e agrícola com o objetivo de instruir profissionalmente um segmento da sociedade pernambucana. Os futuros trabalhadores agrícolas e de ofício deveriam ser formados por essa empreitada pensada pela elite provincial.

A Colônia Orfanológica Isabel teve como intento o projeto de civilização do Império brasileiro leva a uma tentativa de educação de camadas populares se mantendo financeiramente através do trabalho dos próprios internos, pois, dispunha de olaria, serraria, padaria, fazendas, aumentando o caixa pela venda dos produtos produzidos¹⁸⁹.

Para Molina¹⁹⁰ as escolas de ensino agrícola participam de um projeto idealizado pela elite ruralista a fim do país competir com a agricultura em nível internacional. Porém, o autor cita inicialmente escolas como a Luiz de Queiroz em Piracicaba inaugurada em 1901 e o curso superior em engenharia agrícola da Escola Politécnica de São Paulo (1894), ambas com foco na formação da própria classe dominante. Porém, não deixa de destacar uma escola para aprendizados agrícolas, voltadas para a formação de mão de obra braçal em Iguape (Bernardino de Campos). O autor ainda apresenta algumas outras escolas na Bahia, em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Todas, no seu entender, fracassaram no seu projeto de ensino agrícola.

Para ele, no entanto, esse fracasso é fruto de reflexos dos aspectos materiais da época os quais determinaram a prática conservadora e tradicionalista da classe

¹⁸⁸ Idem. P. 66.

¹⁸⁹ ARANTES, Adlene Silva. O papel da colônia Orfanológica Isabel na educação e na definição dos destinos de meninos negros, brancos e índios na Província de Pernambuco (1874-1889). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005. (Mestrado).

¹⁹⁰ MOLINA, Rodrigo Sarruge. Primeiras escolas agrícolas no Brasil: limites e falências (1877-1936). *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n. 46, jun 2012. Pp. 309-324.

hegemonicamente dominante¹⁹¹, ou seja, todo o argumento do autor é baseado em estudos bibliográficos que destacam o fato do Brasil ter pouca área cultivada, atraso técnico, uma monocultura regional com pouco capital aplicado em mecanizações, períodos de secas recorrentes, uma produção voltada para a exportação, concepção pseudocientífica reverberando o trabalhador nacional òde corò como degenerado e improdutivo, com foco para a imigração apesar de desigual regionalmente e,

Essa imigração em massa garantiu a continuidade da produção nas fazendas, desarticulando as propostas de criação de escolas para a adaptação aos novos quadros produtivos, como foi o sistema de trabalho òlivreò. Assim, o ensino elementar, primário, secundário e superior faliram. Além de ser mais barato e rápido importar europeus do que construir escolas e esperar, a médio prazo, o resultado, os europeus eram um novo tipo de mão de obra culturalmente adaptada aos novos processos produtivos liberais¹⁹².

Para o autor, o universo nacional foi amplamente influenciado pela divisão internacional de trabalho, e o atraso da agricultura nacional se deu por conta de reflexos das relações impostas pelas nações centrais. Ou seja, a proposta de Molina nesse breve artigo era apresentar as implicações econômicas que inviabilizaram um desenvolvimento fortuito do ensino agrícola brasileiro, apesar de não trabalhar com fontes específicas dessas escolas.

O trabalho de Araújo¹⁹³ tem por objetivo demonstrar o desenvolvimento do ensino agrícola em Pernambuco nas décadas de 1930 a 1940. Porém, para chegar ao período proposto o autor faz um levantamento de outras instituições de ensino voltadas para o ensino agrícola. No entanto, ao determinar suas fontes como as normativas do poder público o autor acaba desconsiderando algumas iniciativas particulares ó e até mesmo envolvidas com agentes públicos (a exemplo da SPIP) ó daí o argumento iniciar-se ao retratar a empreitada da Colônia Orfanológica Isabel.

¹⁹¹ Idem.. P. 312.

¹⁹² Idem. P. 316.

¹⁹³ ARAÚJO, Bruno Melo de. *Educação e poder: o ensino superior agrícola em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940*. Recife: Universidade Rural de Pernambuco, 2013.

Procurando tecer a trajetória da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) Silva¹⁹⁴ faz seu estudo levando em consideração os anos de 1912 à 1936. A autora destaca também a laicização da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento, procura fomentar o modo como os arranjos políticos vão desencadeando o processo até a criação da Escola Superior de Agronomia, germe da UFRPE. Porém, a autora leva em consideração o fato de a aristocracia açucareira ser a responsável por investir no ensino profissional agrícola do Estado, seja por meio da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco ou por medidas aprovadas na Câmara de Pernambuco.

Do mesmo modo, Silva também não se aprofunda noutras documentações capazes de trazer a perspectiva de ações particulares em prol do ensino agrícola de Pernambuco, focando-se apenas nas ações promovidas pela escola em São Bento e a consequente articulação dos agentes públicos a fim de laicizar a escola e os caminhos traçados, politicamente, até a fundação da Escola Superior de Agronomia.

Em 1871 a postura dos políticos e empresários agrícolas da província volta-se com mais afinco para a questão da agricultura pernambucana. O Presidente da província Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque na seção do relatório referente à agricultura chama atenção ao fato de que a lavoura é para Pernambuco, como para o Brasil, o que o sangue é para o corpo humano o princípio vital do organismo¹⁹⁵. Logo, é necessário ter cuidados especiais para que a produção agrícola não sofra perturbações que venham a prejudicá-la.

Para ele muitos problemas afetavam a agricultura, no entanto a falta de braços e a dificuldade de substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalhador livre era um dos desafios da economia agrícola. Mas para o Presidente a solução não era apenas encontrar uma nova força de trabalho disponível, o fundamental era o perfil dessa força de trabalho. E é exatamente quando se discute essa questão que aparece sua argumentação em defesa da criação de uma escola profissional agrícola.

Sete anos depois dessa fala de Diogo Albuquerque, o então Presidente da Província em exercício no ano de 1878 relata apenas o movimento das aulas da Colônia Isabel, bem como das subvenções públicas em prol dessa instituição. A seca que assolava a

¹⁹⁴ SILVA, Denize Siqueira da. *Tecendo memória: linhas e entrelinhas da trajetória da Universidade Federal Rural de Pernambuco (1912-1936)*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.

¹⁹⁵ FALLA recitada na abertura da Assembleia Legislativa de Pernambuco pelo Exc. Presidente da Província Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1º de Março de 1871. Recife: Typographia de M. F. de F. e Filhos, 1871. P. 35.

província desde 1876 não havia cessado e as intervenções do governo provincial eram imprescindíveis. Outra Colônia Agrícola foi a do Socorro, composta por uma série de famílias vindas de outras províncias do norte, realocadas em lotes pelo ministro da agricultura e assim poderem produzir, e do mesmo modo empregar emigrantes para construir uma estrada ligando Palmares à colônia¹⁹⁶.

Pois, para o Inspetor Geral da Instrução Pública em exercício no ano de 1884, João Barbalho Uchôa Cavalcanti o ensino agrícola em Pernambuco ainda não era bem subsidiado, nem pelos poderes públicos e nem por particulares. Porém, ele faz um alerta acerca da necessidade da instrução primária articulada ao ensino profissional,

Ciência complexa, a agricultura, como é sabido, recebe preciosos subsídios da história natural, física, química e matemáticas. Importantes descobertas nas regiões destas ciências ela apropria a seus fins e aplica aos fatos práticos da produção. Daí a necessidade de espalhar, num país que se diz essencialmente agrícola, noções precisas dessas ciências fundamentais. À escola primária nos municípios rurais cabe essa proveitosa iniciação. As escolas normais, dando mais extensão em seus programas às referidas ciências na parte que utilizam à agricultura, contribuirão para aperfeiçoar nas aulas primárias o estudo de conhecimentos que servirão de base a ulteriores aquisições de importância para os que tiverem mais tarde de fazer profissão da lavoura¹⁹⁷.

Persistindo no caráter técnico desse ensino: òComo não se trata de fazer *doutores em agricultura*, mas somente agricultores habilitados, o ensino deve ter caráter experimental e prático¹⁹⁸, dessa forma a concepção deste inspetor bastante influente no meio público Pernambucano e Brasileiro era o de se formar profissionalmente agricultores capazes de melhorar o desempenho da industrial agrícola no país, na medida em que tal empreendimento se dava ainda de forma muito tímida.

¹⁹⁶ FALLA com que o Exm. Sr. Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti, Presidente da Província, abriu a sessão da Assembleia Legislativa em 19 de Dezembro de 1878. Recife: Typographia de Manoel Figuerôa da Faria & Filhos, 1878.

¹⁹⁷ RELATÓRIO da Instrução Pública apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel de Figueroa Faria & Filhos, 1884. P. 20

¹⁹⁸ RELATÓRIO da Instrução Pública apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel de Figueroa Faria & Filhos, 1884. P. 21

Em setembro de 1888, cinco meses depois da abolição da escravidão, o presidente da província Joaquim José de Oliveira Andrade, fala da necessidade dos proprietários empregarem com contratos de locação de serviço ex-escravos, estes já acostumados com a lida nas fazendas. Os patrões também deveriam relevar as faltas quase esperáveis desses trabalhadores tão õmal educados¹⁹⁹. Sobre a instrução pública o então Presidente de Província destaca o fato dos salários aos professores serem acrescidos por gratificações capazes de mantê-los enquanto exerce tal árduo trabalho, do mesmo modo que as aulas são exercidas em casas praticamente insalubres para o ensino e a necessidade de melhorar esse quadro.

Fala-se ainda em 1888 da imigração de trabalhadores europeus para as fazendas da província, no entanto, dentre as colocações da Sociedade Promotora da Colonização e Imigração de Pernambuco há as relativas ao subsídio dado pelos poderes públicos aos fazendeiros no momento de contratar e transportar os colonos, no entanto, não se responsabilizando com futuras despesas para a sobrevivência do colono. Muito menos é tratado a respeito de qualquer qualificação exigida a esse colono, bem como, nada instrui sobre uma qualificação ao chegarem a terras brasileiras²⁰⁰.

Foi essa a mesma interpretação de Bello²⁰¹ quando declarou serem insipientes os intentos públicos e particulares em prol do ensino agrícola, apesar, da tão proclamada a condição essencialmente agrícola brasileiro. Contudo, falta em Bello a referência ao ensino agrícola aberto pela SPIP, apesar do autor citar a Escola Frei Caneca, fechada em 1896; a escola Superior de Agricultura e Veterinária na Ordem Beneditina de Olinda, criada em 1913 e até mesmo em 1930 a criação da Escola de Agronomia de Barreiros.

Ainda em 1899 na mensagem enviada ao Congresso Legislativo pelo Presidente da Província Joaquim de Corrêa Araújo é citado dentre as escolas ensino profissional apenas a Escola de Engenharia aberta em 1897, o Instituto Benjamin Constant (nome temporariamente dado ao Ginásio Pernambucano) e, a Escola Normal Oficial. Não é citada qualquer escola voltada para o ensino agrícola²⁰².

¹⁹⁹ FALLA que a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco no dia de sua instalação a 15 de setembro de 1888 dirigiu ao Exm. Sr. Presidente da Província Desembargador Joaquim José de Oliveira Andrade. Recife: Typ, de Manoel Figueirôa de Faria e Filhos, 1888. P. 3.

²⁰⁰ Idem. P. 61-64.

²⁰¹ BELLO, Ruy. *Subsídios para a História da Educação em Pernambuco*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

²⁰² MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em 6 de Março de 1899 pelo Governador Dr. Joaquim Corrêa de Araujo. Pernambuco: Typ. Manoel de Figueirôa Faria & Filhos, 1899.

Portanto, dos textos aqui citados nenhuma declara (re)conhecer o intento da SPIP em abrir um curso agrícola no bairro do Monteiro. Porém, se levarmos em consideração as interpretações acima, acerca dos cursos agrícolas já instalados em outras localidades e até mesmo na província, compreendemos o fato de um curso agrícola ser aberto nas proximidades urbanas demonstra a necessidade de se haver um foco nesse público, talvez focado no ensino de ofícios.

A escola agrícola foi aberta a partir da escola e da biblioteca no bairro do Monteiro. Nesse bairro estava instalado o Conselho Paroquial do Poço da Panela, talvez o CP mais efetivo em atividades de ensino profissional da SPIP, porém, não possuímos documentação acerca do curso agrícola e seus pormenores. Apenas a informação num memorial da SPIP de 1895 do funcionamento do curso agrícola no qual vinte alunos participaram em 1878 a ponto de esses alunos arborizarem o local das aulas, como resultado dos dias de curso²⁰³.

Do mesmo modo em 1940 numa petição enviada a Prefeitura do Recife, a SPIP destaca o fato de haver aberto tal escola agrícola e dela ser uma das únicas òque se tem lembrança de ter funcionado no Recife²⁰⁴. Obviamente, tal informação não procede, porém, é um indício da escola ter funcionado durante anos de atividade do Conselho Paroquial do Poço da Panela.

Apesar de a SPIP valorizar suas ações, é certo o fato de seus membros iniciais serem sujeitos da òboa sociedade ò recifense preocupados com o desenvolvimento econômico da província pernambucana. Manoel do Nascimento Machado Portella foi responsável por encabeçar o Congresso Agrícola do Recife, era sócio da SAML, membro instaurador da SPIP, presidente da província e articulador de propostas viáveis em prol da libertação de ingênuos pelo Ventre Livre. Ele não encarna um *ethos* da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, porém, ao seguir as pistas deixadas por suas ações podemos òavaliar ò grosso modo as intenções dessa associação. Não seria espanto algum depois de compreender todas as ações públicas voltadas para o ensino agrícola se mostrarem insuficientes a ponto de um Congresso Agrícola reforçar a necessidade de se abrir mais colônias orfanológicas tal qual a Isabel, a abertura pela òPropagadora ò de um curso agrícola.

²⁰³ MEMORIAL da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Recife: Typografia do Jornal do Recife, 1892. (APEJE: Série Folhetos Raros II).

²⁰⁴ MEMORIAL da Sociedade Propagadora da Instrução Pública de Pernambuco, Recife 7 de Novembro de 1940. Petição, Coleções Particulares (Sub a guarda do APEJE).

Havia a possibilidade, portanto, da Sociedade Propagadora da Instrução Pública ao abrir a Escola Agrícola do Monteiro estar tanto preocupada em formar braços regionais para trabalhar na lavoura, na medida em que trazer imigrantes para o norte era dificultoso, quanto preocupada em desenvolver a agricultura regional utilizando-se de mão de obra local recém-saída do cativeiro e reinstalando-as nas lavouras, diminuindo conseqüentemente o fluxo migratório para o centro do Recife.

Concluimos a discussão sobre a atuação da SPIP no campo da qualificação profissional devemos registrar que além da Escola Normal e da Escola Agrícola, também encontramos em nossa pesquisa a ação desta instituição na criação de um curso de farmácia. Iniciando suas atividades em 1903 e escola para o ensino de Farmácia na cidade do Recife, fazia parte das ações espalhadas por outras províncias. Para compreender melhor essa ação, é necessário revisitar o ensino de Farmácia ao longo do Império e início da República.

A História do ensino de farmácia no Brasil não seria isento de transformações dos conhecimentos científicos veiculados à área da saúde, muito menos das transformações políticas e organização do ensino em território nacional. Podemos fazer um longo discurso da chegada da Família Real de Dom João VI ao Brasil até a Reforma de Ensino de Rivadávia Correa em idos de 1911, ou até mesmo nos remeter a Galeno (129-200) médico grego residente em Roma considerado o Pai da Farmácia por ter se dedicado ao estudo das substâncias utilizadas com fins medicinais e um dos principais personagens da história da arte de curar, porém, convém fazer uma breve análise dos fatos em território nacional para melhor compreender as ações da SPIP voltadas para essa área do conhecimento.

Na Bahia, a Lei de 03 de Outubro de 1832 foi a responsável por criar o Plano de Organização das Escolas Médicas do Império, nele o curso farmacêutico, o médico e o de obstetrícia foram instituídos, os três juntos compuseram a Faculdade de Medicina da Bahia. Na faculdade o curso de farmácia existiu durante 134 anos até tornar-se independente e nomear-se Faculdade de Farmácia da Universidade da Bahia²⁰⁵.

Fato importante para a história do ensino de farmácia foi a criação da Seção de Farmácia pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, seção responsável por prestar consultorias ao Governo em questões de higiene e de políticas de saúde pública. Importantíssima também foi a fundação da Sociedade Farmacêutica Brasileira em 1851,

²⁰⁵ DIEZ DEL CORRAL, Florentina Santos. Do boticário ao farmacêutico: o ensino de farmácia na Bahia de 1815 a 1949. Salvador: EDUFBA, 2009.

dentre várias atuações houve a inclusão no currículo de farmácia de cadeiras como Minerologia, Zoologia e Toxicologia²⁰⁶.

Das reformas de ensino ocorridas no Segundo Reinado, responsáveis por modificar o ensino de farmácia temos a Couto Ferraz de 1854 que aumentou os conteúdos de botânica e química, a inclusão da cadeira de Minerologia e por fim o desmembramento da Matéria Médica, Já em 1879 a Reforma Leoncio de Carvalho tornou o ensino livre, permitindo qualquer particular ensinar desde que seguissem os programas dos estabelecimentos oficiais. Já no período Republicano a Reforma Benjamin Constant de 1891 propôs a reorganização das instituições de ensino médico e havendo uma redistribuição das cadeiras do ensino de farmácia. Em 1901, data mais próxima da abertura da escola de farmácia da SPIP, houve a Reforma Eptácio Pessoa responsável por reduzir a duração do curso de farmácia para dois anos havendo assim outra reorganização de cadeiras, ou seja, um retrocesso no curso de farmácia. Retrocesso esse não corrigido pela reforma de 1911 de Rivadávia Corrêa responsável também por dar uma autonomia didática e administrativa, porém, sem exigir comprovação de diplomação no curso preparatório para o curso de farmácia, sendo esta reforma considerada a Lei Desorganizadora de Ensino.

Portanto, o ensino de farmácia tinha uma importância inconteste na arte de curar, desvinculada historicamente o ofício do farmacêutico com o do médico, passa a possuir um programa de ensino cada vez mais robusto e pormenorizadamente voltado ao aprendizado e desenvolvimento de conhecimentos em sua própria área. A importância mostrava-se também por cuidar essencialmente de políticas de saúde pública. Correlaciona-se principalmente com diversas intempéries de calamidades no decorrer do Segundo Reinado como surtos de Febre Amarela, Variola etc. A saúde pública foi ganhando contornos e moldando a urbanização das cidades e no Recife não seria diferente, tal qual a teoria dos miasmas alertava²⁰⁷.

²⁰⁶ DIEZ DEL CORRAL, Florentina Santos. Do boticário ao farmacêutico: o ensino de farmácia na Bahia de 1815 a 1949. Salvador: EDUFBA, 2009.; VELLOSO, Verônica Pimenta. Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz ó FIOCRUZ, 2007. (Tese de Doutorado).

²⁰⁷ ARRAIS, Raimundo. O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

Dentre as mensagens dos Governadores do Estado, tanto em 1903²⁰⁸ quanto em 1904²⁰⁹, não mencionavam a abertura da Escola de Farmácia pela SPIP, na realidade as mensagens possuem um conteúdo disperso e confuso e pouco retratam da situação da instrução pública da província. De toda forma a Escola de Farmácia da SPIP iniciou suas atividades em 1903.

Não seria de estranhar de uma instituição tão preocupada com o desenvolvimento da província/estado uma ação voltada para o ensino de Farmácia no Recife. A Sociedade Propagadora da Instrução Pública inaugurou Escola de Farmácia do Recife em idos de 1903 e até 1940 ela permaneceu funcionando. Em petição, a SPIP pede que seja nomeado o Dr. Alfredo Arnobio Marques como Diretor da Escola de Farmácia a ser instalada no referido ano de acordo com a Lei Nº 584. Lei que autoriza a SPIP abrir a Escola de Farmácia²¹⁰. Em 12 de Maio de 1904 é destacado o início das aulas Escola de Farmácia, no dia anterior, do 1ª ano do Curso Farmacêutico, funcionando numa das salas da escola de engenharia. Quem informa é o diretor da escola o Dr. Arnobio Marques²¹¹.

A escola de Farmácia tomaria como base o programa de farmácia federal, tendo assim a necessidade de ter fiscais de acordo com a lei Nº 584 para os exames²¹². Dois anos depois a primeira turma de Farmacêuticos tinha se formado, foram oito alunos no total²¹³.

Perde-se os rastros da Escola de Farmácia, assim como das outras escolas, porém, em 1910 a Escola de Farmácia ganharia completa autonomia sendo o embrião da Escola de Medicina do Recife.²¹⁴ E durante esse tempo de autonomia encontramos um Estatuto com o programa de ensino da escola, nele o curso de farmácia era dividido em três séries, a saber:

²⁰⁸ MENSAGEM apresentada ao Congresso Estadual na abertura da terceira sessão da quarta legislatura pelo Governador do Estado Dr. Antonio Gonçalves Ferreira. Pernambuco: Typ. Diário de Pernambuco, 1903.

²⁰⁹ MENSAGEM apresentada ao Congresso Estadual na abertura da terceira sessão da quarta legislatura pelo Governador do Estado Dr. Antonio Gonçalves Ferreira. Pernambuco: Typ. Diário de Pernambuco, 1904.

²¹⁰ 9 de Janeiro de 1903. Diversos II Volume 54, página 192 (Sub a guarda do APEJE).

²¹¹ 12 de Maio de 1904. Diversos II Volume 55, páginas 180-181 (Sub a guarda do APEJE).

²¹² 3 de Abril de 1905. Diversos II Volume 55, página 261 (Sub a guarda do APEJE).

²¹³ São eles: 1. Francisco Xavier de Seabra Andrade; 2. Romulo de Magalhaes Pacheco; 3. Antonio Carneiro da Motta Silveira; 4. Francisco de Freitas Lins; 5. Antonio de Souza Cousseiro; 6. Eduardo de Romero Lacerda; 7. José Semeano das Mercês; 8. Americo de Oliveira Dantas. Cf.: 28 de Julho de 1905. Diversos II Volume 55, página 339 (Sub a guarda do APEJE).

²¹⁴ MEMORIAL da Sociedade Propagadora da Instrução Pública de Pernambuco, Recife 7 de Novembro de 1940. Petição, Coleções Particulares (Sub a guarda do APEJE).

- 1) Física; Química Mineral e Orgânica; História Natural
- 2) Química analítica; Bromatologia; Farmácia Galenica; Higiene;
- 3) Farmácia Química; Microbiologia; Química Industrial; Toxicologia²¹⁵

Estas cadeiras estavam baseadas na Reforma Rivadávia Corrêa, demonstrando o fato da Escola de Farmácia do Recife estar bastante atualizada quanto às possibilidades ôpositivasö das leis das reformas de ensino de farmácia. De certo, em 1910 a escola já havia se desvinculado da SPIP, já praticava o ensino livre e seguia a risca as recomendações das reformas quanto a divisão por séries e as cadeiras de cada série.

A Escola de Farmácia do Recife, apesar de já estar emancipada da SPIP havia 6 anos parecia guarda resquícios da organização associativista, pois, de acordo com os Estatutos, ãa Escola de Farmácia do Recife, tendo por fim difundir o ensino das matérias constitutivas do curso de farmácia, será mantida por uma associação particular para tal fim organizadaö²¹⁶. Tal associação deveria conter os professores catedráticos da escola e ainda contaria com professores substitutos responsáveis também por participar da congregação. No total eram dez professores catedráticos e seis professores substitutos.

As aulas das cadeiras poderiam contar com um ôpreparadorö, responsáveis por cada material da aula, este deveria ser nomeado pelo Diretor da Escola de Farmácia e continuava no cargo sem receber nada enquanto merecer a confiança do professor catedrático responsável pela cadeira. A escola de farmácia também contava com aulas práticas, pois, contava com ôdiversos laboratóriosö²¹⁷.

A descrição da documentação encontrada sobre a escola de farmácia não encerra as análises e interpretações concernentes ao ensino de farmácia no Recife. Porém, cabe-nos informar da ação da ôpropagadoraö não ser exclusiva em território nacional, pelo contrário, seguia bastante os fatos ocorridos em prol da melhoria da saúde pública. Apesar de não conseguirmos (re)construir com afinco a história dessa instituição, resta a indicação para um estudo pormenorizados na medida em que alguma documentação permitir o estudo e for encontrada.

²¹⁵ ESTATUTOS da Escola de Farmácia do Recife. Recife: Imprensa Industrial, 1916. (sub a guarda do APEJE)

²¹⁶ Idem. P. 3

²¹⁷ Idem. P. 6

As ações da SPIP voltadas para o ensino profissional foram citadas em alguns documentos do período compreendido entre os anos de 1872 e 1903. São ações desenvolvidas no seio da ascensão da geração de 1870 e preocupadas com a manutenção do regime de trabalho vigente na sociedade recifense, preocupada a ponto de investir nela, formar mais trabalhadores. E a Escola Normal Pinto Júnior é a merecedora de maior destaque, principalmente por ser a mais falada em documentos oficiais e em publicações do Diário de Pernambuco. Acreditamos no fato dessa instituição ser a responsável por disseminar as concepções de instrução da própria SPIP, renovando o quadro de professoras na província e articulando ainda mais a intrincada rede de sociabilidade da própria empreitada associativista, além é claro de dialogar enquanto mantenedora de um *status* para a propagadora e por conta de seus feitos e benefícios sociais. Seguida da Escola Agrícola do Monteiro, preocupada em formar braços regionais para trabalhar na lavoura, na medida em que trazer imigrantes para o norte era dificultoso, quanto preocupada em desenvolver a agricultura regional utilizando-se de mão de obra local recém-saída do cativeiro e reinstalando-as nas lavouras, diminuindo conseqüentemente o fluxo migratório para o centro do Recife. Por último a escola de farmácia agia enquanto mantenedora de uma higienização do espaço público, e formadora de trabalhadores e pesquisadores para agirem nesse universo.

5. Considerações Finais

Entre 1872 e 1903 de certo, a ãirradiação de atividades educacionais em todos os sentidosõ foi inconteste. As *ações* da Sociedade Propagadora da Instrução Pública se irradiaram e condensaram-se de vários modos ao redor da cidade do Recife. Eram ações voltadas tanto para a instrução primária dos meninos e meninas recifenses, principalmente daqueles sem condições de se manterem nas aulas, seja por falta de materiais e até vestimentas, ações voltadas também para as mulheres responsáveis cada vez mais pela instrução das crianças; ações voltadas para os õingênuosõ recém-libertos do cativoiro pela lei do Ventre Livre; ações preocupadas com a saúde pública recifense a ponto de abrir uma escola de ensino de farmácia.

Tais ações tiveram sua história, processos de formação, ampliação, ressonância e desmembramento. Para aprofundar este debate a dificuldade se apresenta no momento de se encontrar as fontes dessa história ó fontes espalhadas por diversos códices em vários arquivos ó e costurar as informações, ler e analisar, reescrever de modo a ficar inteligível ao leitor. Essa história contada nas páginas anteriores é cheia de mal bordados e linhas disformes, mas, acreditamos que não irá se descoser tão facilmente²¹⁸. Não optamos por uma conclusão do texto, buscamos algumas considerações finais a fim de amarrar a narrativa.

Iniciamos nosso trabalho destacando alguns aspectos socioeconômicos da província/estado de Pernambuco em fins do século XIX e início dos XX, período compreendido entre o ocaso do regime Imperial e a instauração da República Brasileira. A situação da agricultura no Norte do país estava complicada e as discussões na assembleia legislativa, casas, e ruas da cidade eram: *como* mudar essa situação? Muito se foi discutido e um Congresso Agrícola em 1878 foi feito. Os auxílios à lavoura

²¹⁸ Já foi citada anteriormente a necessidade de se agarrar nos fios ó documentos pesquisados com afínco ó para conseguir narrar, a partir das leituras dos *sinais* espalhados nos rastros, tal história de forma a facilitar a compreensão do leitor e manter essa memória coletiva, no nosso caso uma memória coletiva recifense sobre uma empreitada importante para a cidade e para a história local. Para mais detalhes das discussões acerca da necessidade de uma narração inteligível e da costura de uma história a partir de fios e rastros, cf.: GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; MALERBA, Jurandir. Ficção: ensaio de imaginação histórica. In.: _____. *Ensaio: teoria, história e ciências sociais*. Londrina: Eduel, 2011.

instaurados e a discussão acerca da instrução agrícola bastante eficiente. Porém, os poderes públicos pareceram não dar conta da demanda imaginada pela sociedade. Mais ingênuos circulavam na cidade após a promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871, a instrução dessa classe era necessária, a incivilidade das classes²¹⁹ e a necessidade de se facilitar a vida da população desvalida²²⁰ eram motes desde o período Imperial e remanescentes na Primeira República. Acreditamos, portanto, num condicionante socioeconômico bastante evidente sobre a necessidade de se abrir cursos de formação profissional na cidade do Recife e de se ampliar a oferta de ensino propedêutico para a população desvalida.

A sociedade, no espaço de ação não concernente ao público ou leia-se do Estado ou, procurou se organizar em associações com a finalidade de fornecer cursos de formação para seus pares ou para a população em geral. Estamos falando das ações dos trabalhadores no momento de sua organização e proposta de defesa profissional estava também permitindo o ingresso de mais alunos em seus cursos ou aqueles interessados em ingressar no ofício ensinado pela associação ou, como também, estamos falando do Grêmio dos Professores Primários um grupo de professores preocupados em melhorar as condições de trabalho nas quais estavam inseridos bem como a melhoria do ensino primário na cidade do Recife. Do mesmo modo um grupo de sujeitos com uma comunidade de experiência da boa sociedade e do professorado público resolve se reunir numa sociedade em prol de propagar a instrução pública.

As trajetórias individuais desses sujeitos ou destacadas brevemente no ponto 3.2 desse texto ou demonstram um envolvimento com a política local muito forte. Os professores já participavam do *turbilhão da política* desde o início do século XIX num envolvimento estreito com a burocracia estatal recifense. Muito embora a origem social desses sujeitos tenha sido bastante diversa, as experiências apontavam para um envolvimento das partes, com uma proposta em comum para o andamento da província ou mediante os condicionamentos socioeconômicos ou tais sujeitos optaram por se associar.

²¹⁹ Sobre a educação, discutida pela boa sociedade da corte, enquanto meio para a civilidade das classes cf.: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²²⁰ A Primeira República aparentemente não ampliou o quantitativo de escolas em território nacional, porém, aumentou bastante a burocracia da instrução pública estatuidando boa parte das ofertas de educação, seja ela voltada para o ensino propedêutico, profissional, secundário e superior. Cf.: NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

A experiência é vivida e apreendida e logo compreendida, tal como pode ser a observação de outras experiências o mote para a apreensão e compreensão. O associativismo dos trabalhadores ó descendente das corporações de ofício ó se mostrava como um exemplo incontestado para ser seguido. A õboa sociedadeõ também se associava com o fim de fortalecer suas relações²²¹. Era um ambiente fértil para a Sociedade Propagadora da Instrução Pública se formar e pugnar pelas suas propostas, bebendo das relações horizontais e verticais dos sócios ó como destacado nos casos de Manoel do Nascimento Machado Portella, Felix Vallois etc.

Para nós, através da análise documental desenvolvida, a Sociedade Propagadora da Instrução Pública apesar de participar do universo de associações com ações voltadas para o ensino profissional em Recife, não comungava com características de uma associação de ofício. A associação desses sujeitos demonstra a *comunidade de experiência* vivida por eles, no exercício da vida política pública recifense. Esses sujeitos provavelmente beberam da fonte da õgeração 1870õ esta que,

questionou a capacidade da elite imperial de efetivar um projeto civilizatório. Mas, não abandonou a distinção entre povo e elite. A democratização plena do sistema político acarretaria sua própria inutilidade. Sua visão pessimista e resignada em relação às capacidades dos cidadãos comuns contrabalança um auto-elogio: os grupos do movimento õintelectualõ se percebiam como uma nova elite, capaz de

²²¹ Sobre a experiência individual, a *comunidade de experiência* e o associativismo cf.: SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M. SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. Pp: 25-48; HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000; BATALHA, Claudio H. M. õSociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operáriaõ. Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo, (1999), volume 6, números 10/11; BATALHA, Claudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: _____, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. Pp: 95-120; ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002; GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005; THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária V.1. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987ª; _____. *A formação da classe operária inglesa. V.2. A maldição de Adão*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987b; _____. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c; _____. *Costumes em comum. Estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; _____. NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001; _____. Educação e Experiência. In.: _____. Os Românticos. *A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Pp. 11-48.

completar os processos de construção do Estado e da Nação e a modernização da economia nacional²²²

Ou seja, as ações desses sujeitos não foram voltadas para a população de forma a compreender as classes mais baixas enquanto irremediavelmente incapazes de possuir direitos. Eles se compreendiam como uma nova elite e suas ações apontavam para isso, pois, além de um "autoritarismo instrumental" poderíamos falar de um *elitismo benevolente*²²³, elitismo capaz de fornecer fardamentos para desvalidos frequentarem as aulas; de abrir escolas a fim de formar para o trabalho; bibliotecas para uso da população; abrir um curso normal para capacitar senhoras para o magistério e cursos de farmácia a fim de melhorar a saúde pública.

Porém, como já foi dito anteriormente, não conseguimos obter documentações internas da SPIP, ou seja, todo o aparato documental burocrático da associação não foi achado nos arquivos pesquisados (vide Quadro I, p. 8), assim, trabalhamos com estatutos, relatórios, documentos estatais e publicações no Diário de Pernambuco. A partir dessa documentação compreendemos as crianças e as mulheres como os principais sujeitos na sociedade recifense na qual foram voltadas as ações de instrução profissional da associação.

Apenas 16% das crianças no Brasil em fins do império eram atendidas pela instrução, e a situação da infância tanto em território nacional como em outros países foram construções históricas capazes de relegarem a infância apenas como uma fase de "estado de natureza ou selvagem" antes de um estado "civilizado" e "social" do adulto, levando em consideração o fato da ideia de adolescência não existir enquanto passagem da infância para a fase adulta, existindo duas ou três fases "infantis" compreendendo desde o nascimento até aproximadamente 15 anos de idade a depender do sexo da criança²²⁴.

A formação das crianças da "boa sociedade" iniciava-se no âmbito doméstico e era seguida de uma educação em internatos ou colégios, para os meninos havia o preparatório para o ensino superior, seminário ou formação militar e para as mulheres o casamento era o caminho comum. A própria modificação da condição social das

²²² ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. P. 334.

²²³ Idem. P. 334.

²²⁴ GONDRA, José Gonçalves & SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

mulheres influenciou na trajetória da infância, deslocando para as escolas a educação infantil anteriormente feita pelas mulheres em suas casas.

Esse público foi o mais favorecido pela *propagadora*, cuja proposta era de civilizar a população e instruí-la para o trabalho. Acreditamos numa desejo de ressonância de ideais ao se abrir uma escola normal para mulheres, cujo objetivo provável era ao ensinarem transplantarem tais ideais. A influência da escola normal para algumas alunas e ex-alunas se deu de tal maneira a influenciar a abertura de uma sociedade chamada ãClub Literário Pinto Júniorö.

Vale ressaltar, portanto, a educação propagada pela associação era uma instrução voltada para o adoçamento dos costumes, para a civilidade social, de reproduzir uma série de ideias gestadas na ãgeração 1870ö no qual as experiências desses sujeitos moldaram suas empreitadas em prol de província/estado de Pernambuco em fins do século XIX e início dos XX.

Referências Bibliográficas:

Fontes Pesquisadas

Fontes Primárias

ALMANAK Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola de Pernambuco. Recife: Typographia Mercantil, 1883.

ALMANAK Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola de Pernambuco. Recife: Typographia Mercantil, 1886.

ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco. Anno de 1881. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueirôa de Faria e Filhos, 1881.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO 1 abr. a 30 jun. 1875. Rolo Nº 108 (FUNDAJ ó setor de microfilmagem).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO 1 abr. a 30 jun. 1875. Rolo Nº 108 (FUNDAJ ó setor de microfilmagem).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO 1 Jan. a 29 Mar. 1877. Rolo Nº 115. (FUNDAJ ó setor de microfilmagem).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO 1 Jan. a 31 Mar. 1876. Rolo Nº 111 (FUNDAJ ó setor de microfilmagem).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO 1 Jan. a 31 Mar. 1879. Rolo Nº 123 (FUNDAJ ó setor de microfilmagem).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO 1 Jul. a 30 set. 1875. Rolo nº 109 (FUNDAJ ó setor de microfilmagem).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO 1 Jul. a 30 Set. de 1876. Rolo N° 113 (FUNDAJ ó setor de microfilmagem).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO 1 Out. a 31 Dez. 1872 rolo n. 98 (FUNDAJ ó setor de microfilmagem).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO 1 Out. a 31 Dez. 1872 rolo n. 98. (FUNDAJ ó setor de microfilmagem).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO 1 Out. a 31 Dez. 1872 rolo n. 98. (FUNDAJ ó setor de microfilmagem).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO 1 Out. a 31 Dez. 1875. Rolo n° 110 (FUNDAJ ó setor de microfilmagem).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO 2 Jan. a 31 Mar. 1873 rolo n. 99 (FUNDAJ ó setor de microfilmagem).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO 2 Jun. a 30 Set. 1877. Rolo n° 117 (FUNDAJ ó setor de microfilmagem).

DIRETORIA Geral de Estatística. Anuário Estatístico do Brasil¹º anno (1907-1912) V. III cultos, assistência, repressão e instrução. Rio de Janeiro: Typografia Estatística, 1927.

DIRETORIA Geral de Estatística. Anuário Estatístico do Brazil. 1º Anno (1908-1912) V. I. Território e População. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1916.

DIVERSOS II Volume 54, página 192 (Sub a guarda do APEJE).

DIVERSOS II Volume 55, página 261 (Sub a guarda do APEJE).

DIVERSOS II Volume 55, página 339 (Sub a guarda do APEJE).

DIVERSOS II Volume 55, páginas 180-181 (Sub a guarda do APEJE).

ESTATUTOS da Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco. Pernambuco: Tipografia do Jornal do Recife, 1892. (Folhetos Raros II ó APEJE).

ESTATUTOS da Escola de Farmácia do Recife. Recife: Imprensa Industrial, 1916. (sub a guarda do APEJE).

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente dos Machinistas de Pernambuco. Recife: Tipografia do Estado de Pernambuco, 1890. (APEJE: Códice, Folhetos Raros II).

ESTATUTOS da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, 1875. Sexta 1 de Janeiro de 1875. Diário de Pernambuco 1 Jan. a 31 Mar. 1875 rolo n. 107. (FUNDAJ ó setor de microfilmagem).

ESTATUTOS da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Recife: Typographia Universal, 1872 (Diversos II ó APEJE).

ESTATUTOS da União Beneficente dos Caixeiros de Hotéis de Pernambuco. Pernambuco. Recife: Typografia Moderna, 1911. (APEJE: Códice, Folhetos Raros II).

ESTATUTOS da União de Patrões e Arraes. Pernambuco. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1911. (APEJE: Códice, Folhetos Raros II).

ESTATUTOS do Grêmio dos Professores Primários em Pernambuco. Recife: Typographia do Tempo, 1878.

ESTATUTOS do Grêmio dos Professores Primários em Pernambuco. Recife: Typographia do Tempo, 1906.

FALLA recitada na abertura da Assembleia Legislativa de Pernambuco pelo Exm. Presidente da Província Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1º de Março de 1871. Recife: Typographia de M. F. de F. e Filhos, 1871

FALLA Com que o Exm. Sr. Commendador João Pedro Carvalho de Moraes abriu a sessão da Assembléia legislativa Provincial em 1º de Março de 1876. Pernambuco, Typ. De M. Figueroa de Faria & Filhos, 1876

FALLA Com que o Exm. Sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena abriu a sessão da Assembléia Provincial, Março 1873.

FALLA Com que o Exm. Sr. Doutor Manoel Clementino Carneiro da Cunha abriu a sessão da Assembléia Legislativa Provincial de Pernambuco em 2 de Março de 1877. Pernambuco, Typ. De M. Figuerôa de Faria & Filhos, 1877.

FALLA Com que o Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda, Presidente da Província abriu a sessão da Assembleia Legislativa em 18 de Dezembro de 1878. Recife, Typ. De Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1878

FALLA Com que o Exm. Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Barros Correia Vice-Presidente da Província abriu a sessão da Assembleia Legislativa de Pernambuco em 1º de Março de 1882. Pernambuco, Typ. Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1882.

FALLA Com que o Exm. Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria abriu a sessão da Assembleia Legislativa de Pernambuco em 1 de Março de 1881. Recife, Typ. De Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1881.

FALLA Com que o Exm. Sr. Dr. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque abriu a sessão da Assembleia Provincial de Pernambuco no dia 1 de Março de 1880. Pernambuco, Typ. De Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1880.

FALLA que a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco no dia de sua instalação a 15 de setembro de 1888 dirigiu ao Exm. Sr. Presidente da Província Desembargador Joaquim José de Oliveira Andrade. Recife: Typ, de Manoel Figueirôa de Faria e Filhos, 1888.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas Históricas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

PERNAMBUCO. Legislação Provincial de. Lei Nº 1124. Estante 29. Prateleira 02. Número 29. Ano (1865-1877). Ano de 1873.

MEMÓRIA da Sociedade Propagadora da Instrução Pública em Pernambuco. Pernambuco, 1892. (Folhetos Raros II ó APEJE).

MEMORIAL da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Recife: Petição, 1940.

MEMORIAL da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Recife: Petição, 1892. (APEJE: Códice Folhetos Raros II).

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em 6 de Março de 1899 pelo Governador Dr. Joaquim Corrêa de Araujo. Pernambuco: Typ. Manoel de Figuerôa Faria & Filhos, 1899.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Estadual na abertura da terceira sessão da quarta legislatura pelo Governador do Estado Dr. Antonio Gonçalves Ferreira. Pernambuco: Typ. Diário de Pernambuco, 1903.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Estadual na abertura da terceira sessão da quarta legislatura pelo Governador do Estado Dr. Antonio Gonçalves Ferreira. Pernambuco: Typ. Diário de Pernambuco, 1904.

PERNAMBUCO, Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. Arquivo Público Estadual. Inventário [da] Coleção Machado Portella (Manoel do Nascimento Machado Portella). Recife, 1982. (Série Coleções Particulares).

PERNAMBUCO. Legislação Provincial de. 1850-1889. Fundo Sub a Guarda do APEJE.

PERNAMBUCO. Legislação Provincial de. Estante 29. Prateleira 02. Número 29. Ano (1865-1877). Ano de 1874.

PERNAMBUCO. Legislação Provincial de. Estante 29. Prateleira 02. Número 41. Ano (1880-1883). Ano de 1880.

REGULAMENTO da Escola de Ensino Secundário para Senhoras, a cargo da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Recife: Papelaria Americana Hugo & C. 1895.

RELATÓRIO Com que o Exm. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos Passou a administração desta província, Novembro 1872.

RELATÓRIO Com que o Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda passou à Administração desta Província em 18 de Setembro de 1879. Recife, Typ. De M. Figuerôa Faria & Filhos. 1879

RELATÓRIO da Corporação Operária de Camaragibe. Recife: Empreza da Província. 1903. (APEJE: Códice, Impressos Particulares).

RELATÓRIO da Instrução Pública apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel de Figueroa Faria & Filhos, 1874.

RELATÓRIO da Instrução Pública apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel de Figueroa Faria & Filhos, 1875.

RELATÓRIO da Instrução Pública apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel de Figueroa Faria & Filhos, 1877.

RELATÓRIO da Instrução Pública apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel de Figueroa Faria & Filhos, 1884.

RELATÓRIO da Instrução Pública apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel de Figueroa Faria & Filhos, 1886.

RELATÓRIO da Instrução Pública apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel de Figueroa Faria & Filhos, 1887.

RELATÓRIO da Instrução Pública apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel de Figueroa Faria & Filhos, 1885.

RELATÓRIO da Instrução Pública apresentado ao Exm^o Sr. Comendador Prefeito do Município do Recife Eduardo Martins de Barros em 11 de Março de 1905 pelo Inspetor Geral Sebastião Vasconcellos Galvão. Recife: Typoghafia do Diário de Pernambuco, 1904.

RELATÓRIOS dos Presidentes da Província de Pernambuco 1872-1903. Cf.: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco>

Livros e artigos

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Maria Angélica. *A educação no Brasil do entre-séculos (XIX-XX): imagens da mulher intelectual*. In.: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0540.pdf> (Último acesso em 31/10/2013).

ARANTES, Adlene Silva. *O papel da colônia Orfanológica Isabel na educação e na definição dos destinos de meninos negros, brancos e índios na Província de Pernambuco (1874-1889)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

ARAÚJO, Bruno Melo de. *Educação e poder: o ensino superior agrícola em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940*. Recife: Universidade Rural de Pernambuco, 2013.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

AZEVEDO, Elciene et al. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

BATALHA, Claudio H. M. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária*. Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo, (1999), volume 6, números 10/11.

_____. *Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. In. _____, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. Pp: 95-120.

BELLO, Ruy. *Subsídios para a História da Educação em Pernambuco*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, Sylvana. *Ventre Livre, Mãe Escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco*. 3ª ed. rev. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Trabalho livre no Brasil imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira*. Recife: UFPE (Dissertação de Mestrado), 2005.

CANDIÁ, Milena Aparecida Almeida. *Projetos e realizações culturais e pedagógicas maçônicas: o associativismo como terceira via para (re)pensar a educação popular no Brasil-Império (1870-1889)*. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense (Tese de Doutorado), 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. A Vida Política. In.: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional: 1830-1889*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010). Pp: 83-130.

CARVALHO, Marcus J. M. *Liberdade: Rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850*. Recife: ed. Universitária da UFPE, 1998.

_____. *O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848*. In. Miriam Halpern Pereira (organizadora). *Actas do Colóquio Internacional sobre Migração e Imigração em Portugal (séc. XIX e XX)*. Editora Fragmentos, Lisboa, Portugal, 1993. Pp 145-162.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CIAVATTA, Maria. *Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60)*. Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.

CLEMENTE, Jacilene dos Santos. *Culturas escolares em Recife: escolas particulares e métodos de ensino (1880-1888)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013 (Dissertação de mestrado).

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8. Ed. rev. E ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Pp. 89-107, Mai/Jun/Jul/Ago 2000.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder: em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DIEZ DEL CORRAL, Florentina Santos. *Do boticário ao farmacêutico: o ensino de farmácia na Bahia de 1815 a 1949*. Salvador: EDUFBA, 2009.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder*. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FERNANDES, Rogério. *Os Caminhos do ABC: sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras*. Portugal: Editora Porto, 1994.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. V. 1. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986a.

_____. *História do ensino industrial no Brasil*. V. 4. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986b.

FRANCO, Gustavo H. B. & LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. O Processo Econômico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *A Abertura para o Mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil nação 1808-2010; 3). Pp: 173-238.

GATI, Hajnalka Halász. *A educação da mulher no Recife, no final do século XIX: a escola normal da sociedade propagadora*. In.: http://www.epepe.com.br/epepe2011/comunicacoes_orais/eixo_2/a_educacao_da_mulher.pdf (Acessado última vez em: 13/08/2013).

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GONDRA, José Gonçalves & SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia Ferreira (orgs). *Trabalho Livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, Dayana Raquel Pereira de. SILVA, Adriana Maria Paula da. Sinais do 'desconforto' no exercício da docência pública em Recife e Olinda (1860-1870). In: IX Seminário nacional de estudos e pesquisas 'História, Sociedades e Educação no Brasil' (HISTEDBR), 2012, João Pessoa. *Anais do IX Seminário nacional de estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR)*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2012. p. 4006-4025.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. 1. ed. Campinas: FAPESP/Editora da Unicamp, 2012.

MAIA, Nayala de Souza Ferreira. *Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco: 1874-1904*. 2ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

MALERBA, Jurandir. Ficção: ensaio de imaginação histórica. In.:_____. *Ensaio: teoria, história e ciências sociais*. Londrina: Eduel, 2011.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MELLO, Evaldo Cabral de. *õCanoas do Recife: Um Estudo de Microhistória Urbanaõ*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. (1978). Vol. 1.

_____. *O Norte Agrário e o Império 1871-1889*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1999.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. Primeiras escolas agrícolas no Brasil: limites e falências (1877-1936). *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n. 46, jun 2012. Pp. 309-324.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. & NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. Os congressos agrícolas do Rio de Janeiro e de Pernambuco e a educação (1878). *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n° 52, p. 54-74, set2013* . ISSN: 1676-2584. 2013.

NEGRO, Antonio Luigi & GOMES, Flávio. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social revista de sociologia da USP*, v. 18, n.1, 2006.

OLIVEIRA, Ramon de. Demandas por qualificação profissional: Recife, segunda metade do século XIX. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro , v. 18, n. 54, Sept. 2013 .

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 21 Feb. 2014.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782013000300007>.

OLIVEIRA, Ramon de. Projeto de Pesquisa: Demandas por qualificação profissional: Recife, 1889-1930. Recife, 2010. Financiado com recursos da CNPq.

_____; SILVA, Adriana Maria Paulo da. Relatório de Pesquisa: Demandas por qualificação profissional: Recife, segunda metade do século XIX. Recife, 2010. Financiado com recursos do CNPq.

PAULA, João Antônio de. O Processo Econômico. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional: 1830-1889*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010). Pp: 179-224.

PEIXOTO, Flávia Maria. *A escola normal oficial de Pernambuco: a inserção das mulheres*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006. (Mestrado em Educação)

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Ainda o movimento historiográfico como objeto historiográfico. *Anos 90*. Porto Alegre: N° 8, dezembro 1997.

SALES, Tadeu José Gouveia de. *José Mariano e seu tempo: 1850-1912: o tribuno do Recife e a utopia da liberdade durante o Império e a República*. Recife: Cepe, 2013.

SANTOS, Yan Soares & OLIVEIRA, Ramon de. As ações dos trabalhadores no campo da qualificação profissional em Recife (1889-1930). *Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n° 52, p. 75-89, set2013*.

SANTOS, Yan Soares. Subprojeto de Pesquisa: Ações de trabalhadores e do patronato recifense no campo da qualificação profissional, entre os anos de 1889 e 1930. Recife, 2010. (Financiado com recursos da CNPq/Facepe).

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M. SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e*

diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. Pp: 25-48.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHUELER, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução popular na corte imperial ó 1870 a 1889*. Niterói, Rio de Janeiro: UFF, 1997 (Dissertação de mestrado).

_____. & MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Revista Tempo*, Pp 32-55. 2008.

SCHWARCZ, Lili Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As Marcas do Período. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *A Abertura para o Mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação 1808-2010; 3). Pp: 19-34.

SILVA JR, Adhemar Lourenço da. Oligarquias em sociedades de socorros mútuos (1854-1940). *Revista Mundos do Trabalho*, Vol. 2. Nº 4. Pp. 78-108. 2010.

SILVA, Adriana Maria Paulo. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

SILVA, Denize Siqueira da. *Tecendo memória: linhas e entrelinhas da trajetória da Universidade Federal Rural de Pernambuco (1912-1936)*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.

SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, co-edição, Salvador: EDUFBA, 2011.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária V.1. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____. *A formação da classe operária inglesa. V.2. A maldição de Adão*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987b.

_____. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c.

_____. *Costumes em comum. Estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. Educação e Experiência. In.: _____. *Os Românticos. A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Pp. 11-48.

VELLOSO, Verônica Pimenta. *Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz ó FIOCRUZ, 2007. (Tese de Doutorado).

VICENTINI, Paula Perin e LUGLI, Rosário Genta. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. *Revista Mundos do Trabalho*, Vol. 2, Nº 4, Pp. 23-39. 2010.